



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
ENSINO DE HISTÓRIA



A HISTÓRIA DO RACISMO NEGRO: MARCAS E RESISTÊNCIAS NA POESIA
RAP

MÁRCIA PEREIRA DO NASCIMENTO

JOÃO PESSOA, PB

2025

MÁRCIA PEREIRA DO NASCIMENTO

**A HISTÓRIA DO RACISMO NEGRO: MARCAS E RESISTÊNCIAS NA POESIA
RAP**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Paraíba, como parte das exigências do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA/UFPB, na Linha de Pesquisa Saberes históricos no espaço escolar, sob a orientação do Professor Dr. Damião de Lima para obtenção do título de mestre.

JOÃO PESSOA - PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N244h Nascimento, Márcia Pereira do. racismo negro: marcas e resistências Márcia Pereira do Nascimento. - João	A história do na poesia rap / Pessoa, 2025.
149 f. : il.	

Orientação: Damião de Lima.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Racismo negro. 2. Movimento negro. 3. História
estudo e ensino. 4. Educação antirracista. 5. Poesia
rap. I. Lima, Damião de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 141.74(043)

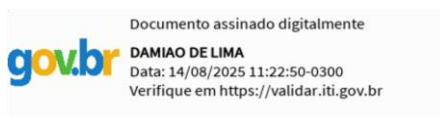


UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

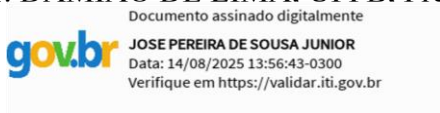
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

ATA Nº 26

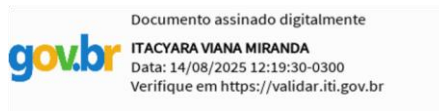
Aos catorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, através da Plataforma Google Meet (meet.google.com/ykh-rckd-fxw), instalou-se a banca examinadora de dissertação de Mestrado do(a) aluno(a) MÁRCIA PEREIRA DO NASCIMENTO. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA JÚNIOR, UPE, examinador externo à instituição, Dra. ITACYARA VIANA MIRANDA, UFPB, examinadora interna, Dr. DAMIÃO DE LIMA, presidente. Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte do professor Dr. MARTINHO GUEDES DOS SANTOS NETO, coordenador do Programa, que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, passou a presidência dos trabalhos ao professor Dr. DAMIÃO DE LIMA, que de imediato solicitou à candidata que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada “A história do racismo negro: marcas e resistências na poesia Rap”, marcando um tempo de vinte minutos para a apresentação. Concluída a exposição, o professor Dr. DAMIÃO DE LIMA, presidente, passou a palavra ao professor Dr. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA JÚNIOR, para arguir a candidata, e, em seguida, à professora Dra. ITACYARA VIANA MIRANDA para que fizesse o mesmo; após o que fez suas considerações sobre o trabalho em julgamento; tendo sido APROVADA a candidata, conforme as normas vigentes na Universidade Federal da Paraíba. A versão final da dissertação deverá ser entregue ao programa, no prazo de trinta dias, contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa. A candidata não terá o título se não cumprir as exigências acima.



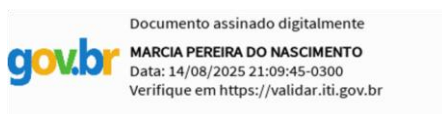
Dr. DAMIÃO DE LIMA, UFPB. Presidente



Dr. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA JÚNIOR, UPE, Examinador Externo à Instituição



Dra. ITACYARA VIANA MIRANDA, UFPB, Examinadora Interna



MÁRCIA PEREIRA DO NASCIMENTO, Mestranda

Resumo

Este trabalho explora as origens da inferiorização do povo negro, considerando as perspectivas filosófica e científica que modelaram os saberes entre os séculos XVI e XIX, impactando nos séculos XX e XXI a vida da população negra. A partir disso, analiso os autores que dialogam com essas origens conceituais, a fim de mostrar a constituição do racismo negro em nossa sociedade contemporânea, são eles: Sílvio de Almeida, Clóvis Moura, Angela Davis, Florestan Fernandes, Fanon Frantz e Lília Schwarcz, Grada Kilomba, pois exploram as múltiplas atuações dessas marcas, das evidências mais comuns às mais sutis, não anulando a violência enraizada na formação cultural brasileira. Partindo dessas fundamentações teóricas, busco mostrar como ficou a realidade da população negra pós-abolição, no aspecto do mundo do trabalho, na educação e nas raízes identitárias, em suas subjetividades e autoestima. Nesse sentido, fez-se necessário identificar o conceito de racismo negro no Brasil, que estrutura a nossa sociedade, isso com as suas distinções comparadas a outras realidades históricas. Assim, partindo da abolição, da realidade do povo negro após esse período e de como a manutenção do racismo se evidencia nos dias de hoje, refletimos suas raízes na escravidão negra que perdurou até 1888, mostrando o papel do Estado, dos governos e da sociedade no que se refere à sua realidade, às discussões que perpassam em afirmativas distintas de não haver racismo no Brasil e às evidências de sua existência. A partir de muitas lutas, suas conquistas foram revertidas em leis de afirmação implementadas pelo Estado, principalmente nos espaços de educação, como motor gerador para reduzir as distâncias sociais enfrentadas por eles. Portanto, por meio da educação, através das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, e sua atuação na educação básica, mapeamos o trabalho desenvolvido durante o ano letivo, através do letramento racial e das oficinas de rap para a produção autoral por parte dos alunos, enquanto professora de História nos 8º e 9º Anos da Prefeitura Municipal de João Pessoa, como corpus da pesquisa. Diante dessa perspectiva, evidencio a estratégia de ensino para a produção de Rap's com o protagonismo discente com base no entendimento teórico e prático do racismo, mostrando como ele acontece dentro do espaço escolar, suas resistências e, por fim, almejando implementar de forma mais sistemática uma cultura antirracista dentro e fora da escola.

Palavras-chave: Ensino de História; Racismo negro; Movimento negro; Leis e Educação antirracista; Poesia Rap.

Abstract

This study explores the origins of the subjugation of Black people, considering the philosophical and scientific perspectives that shaped knowledge from the 16th to the 19th centuries and have continued to impact the lives of Black populations in the 20th and 21st centuries. We analyze authors who engage with these conceptual origins to reveal the constitution of anti-Black racism in contemporary society. These authors include Sílvio de Almeida, Clóvis Moura, Angela Davis, Florestan Fernandes, Frantz Fanon, Lília Schwarcz, and Grada Kilomba, who explore the multiple manifestations of these historical marks, from the most common to the most subtle, without negating the violence rooted in Brazil's cultural formation. Building on this theoretical foundation, we show the reality of the Black population in post-abolition Brazil regarding the labor market, education, and identity, including their subjectivity and self-esteem. In this context, it was necessary to identify the concept of anti-Black racism in Brazil and its societal structure, while also making distinctions compared to other historical realities. Starting with the post-abolition reality of the Black population and how the maintenance of racism is evident today, we reflect on its roots in Black slavery, which lasted until 1888. This study also highlights the role of the state, governments, and society concerning the reality of Black people, the arguments that claim racism does not exist in Brazil, and the evidence of its existence. Despite many struggles, the achievements of Black people have been reversed into affirmative action laws implemented by the state, especially in educational spaces, as a driver for reducing the social distances they face. Therefore, we use education, through Laws 10.639/2003 and 11.645/2008, and their application in basic education, to map the work developed during the school year. This research corpus, conducted as a History teacher for 8th and 9th graders in the Municipal City of João Pessoa, includes racial literacy and rap workshops for the students' original productions. From this perspective, we highlight the teaching strategy of producing raps with student protagonism based on a theoretical and practical understanding of racism. We show how racism occurs within the school environment and the resistance to it, with the ultimate goal of more systematically implementing an anti-racist culture inside and outside of the school.

Keywords: History Teaching; Anti-Black Racism; Black Movement; Anti-racist Laws and Education; Rap Poetry.

Sumário

Introdução	8
1. A origem do racismo negro	
1.1 A historicidade do racismo negro	15
1.2 Teorias que fundamentaram as hierarquias raciais.	21
1.3 A “preguiça africana” fortalecendo o capitalismo	24
1.4 Uma abolição marginal	28
1.5 A miscigenação; Uma cor que precisa desaparecer para o progresso nacional	31
1.6 A versatilidade do racismo estrutural	44
2.0 Uma consciência negra: a luta pela abolição ainda não acabou	52
2.1 Resistência por espaços de narrativas	67
2.2 Resistência por espaços de educação	72
3.0 A legislação educacional antirracista	85
3.1 As leis afirmativas que a população negra não encontrou afirmação	85
3.2 As implicações da lei na comunidade escolar	90
3.3 Uma legislação educacional antirracista: “sou grito porque já fui silêncio”	95
3.4 Uma poesia, uma ação	104
3.5 O Rap: representatividade, denúncia, potência	106
4.0 Considerações finais	140
4. Referências bibliográficas	144
ANEXO	1
Anexo 1	2

Introdução

O tema da minha dissertação foi semeado por uma carga histórica pessoal, profissional e cidadã, conjugadas para não me acomodar enquanto docente, indo além dos livros didáticos no lugar onde leciono, a Escola Municipal Aruanda da Prefeitura de João Pessoa, haja vista a ausência de um letramento racial consistente, mesmo em meio a tantos projetos vinculados à temática antirracista.

Enquanto mulher preta e professora, com mais de vinte e cinco anos de docência, carrego as marcas do racismo que moldou por muito tempo as minhas subjetividade, identidade e o meu corpo para ser palco principal dos apagamentos e silenciamentos advindos da sua manutenção, colocando-me como peça de uma tecnologia racista sofisticada que, por sua vez, influenciou minhas práticas docentes sem a profundidade e consistência teórica para entender o racismo e assim poder combatê-lo dentro de mim e no espaço escolar onde atuo.

Isso porque, partindo do molde racista, minha identidade, inclusive em sala de aula, era limitada, mesmo sendo formada nas áreas de História e Filosofia, pois muitas questões e discussões não conseguiram ter força dentro de mim para atuar em uma perspectiva de consciência histórica que possibilitasse um novo saber e fazer. Esse resgate se fez com muitas leitura, pesquisa e dores enquanto educadora ao presenciar imagens do que o racismo ainda faz com a população negra a qual estou inserida, mas foi também o que me possibilitou estar aqui apresentando um trabalho que permite resgatar o tempo da ignorância sobre as dimensões do racismo e possibilita estratégias educativas para fomentar e inserir práticas antirracistas que alarguem as dimensões das subjetividades dos educandos, gerando consciência ainda no espaço escolar, protagonizando novos saberes históricos que ultrapassem os muros da escola.

Essa instituição de ensino constitui um canal de formação cidadã, em que pesam as discordâncias e as contradições em meio às falhas do sistema educacional, sendo um mecanismo de formação para a cidadania que abraça as letras da Constituição e da Base Nacional Comum Curricular para compreender que o racismo não pode ser alimentado ou ignorado em sua comunidade, mas levado a sério para desenvolver uma prática pedagógica e cidadã antirracista e multicultural nesse meio e fora dele.

Diante de tal fato, a prefeitura de João Pessoa, em suas formações, já exige dos educadores uma prática pedagógica antirracista que não se limite apenas ao mês de novembro – lembrado por comemorar a Consciência Negra –, mas que perpassasse todas as ações no espaço escolar. Sendo escolhida a fim de coordenar o projeto para trabalhar as questões ético-raciais e o letramento racial na escola onde leciono, percebi-me mais encorajada a desbravar de forma potente meu projeto e minha dissertação em toda a escola, no entanto, para fins acadêmicos, elenquei aqui apenas três turmas dos 8º Anos (A, B e C) no turno da tarde.

A escolha temática também se deu por possibilitar um fazer teórico que busque novas discussões que não fiquem vinculadas a zonas periféricas dos programas de História, de certa forma reforçando o eurocentrismo. Esse tema vai além: impulsiona as discussões e as dissertações que buscam na decolonialidade não apenas desenvolver uma proposta pedagógica antirracista, mas colocar em evidência autores, historiadores e filósofos relegados à marginalidade teórica e acadêmica.

Vale frisar que, por muito tempo, não tive acesso a essas obras na graduação ou na especialização, sendo elas fundamentadas em apenas uma disciplina do mestrado (Ensino de História e Pensamento Decolonial). Esses autores fazem parte do nosso acervo no tocante às questões do racismo e suas implicações socioeconômicas identitárias, todavia, encontram-se distantes dos programas de formação, como se não tivessem importância para agregar às discussões que perpassam o país, a nossa identidade e a compreensão da tecnologia racista. Portanto, é necessário entender outras abordagens teóricas além da tradição acadêmica, porque esses autores nos possibilitam um fazer teórico e pedagógico que ainda não foi visto ou encontra-se negligenciado, parafraseando Paulo Freire.

Na toada de Freire, a dissertação inicialmente possui três momentos: 1. O primeiro capítulo conduz às raízes históricas do racismo negro, com seus aportes filosóficos, religiosos e científicos que atravessaram desde o século XVI ao século XIX; 2. Os teóricos que sustentaram a inferioridade negra para legitimar suas ações ao longo da história do Brasil; e 3. Os conflitos teóricos com aqueles que desmontam as teorias raciais, levantando a discussão de que, segundo a ciência do século XX, não se sustentam as práticas de inferiorização da população negra, portanto, precisa-se analisar o conceito de racismo a partir dos principais autores relacionados, tendo Sílvia Almeida, Djamila Ribeiro, Angela Davis e Grada Kilomba para compreender como esse fenômeno social fez parte da vida da população negra desde a abolição da escravidão no Brasil, datada em 13 de maio de 1888.

Assim, buscou-se compreender como funciona o racismo e como ele atravessa a população negra, desde a percepção com a sua autoimagem, seus corpos, suas subjetividades e crenças até a tentativa de desaparecimento por meio de extermínios da violência de Estado, bem como a sutil política de miscigenação impressa na cultura brasileira, sendo vista aos olhos externos e desatentos como “democracia racial”. Além disso, também cabe pensar como foi constituída a naturalização do racismo feito parte integrante e fundamental da sociedade brasileira, não como uma disfunção social, harmônica, coesa, mas fazendo muitas vezes os sujeitos se incomodarem ao ver, ouvir, saber acerca de tudo o que se remete à população negra.

Para isso, são mostradas as vivências do povo negro nas primeiras décadas da república, envolvendo seu cotidiano, se houve inserção social no tocante à educação e ao mundo do trabalho, além de outros elementos ligados à ideia de inclusão social vinculada a questões identitárias: subjetividades, o seu corpo e o auto ódio que fortalece o racismo negro. Destaca-se esse elemento identitário pelo fato de a Primeira República, segundo a Constituição de 1891, inserir em seus artigos a capoeira e as religiões de matrizes africanas como atos criminosos e, ao mesmo tempo, estabelecer o Estado laico, contraditoriamente denominando de vadios e desocupados quem assim exercesse tais práticas, além de os visar como ameaçadores à saúde pública, sendo, portanto, indicadores legais que ainda refletem no cotidiano do povo negro.

Nesse aspecto, discuto sobre a recepção da sociedade com a população negra recém-saída da estrutura escravista, seus olhares, suas narrativas, suas relações, como eram vistos e traduzidos nos espaços sociais, isso buscando entender se houve enfrentamentos declarados ou nuances aproximadas das relações escravistas que fizeram parte da tradição histórica do país, seja nos espaços de trabalho, de sociabilidade ou de educação.

No segundo capítulo, percorro sobre a atuação da população negra em desvelar sua abolição forjada, seus limites, a segregação que acontecia na sociedade de forma estrutural, sem a letra da lei impor, mas que a sociedade deixava claro onde os negros deveriam “estar”. A população branca mantinha uma distância com os resquícios da escravidão, modelando assim o espaço social republicano. Essas ações racistas foram denunciadas, de forma sistemática e incisiva, pelo movimento negro que já despontava nas primeiras décadas do século XX, sendo efetuadas para combater as práticas racistas, pois a discriminação era proporcionalmente incisiva.

No mesmo capítulo, abordo quais as formas de resistência e afirmação identitária utilizadas, sinalizando não aceitar pacificamente estar na sociedade em condição marginalizada, esclarecendo a evolução das lutas do movimento e outras pautas inseridas nelas. Dessa forma, mostrarei o movimento negro que transitou pela república no Brasil, seus enfrentamentos, fracassos e conquistas, sem desvincular a presença do Estado, seja como ausente, repressor e aglutinador das lutas desse movimento no campo social e educacional. Em especial, foi dada ênfase à educação, às leis inseridas no processo de inclusão e permanência da população negra nas escolas como forma de minimizar o impacto do racismo em suas vivências.

A população negra da época tinha o saber como expressão maior de resistência, vinculado à constituição de uma imprensa paralela, denominada *imprensa negra*, com suas insurgências em mostrar sua identidade e seu valor que a sociedade expressamente desprezava, os mandos e desmandos do racismo vigente não denunciados pela imprensa oficial, mesmo em meio ao fim da escravidão. Vale ressaltar também a luta por dignidade na criação de associações e escolas que pudessem integrar sua resistência, dada a ausência do Estado, isto é, almejava-se criar um mundo paralelo em um contexto de um Estado ausente, com mecanismos que pudessem fazer suas resistências e mudanças estruturais, mas sem a participação efetiva da sociedade. Entretanto, o movimento negro compreendeu que mudar suas realidades em um campo paralelo e privado não minaria o racismo, daí as lutas para forçar o Estado a inserir suas pautas na forma da lei.

No terceiro capítulo, reflito os primeiros passos para a aprovação de leis que pudessem inserir a população negra, oriundas do Estado maior, apenas na segunda metade do século XX, mesmo o movimento negro já tendo atuado nas primeiras décadas da república. Isso porque sua efetivação foi distante da realidade, pela sabotagem da própria sociedade e pela ignorância da maioria da população negra, padecendo das questões mais básicas que constituem a dignidade humana, faltando assim tempo para refletir questionamentos sobre a política do Estado acerca de suas vivências. Portanto, aponto um processo catalizador de leis afirmativas que preferem manter a imagem do Brasil como o país que melhor exerce a democracia racial no mundo do que efetivamente concretizá-la com a inserção do povo negro em todas as esferas sociais.

Essas leis, por sua vez, na condição de vitrine legal, pela ausência de busca por reivindicar sua ação efetiva, constituiu a ideia de que a marginalização, a segregação estrutural e a tipificação do racismo não fariam mais parte da cultura social do país. Abordo,

entretanto, as contradições das primeiras leis afirmativas oriundas de grupos políticos vinculados a estruturas elitistas de manutenção de poder, assumindo a condição de carrochefe das ações afirmativas, tornando-se uma das maiores ironias históricas da república, pois os grupos ligados à manutenção de privilégios, dentro de uma perspectiva racial, se viram premidos pelas circunstâncias a iniciar esse processo de conquistas jurídicas, porém a Lei Afonso Arinos só teve sua validade prática quase vinte anos depois e por uma mulher negra de destaque: a jornalista Glória Maria barrada em um hotel por ser negra. Com sua denúncia, a lei ressuscitou, mas deixou claro que os negros empobrecidos seriam impedidos, sequer ouvidos, sendo ela a primeira pessoa negra a fazer uso da lei. Isso nos mostra um pouco da complexidade do racismo, mesmo em meio a aprovação de leis que minimizem essa prática reticente na sociedade.

Nesse processo de luta por leis que recuperassem toda a trajetória do movimento negro desde o início do século XX, após a Lei Afonso Arinos, só podemos verificar uma lei mais consistente por parte do Estado com a Constituição de 1988, tornando o racismo um crime inafiançável, imprescritível e afirmando a igualdade de todos perante a lei, não devendo fazer distinção de raça. Todavia, compreendemos mais uma vez a força do movimento negro como pressão para que suas lutas adquirissem um formato vivo, mas mesmo com a Carta de 1988, o século XXI se torna o momento em que as leis afirmativas se desdobram, principalmente com a aprovação da Lei n. 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003, que inclui o ensino sobre História e cultura Afro-brasileira como forma de valorizar a cultura negra que o racismo sempre fez questão de apagar ou distorcer para legitimar sua ação discriminatória.

Partir dessa lei é compreender que através da educação haverá um desdobramento de inclusão iniciado pela mudança de mentalidade, pelas ações antirracistas que possibilitarão atitudes como o rompimento com o pacto da branquitude que perpetua a exclusão imposta à população negra como natural, isentando a responsabilidade do Estado e da sociedade sobre essa tragédia histórica que atravessa nossa formação, aliás, deformação. Entender que o Brasil não deve ser um país onde as determinações culturais sejam apenas de ordem branca, como se outros grupos étnicos não fossem presença e influência cultural em nossa realidade, é imprescindível.

Outro aspecto abordado liga-se à aprovação da lei e sua recepção nas comunidades escolares pelos profissionais da educação em geral, nas resistências sutis em efetivá-la ou até mesmo no descaso, sendo ela vista como mais uma carga na trajetória de trabalho que

sobrecarregaria. Enfim, são inúmeros problemas que circundam a efetivação da lei para o ensino de História Afro-brasileira, possuindo ações muitas vezes pontuais, mas não de caráter coletivo, consistente e integrante no calendário letivo anual, ou seja, desde os seus mais de vinte anos de aprovação, ainda existe toda uma luta para que a lei não se limite a um evento anual.

Tendo o reforço das leis municipais, as quais discuto diante da realidade da escola onde atuo, em consonância com a Lei n. 10.639, tornou-se dentro de mim uma espécie de expressão que pudesse dar sentido às minhas indignações e também mais amparo legal para ter mais voz diante de tanta omissão, pois, no relato do ano de 2025, o rendimento dos alunos pretos e pardos da rede municipal de João Pessoa foi muito baixo, fazendo a prefeitura perder mais de trinta milhões de reais em verbas do Governo Federal por não obter resultados que demonstrassem possuir uma rede de comprometimento com a inserção dos estudantes pretos e pardos. Em especial, enquanto mulher negra e educadora, menciono a Escola Aruanda, pois está longe de ser a que desenvolva tais políticas de inserções de maneira sistemática e interdisciplinar.

Por todas as limitações e formações que não tivemos acesso, além de outras questões que analiso no terceiro capítulo, pensar e concretizar meu projeto é desafiar o sistema, o nosso “deitado eternamente” que, infelizmente, não é “em [um] berço esplêndido”. Portanto, o processo de desenvolvimento na escola onde leciono direciona-se a partir do letramento racial entre os profissionais da educação que partilham comigo o cotidiano de ser educador, pois isso tornaria o trabalho mais efetivo, já que a proposta é não me limitar a uma escrita acadêmica em cumprimento da produção de uma dissertação.

A partir disso, a ideia é enfatizar o letramento racial das minhas turmas e nele fazer da sala de aula um espaço de produção de textos autorais em uma perspectiva, direcionando inicialmente nas turmas selecionadas e a partir dele produzir oficinas que façam os estudantes vivenciarem práticas envolvendo os conceitos de *racismo negro*, *estrutural*, *lugar de fala*, *antirracismo*, *colorismo*, *auto ódio*, *Rap*, *movimento negro* e *educação antirracista*. Tais elementos partem dos teóricos ancorados nesta dissertação para dar consistência à formação antirracista e à produção de Raps.

No segundo momento, apresento a história do Rap e sua intrínseca relação com as questões raciais; o Rap dos Racionais, carro-chefe desse movimento de luta contra o racismo no Brasil, iniciado no final da década de 1980, bem como suas discussões sobre o racismo

estrutural, como ele atua, seus impactos e o engajamento produzido por eles e outros grupos de Rap's que representam a população negra.

A partir desse letramento racial, solicitei textos narrativos ondem possam descrever como enxergam o racismo em suas vivências e realizei uma roda de conversas para produzir questionamentos mais concretos sobre suas identidades, como se sentem e o que podem realizar enquanto protagonistas.

Essa prática didática ocorreu nas turmas dos 8º Anos A, B e C, dando oportunidade e respaldo aos alunos para explicitarem os efeitos do racismo na escola, no aprendizado e na visão de como a tecnologia do racismo impacta até mesmo os seus corpos e suas subjetividades. Ao mesmo tempo, também é possível identificar se o letramento produziu minimamente uma reflexão da realidade da população negra e idealmente uma postura antirracista consistente. Diante de todo esse processo, realizei oficinas de produção de Rap's para que as respectivas turmas produzissem tal gênero a partir do letramento racial desenvolvido durante as aulas e em palestras promovidas no próprio ambiente escolar, além de considerar suas próprias vivências e depoimentos, para que se torne um material didático integrante a ser utilizado nas aulas de qualquer disciplina, tendo nas turmas o seu protagonismo para sua finalização em um festival de rap, parte do calendário anual da escola, enquanto culminância da minha dissertação.

1. A origem do racismo negro

1.1 A historicidade do racismo negro

Produzir este trabalho é parte de nossas necessárias inquietações e provocações sobre como podemos, enquanto pesquisadores e leitores ir além das nossas tímidas visões sobre as relações de cunho racista que compõem nossos olhares, nossos discursos com verdades incisivas pautadas em uma tradição histórica que muitas vezes apaga mais do que esclarece, e, refletir qual o papel dessa verdade, quem a produziu e com quais motivações? Portanto, não estamos aqui para fechar conceitos, verdades, mas estabelecer um diálogo com muitas questões implícitas e explícitas sobre o que é ser negro no Brasil e sob quais elementos o racismo se estabelece sobre eles e as camadas que se formam nessa constituição discursiva que se impõe sobre nossas vidas, nossos corpos e vozes.

Estar em um país com uma população majoritariamente parda e preta e, em paralelo se apresentar com seu dinamismo complexo e conflituoso, suas segregações que já existem nos espaços de subjetividade e são evidenciadas nos pilares da nossa sociedade, minam em ações que vão corroendo os bases da equidade e nos leva à ‘escavações’ que nos trouxe mais respostas que estarão sendo apresentadas neste capítulo e por extensão em toda a trajetória da nossa pesquisa, refletida nos fundamentos de sua negação e auto negação, ou seja, perante a sociedade e a si mesmo. Neste contexto, vamos a sua historicidade do racismo e suas tecnologias.

A elaboração dos fundamentos para provar a inferioridade da população negra ao longo do século XIX e, mantendo-se, nas três primeiras décadas do XX, teve o amparo da ciência, da filosofia e da religião, que por sua vez conjugadas, fortaleceram suas ditas comprovações. Para entender essa junção, elencaremos os discursos que respaldaram suas práticas nas relações que se estabeleceram entre brancos e negros. Assim, os amparos teóricos discutidos neste capítulo delimitar-se-ão às questões que envolvem os conceitos que foram produzidos para explicar a população negra em sua dimensão enquanto corpo, cognição, aspectos éticos e morais, não concedendo espaço para que eles pudessem se afirmar, reduzindo-os a meros objetos de análise, anulando sua condição de sujeitos de sua própria história.

No emaranhado que veio junto com a Modernidade na Europa, no século XVI, com o Renascimento, no século XVII, as ideias Iluministas que foram fortalecidas no século XVIII, atravessando até o século XIX, a política econômica Imperialista, assumiu camadas

mais profundas em conceitos de inferiorização negra em dimensões apontadas anteriormente onde irei analisar de forma mais incisiva para que possamos compreender as raízes históricas do racismo negro que desenhou e desenha a nossa história, criando conflitos de ordem interna (a relação do povo negro consigo pela afetação do racismo) e externa entre os povos africanos em sua relação com os povos europeus.

Esse conflito irá ser demonstrado de forma pontual, pois justamente a partir dele que se constituiu as relações de racismo, enraizadas de tal forma que não conseguem se dissolver nos espaços de saber, nas relações interpessoais, nos espaços de trabalho e por extensão de remuneração, tendo em vista que até 1888, sua mão de obra por ser escravizada, carregava a tradição de considerar incômodo a população negra ser remunerada como cidadã, mesmo produzindo tantas riquezas. São essas relações externas que afetaram e afetam de forma significativa suas questões internas, violentadas em suas subjetividades e sua autoestima.

Essa trajetória de composição de conceitos para provar a inferioridade negra, chegou até o século XIX, todavia em uma composição científica, denominada darwinismo social que tentava provar que sua realidade, enquanto escravizados vem de uma condição biológica que os mantém naturalmente como inferiores e, portanto tendo que aceitar como algo determinado e inquestionável, portanto, submisso por não ter nada em sua estrutura que os garanta direito a igualdade nas relações sociais. Tendo sido respingado essa teoria no século XX, teve suas distinções que serão abordadas, problematizadas, salientando, porém, que seus conceitos, mesmo se utilizando de mecanismos teóricos distintos, os fins foram os mesmos.

O amparo teórico que irei me ancorar possui discussões que vão dialogar com questões que envolvem a historicização do racismo em elementos que não vão se limitar apenas às questões de ordem econômica, mas de ordem política, social e identitária, mesmo compreendendo a força dos projetos econômicos europeus, que por sua vez realizou interferências de forma decisiva na vida da população africana, como o processo das navegações no século XV, a estrutura da colonização na América entre o século XVI e XIX e o evento imperialista na Europa, no século XIX, fruto das necessidades de ampliação de mercado, de matérias primas para poder explicar essa necessidade de colocar o negro em sua condição de produtor de riquezas. Portanto, preciso inserir nessa discussão, autores que possuem relevância nas abordagens sobre as origens do racismo, suas peculiaridades no Brasil. Abordagens que possam buscar origens além das discussões de cunho econômico, construindo o desenho das relações sociais no Brasil, e como ele foi se apresentando ao longo

da nossa história, em especial, pós abolição, tendo como carro-chefe Sílvia Almeida¹, Frantz Fanon², Clóvis Moura,³ Djamila Ribeiro⁴, Angela Davis⁵, Abdias Nascimento⁶, Sueli Carneiro⁷, Beatriz Nascimento ⁸e Lília Schwarcz⁹.

Todavia, essas referências vão estar presentes nesse capítulo em analisar a importância que os africanos tinham para o capitalismo comercial, por resguardar seu lugar de escravo na sociedade como condição in natura e ao mesmo tempo os manter sob controle sem o pudor de estar violando as leis da natureza, prosseguir com a manutenção de inferioriza-los mesmo após a abolição, tendo sua inserção na marginalidade, a concretização das crenças europeias de onde deveriam estar e não questionar sua condição de exclusão e, ao mesmo tempo forjar um projeto nacional de desaparecimento da cor preta pela via da miscigenação para que o país pudesse se desenvolver. Sem essas marcas, aglomerando a nação, impactou a nossa formação nacional no século XX para que se sedimentasse o que se teorizou por racismo estrutural, como sendo elementos gestativos para essa naturalização, via integrante do corpo brasileiro

São discussões a serem analisadas neste capítulo, de acordo com seu discurso filosófico e científico, alimentado na visão de corpos produtores de uma lógica de trabalho braçal desprovida de cognição e voz para a manutenção do capitalismo comercial. Referências que trarão à tona as proposições apontadas anteriormente que envolvem a definição da população negra a partir de uma lógica europeia, destituindo-os da condição de sujeitos, colocando-os em uma caixinha identitária de perspectiva determinista e biológica.

Brasil. Responsável pela obra Racismo estrutural que popularizou o termo para explicar as questões atuais que envolvem a condição da população negra no Brasil.

² Psiquiatra e filósofo, crítico do colonialismo na África e do racismo, tendo destaque a sua obra; *Pele Negra*, máscaras brancas, Os condenados da terra.

³ Historiador, sociólogo, jornalista e escritor brasileiro, produziu grandes obras sobre a escravidão e a resistência da população negra no Brasil, Tendo em sua obra; *Dialética Radical do Brasil negro*

⁴ Filósofa, feminista negra, escritora e acadêmica brasileira. Pesquisadora e mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo, Unifesp.

⁵ Professora de Estudos Feministas e Estudos Afro-Americanos na Universidade da Califórnia, filósofa norte-americana. Autora de vários livros que abordam a questão de raça, classe, gênero e justiça, sendo a obra; *Mulheres, raça e classe* um dos embasamentos discursivos propostos.

⁶ Ator, poeta, escritor, professor universitário, político e ativista dos direitos civis e humanos das populações negras, Tendo *O Quilombismo*, o *Genocídio negro* entre suas principais obras que discutem as relações étnico raciais no Brasil.

¹ Filósofo, advogado, escritor e professor universitário. Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania no

⁷ Filósofa, uma das principais referências na discussão do feminismo negro no Brasil e das cotas raciais nas universidades brasileiras. Com obras como Dispositivo de racialidade e Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.

⁸ Historiadora brasileira, professora, roteirista, poeta e ativista pelos direitos humanos de negros e mulheres. Discuti em suas obras a corporeidade do negro, a perda da imagem que atingia africanas e africanos escravizados. Tendo obras marcantes como; Uma história feita por mãos negras e O negro visto por ele mesmo

⁹ Historiadora e Antropóloga brasileira, estudiosa da escravidão negra, dos discursos raciais, do Mito da Democracia Racial, das várias formas de racismo. Sexismo e discriminação. Tendo como obras de referência; O Espetáculo das Raças, Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira

Desse modo, primeiro irei tentar desatar alguns nós para compreender o racismo negro e, como essas teorias subjetivaram a mentalidade da população branca europeia em suas relações sobre eles, seus olhares, seus discursos, seus posicionamentos e o seu tratamento, até porque as teorias darwinistas não ficaram restritas no campo intelectual e científico e nas altas camadas sociais, mas foram diluídas no cotidiano das sociedades dos períodos apontados anteriormente, em seguida, as suas constituições subjetivas e práticas aportadas na mente e no corpo negro: no auto retrato e em seu conflito pessoal a partir das elaborações teóricas que os barraram de se encontrar consigo e com o seu mundo. Isso porque, conseqüentemente, foram desenhados espaços pré-estabelecidos, onde o negro deveria se colocar e estar, mostrando que a invisibilidade, o silenciamento e a autonegação seriam sua maior função social para a harmonia das relações na sociedade.

Uma harmonia que se projetou em ser reduzida a peça fundamental na produção de riquezas que faziam parte da dinâmica da colonização no Brasil para alimentar o projeto da metrópole portuguesa, portanto, inicialmente, essa trajetória de constituição do racismo negro, também possui vínculos de ordem econômica, já que no processo de expansão marítima europeia, os europeus buscavam riquezas em novas terras.

Havia necessidade de um mão de obra abundante para o projeto de produção de cana de açúcar inicialmente no mercado internacional, sendo a população negra peça fundamental deste projeto capitalista comercial. Portanto, desse encontro, veio dar lugar a produção discursiva do que se definia como culturas de caráter que possuíam o direito natural de dominar e aqueles que já detinham em sua imagem e elementos culturais os indicadores de não civilidade, recaindo sobre eles foi definida nitidamente a ideia de quem deveria estar no lugar de submissão por ter características culturais e estéticas que destoavam da ideia de humano, de civilidade. Com essa visão de superioridade ligada as condições econômicas, puderam fortalecer a legitimação do sistema escravista no país.

Esse encontro gerou outros conceitos que os europeus tinham sobre os indivíduos, pois na análise de Silvio Almeida as distinções entre os homens no continente europeu se

limitavam a questões de caráter político e religioso, embasando as relações na Europa e seus conflitos existentes. Contudo, a ideia de se confrontar com grupos culturais e étnicos que destoava de sua própria imagem, causou impacto mais profundo na população europeia, trazendo novas necessidades, novas discussões para separar, hierarquizar conceitualmente, até porque o estranhamento foi além dos seus limites e do seu entendimento do que deveria ser homem, cultura, crença e imagem. Se nas dimensões políticas e religiosas os atritos e as guerras faziam parte do cenário europeu, quiçá, envolvendo indivíduos com distinções mais latentes, envolvendo outras dimensões.

Por essa ótica europeia, a narrativa unilateral que se produziu, os anulou da condição de sujeitos narrativos de sua história, portanto definindo-os como inferior e com hábitos no mínimo questionáveis, envolvendo a própria imagem, seus aspectos culturais de forma geral, partiu de um pressuposto em não enxergá-los como seres de plenitude humana. Essas evocações foram conduzidas teoricamente no aparato filosófico renascentista que gerou o conceito de Homem Moderno que em sua expressão já assinalava que todos que não tivessem de acordo com molde europeu de ser Homem, os tornariam inferiores em todos os âmbitos.

Diante dessa resolução filosófica, já se inseriu a dinâmica racista em desumanizar a população negra para dar conta de explicar todos os atos presentes e posteriores para com eles, ou seja, a ação de escravizar, de exterminar de perpetrar todas as ações que pudessem quando não matar seus corpos, mas matar suas identidades para garantir o processo de exploração e aviltamento. Por essa lógica discursiva, o empreendimento escravista deu certo e se prolongou não apenas pela violência física que fez parte das relações entre africanos e europeus, mas pelo discurso reticente e suas violências simbólicas que violaram as suas subjetividades.

Com esse choque ocorrido juntamente com o encontro que foi de caráter econômico, fez o homem europeu sinalizar a partir de sua cultura que tudo que fosse diferente do que se evidenciava na Europa já entraria na categoria de inferioridade e, por isso digno de submissão, controle, até porque o que vai se estabelecer a partir daí é uma relação de poder pelo fato da população negra não se encaixar em nada do que eles enxergavam como superior. Essa movimentação de ordem econômica, inseriu a população negra no projeto mercantilista, como peça de engrenagem para o alcance dos resultados empreendedores da expansão comercial marítima europeia em busca de metais preciosos e outras formas de fortalecer as economias das nações europeias.

O Renascimento nesse momento se tornou o aporte filosófico necessário para os manter na condição de escravizados, com a narrativa da sua natureza ser ausente de atributos do que deveria ser o Homem Moderno, não restando uma alternativa a não ser está condicionado a um dos elementos basilares do projeto colonial estabelecido na América e no Brasil, pois, toda a produção nas estruturas coloniais foi realizada pelos povos indígenas e em maioria pela população africana.

As raízes do racismo negro tiveram trajetórias em um encadeamento argumentativo para não ser visto como contraditório e destoante dos ideais de Modernidade. Uma Modernidade que veio com uma visão mais antropocêntrica da realidade, da sobreposição do Homem, questionando os valores do Medievo, dos saberes vinculados a Igreja Católica que por sua vez dominava o cenário central das mentalidades com seus dogmas e suas verdades, porém esse Homem Moderno precisaria se distanciar desse ideário teocêntrico e se impor, para se tornar o centro do saber.

Nesse confronto entre o ideário filosófico renascentista e os dogmas católicos, onde o último era visto como signo de atraso pelos filósofos do período, portanto, na busca pela ascensão do Homem em contraponto ao ideário religioso, havia um pensar que afirmasse o homem em si e não submetido a uma lógica transcendental. Porém, o que isso tem a ver com as origens do racismo, neste embate entre o Renascimento e as estruturas do Mundo Medieval? O que parecia ser duas ideias antagônicas para a afirmação do Homem Moderno, desvinculado das restrições dos dogmas, tornou-se um paradoxo harmônico para afirmar a condição negra, desprovida de tudo que se poderia estar em aprovação com o pensar da fé Católica e da filosofia renascentista. Onde residiu essa harmonia em volta de conceituar a população negra?

A Igreja Católica associou sua condição escrava não como uma ação humana em si, mas como sinal Divino de sua condição maldita, sendo todo o processo de escravização como um processo de restauração da alma de indivíduos que já nasceram sob o signo da submissão e a marca se encontraria justamente na cor da sua pele, na sua identidade cultural. Um corpo, uma cultura atestando seus sinais de subserviência e necessidade de submissão e resignação a tudo que a escravidão traria consigo sobre suas vidas, seus corpos e suas existências. A obra de Ricardo Luiz de Souza, *Catolicismo e Escravidão* o discurso e a posse, revela muito da contribuição no seio da Modernidade da força da fé para fortalecer a imagem do Homem europeu, justificando as práticas do comércio escravo através dos Navios negreiros e da

própria dinâmica da escravidão nas bases do sistema colonial no Brasil. Sendo louvado pelo clero como parte integrante do processo escravista restaurador da população africana.

“O combate à feitiçaria transforma-se claramente, neste contexto, em estratégia para a captura de africanos a serem comercializados. Mas o tráfico é visto, também, como uma estratégia de conversão: trazidos para terras cristãs, o africano seria batizado e convertido e, com isto, teria sua alma redimida. O tráfico ganha, com isto, na perspectiva de seus defensores, um sentido redentor que foi enfatizado e louvado por diversos autores cristãos.” (Souza, 2020. p. 48)

Os passos para a liberdade já se faziam na onda do Renascimento, uma visão antropocêntrica do mundo, porém na condução de criticar os modelos medievais teocêntricos, através da Igreja Católica, a mesma garantiu a força de condução do Homem Moderno sobre o mundo além mar e suas vozes ecoaram no século XVII e se fortaleceram no século XVIII com os ideais de liberdade, igualdade fraternidade, sendo assim, Sílvio de Almeida menciona o Iluminismo, visto naquele momento como um movimento filosófico que tiraria a sociedade do atraso, a partir dos seus ideais para desenhar uma nova sociedade, um novo homem, livre de quaisquer algemas e, que removesse as bases econômicas, políticas, religiosas e culturais que sustentaram as estruturas do Antigo Regime na Europa para demarcar um novo homem europeu, e possibilitasse novas relações que não estivessem vinculadas a subserviências violentas, como eram bem comuns e naturalizadas neste período, ou seja, traria um novo homem, uma nova sociedade sem amarras, sem a tirania que subjugava o Homem europeu.

1.2 Teorias que fundamentaram as hierarquias raciais.

A ideia do Homem livre que seria alcançado pela implantação do Iluminismo em todas as esferas da sociedade não estaria ligado aos outros grupos étnicos com seus modelos culturais destoantes de toda uma trajetória de elaboração filosófica para fundamentar esse indivíduo no topo do que se objetivava para o desenvolvimento universal. Daí vem a discussão em que Sílvio Almeida dissecou em sua obra *Racismo Estrutural*, acerca da ideia de raça e racismo, em que a filosofia iluminista já elaborava as classificações entre os povos, todavia, já deixando claro que o homem europeu seria o modelo universal no topo da categoria humana.

Por estar nesse topo, possui a responsabilidade de manter a sua hegemonia, partindo do pressuposto de suas características culturais e físicas para nomear quem não está inserido no padrão civilizatório. Essas distinções foram de ordem filosófica e antropológica para realizar o parâmetro do civilizado e do primitivo e, por isso, defender a vitória da civilização ao mostrar que a população branca deve e pode legitimamente dominar os que se enquadram no primitivismo.

“Do ponto de vista intelectual, o iluminismo constitui as ferramentas que tornaram possível a comparação e posteriormente a classificação, dos mais diferentes grupos humanos com base nas características físicas e culturais. Surge então a distinção filosófica antropológica entre civilizado e selvagem, que no século seguinte daria lugar para o dístico civilizado e primitivo.” (Almeida, 2019. p. 19).

As origens do racismo bem como mencionadas desde o Renascimento, foram instaladas na discussão do que o próprio homem europeu buscou enquanto evolução de si e a enxergou nos pressupostos filosóficos que em suas bases definiria que fora dos elementos pautados pelo Iluminismo não se poderia encontrar nada que se comparasse a ideia do Homem universal, assim foram instaladas ironicamente em uma onda filosófica, vista como revolucionária e avassaladora, um novo mundo. Porém esse mundo só seria acessado e usufruído pelos europeus, ou seja, uma liberdade e uma igualdade seletiva. Tal onda, todavia, serviu de pano de fundo para desenvolver ações sem precedentes aos povos africanos que, como poderiam experimentar a liberdade e igualdade tão apregoada por eles se essa defesa está inserida para aqueles que são considerados humanos e não selvagens?

São conceitos que não devem estar inseridos, reduzindo-os a mecanismos vivos de produção no contexto das estruturas coloniais que se afirmaram em toda a América, incluindo Brasil. Deixando claro que a população africana não passou de peças que encaminharam o mundo contemporâneo para o advento do capitalismo. A estrutura capitalista necessitava em sua empreitada, desumanizar os povos africanos e assim garantir que o Iluminismo não seria visto como uma farsa filosófica e contraditória e, ao mesmo tempo garantiria o sucesso do capitalismo em sua fase inicial.

Esclarecendo, portanto, quem eram os civilizados e os primitivos que por ordem lógica devem se encaixar para o desenvolvimento do homem branco universal, a população africana estaria a serviço do desenvolvimento do outro, já que naturalmente eles não conseguiriam tal façanha em tornar-se universal. O encontro com essa nova ideia filosófica e antropológica de homem, causou um conceito universal que traria mais uma vez a

invalidação, o não humano em sua narcísica teoria, o não ser que estaria impedido de ser naturalmente.

Um Iluminismo e os ideais de liberdade e igualdade tiveram seus limites e entraram em xeque quando foram abraçados pela população negra na Revolução Haitiana de 1791 , ocorrida no seio do processo de independência da América e presente na Conjuração Baiana em 1798, ambas beberam desses ideais bem como os da Revolução Francesa e tiveram que vomitar amargamente por acreditar que se estendia à eles e ousar lutar para se desvencilhar da escravidão e do racismo que já era questionado no interior dos movimentos por eles, porém foram abortados de maneira vil, causando questionamentos sobre para quem seria essa liberdade e igualdade.

Nesse momento as contradições do Iluminismo vieram à tona para população haitiana e baiana que lutaram, mas para a população branca não havia contradições, tendo em vista que em suas visões, para haver igualdade, faz-se necessário que o outro seja também humano, civilizado e, além disso, também possuindo características físicas similares. Nesse sentido, anula as contradições pelo fato do povo negro não ser nem considerado humano, legitima suas narrativas e práticas de inferiorização e extermínio na estrutura social.

Portanto a liberdade reside para os iguais, deixando óbvio que as diferenças possuem em si a própria marca do atraso. E, todo atraso precisa ser controlado para não desalinhar a ideia de uma nova sociedade. Como o estranhamento já partiu do homem europeu em os enxergar esteticamente em uma simetria distinta, esse embate foi nutrido a partir dessa premissa inicial ao se deparar com os povos africanos.

No século XVIII e XIX, a filosofia e a ciência se alinharam a uma dinâmica que forneceu classificações, distinções entre os europeus e a população africana, definindo, portanto, o conceito de raça em elementos ditos de ordem biológica, condensada em determinismos biológicos e geográficos para provar que não há solução para eles, encaixando-os e condenando-os a um estado não civilizatório na Europa, partindo da ideia de que essas diferenças físicas e culturais só poderiam estar associadas à barbárie.

Tendo ainda, o aparato religioso que colocaria os povos europeus como escolhidos por Deus para conduzir a população africana a sair do atraso natural, sendo o povo europeu a única forma de retirá-los da condenação natural da barbárie, sendo vital a presença europeia na África como condutora da civilização, do progresso social e espiritual, associando também as crenças africanas a demonização, para explicar sua condição tão primitiva.

Portanto, no século XIX, o racismo negro em suas origens recebeu postulados filosóficos, religiosos e científicos que nesse momento não entraram em conflito quando o assunto foi direcionado para explicar, comprovar, justificar todas as narrativas e ações empreendidas à população africana.

O século XIX, promoveu uma conjugação de forças para consagrar a empreitada de inferiorização negra e dependência do homem branco para existir. Sendo os protestantes em especial no século XIX que irão fortalecer as raízes do racismo negro, condensando toda fé africana em síntese do mal, sendo assim o bem estaria neles para poder realizar sua empreitada missionária na África. A fé seria uma das expressões de civilização que deveria ser pedagogicamente como forma mais sutil de controle, todavia dentro da lógica cultural europeia, residia as contradições, pois ao mesmo tempo de haver essa necessidade de conduzi-los à fé protestante, enxergavam nos povos africanos, eternos incômodos visuais e culturais.

Entretanto, eram aturados, pois o que estava também em jogo era justamente um século marcado pela Segunda fase da Revolução Industrial na Europa, mercados saturados, necessidade de mão de obra barata e matérias primas e uma Europa que não estava atendendo a essas demandas citadas, todavia a África tornou-se uma possibilidade concreta, porém revestida de um discurso convincente para poder atender a todas as suas demandas econômicas. Compreendendo por essa lógica que o fenômeno racismo tornou-se um instrumento eficaz do capitalismo que necessitava acumular através de sua expansão em outros territórios como a África, portanto, não tem como dissociar as etapas do capitalismo comercial, industrial e financeiro sem o desenvolvimento de teorias que suplantaram as identidades africanas a um servilismo que atravessou séculos e associados como algo natural e necessário para a manutenção das relações sociais ditadas a partir do indivíduo branco, sempre na condição de sujeito desse processo.

1.3 A “preguiça africana” e o fortalecimento do capitalismo

Sendo a elaboração do racismo um excelente investimento para inicialmente justificar a escravidão nas Américas, tendo na modernidade a defesa, o conceito de “Homem moderno” e durante o movimento Iluminista em seu ideário de “Homem Universal”,

fortaleceu o modelo escravocrata que perdurou até o século XIX, alinhando-se na ideia de um modelo exploratório, inicialmente de mão de obra escrava e posteriormente de mão de obra barata para atender o capitalismo em sua fase industrial no território africano.

O projeto capitalista desde sua fase comercial a sua fase industrial, sendo que na primeira, ocorreram as incursões dos países europeus em busca novas terras, de especiarias que possibilitassem um comércio vultoso no mercado internacional, sendo necessário uma vasta mão de obra para atender a produção que se aplicou nas novas terras descobertas, a exemplo, o Brasil, com a produção inicialmente da cana de açúcar, ou seja, indivíduos que foram inseridos no conceito de inferiores, entretanto essa dita inferioridade gerou um comércio de escravos extremamente lucrativo em novas terras, envolvendo a África, a Europa e a América, onde os mesmos indivíduos escravizados tornaram-se o elemento chave para a grande produção em larga escala.

Esse capitalismo em sua fase comercial alimentou a riqueza dos países europeus na condição de metrópoles, por explorarem as riquezas provenientes das terras que efetivaram seu domínio, e enxergaram na população africana o melhor instrumento de produção, assim, poder garantir o acúmulo de capital, desumanizando a população africana para poder avançar economicamente e avançaram significativamente.

Na fase do capitalismo industrial, iniciado pela Inglaterra na segunda metade do século XVIII, os olhares sobre a população negra, tiveram outra variação, todavia, sem sair do tom, o tom da inferiorização, pois na fase industrial, a produção em série nunca antes vista na história, que por sua vez criou uma nova necessidade; a de um mercado consumidor mais ampliado que desse conta da aceleração que as indústrias impactaram no mundo. Uma escravidão não mais necessária nessa fase industrial, pois o capital antes investido na compra africanos escravizados, foi direcionado para o investimento industrial e para poder absorver a mão de obra branca, qualificada no trabalho industrial, proveniente da unificação italiana e alemã em relação ao Brasil, mas em outras áreas foi utilizada a mão de obra chinesa.

Criando uma nova narrativa que a escravidão deveria ser abolida pelo bem do capitalismo que estava em uma nova fase, tornando obsoleta a presença africana, tendo em vista que os mesmos não seriam satisfatórios para o espaço industrial, mas a mão de obra europeia, ou seja, a Inglaterra pressionou as nações pelo fim do tráfico negreiro e por consequência o fim da escravidão como alternativa para uma nova fase de acumulação de capital. Assim, fica claro uma abolição com teores de descarte e exclusão. Como iremos

atender a demanda da produção industrial em um mar de indivíduos escravizados? Libertar a população negra seria em simultâneo libertar o capitalismo industrial de quaisquer amarras.

Na fase industrial e financeira do capitalismo, seu discurso contou com o apoio da ciência em criar uma nova relação de subserviência, mesmo com o fim da escravidão que ocorreu no século XIX em todo o mundo. Teorias foram propagandas, se afirmaram e perpetuaram o racismo com a imagem nesse século XIX de um Homem que saiu de sua condição religiosa e metafísica e alcançou seu esplendor com a ciência, e, por isso esse Homem científico está embasado mais profundamente para convencer uma sociedade que sua teoria possui fundamento em justificar a população africana na base da pirâmide étnica. Essa distinção não é um olhar reducionista do outro, é ciência e como tal deve ser acatada. Assim o racismo tornou-se uma relação de poder bem alimentada pelos cientistas do século XIX.

Pela base científica do século XIX, as ações Imperialistas que ocorreram no mesmo século, não foram apenas a busca incessante dos países europeus industrializados, necessitados de amplo mercado consumidor de seus produtos, matérias primas, mão de obra barata, já que em seu continente o mercado estava saturado para atender a demanda, portanto a África tornou-se uma saída vantajosa, mas a ideia salvacionista, tanto no sentido civilizatório, quanto tecnológico, além da empreitada das igrejas protestantes e católicas em elevar os povos africanos a um conceito de fé evoluído, por enxergar nas crenças africanas a negação do divino.

Tudo isso para os inserir em uma caixinha de atraso e sem perspectivas de evoluir sem a intervenção do homem branco cristão. Todavia, na prática a mão de obra africana chegou aos limites similares, ocorridos no escravismo Moderno, iniciado no século XVI. Desse processo de exploração violento, causou indignação e revolta da população africana pelas ações imperialistas que não se limitaram à exploração do trabalho. Houve mais uma vez uma ação de etnocídio de tudo que envolvia a realidade africana, desde suas vestimentas à suas crenças e formas de ser, assimilando-os a ideia de barbárie, necessitada de salvação, de resgate que seria determinado pela intervenção europeia no continente.

Porém, deve-se entender que a tecnologia da constituição da raça favoreceu as estruturas capitalistas dos séculos XVI, XVII, XVIII, pois no capitalismo em seus moldes comerciais foi estabelecido o escravismo moderno como base de sustentação nesta fase inicial, girando em torno da mão de obra escrava africana, na produção de cana de açúcar,

bem requisitada no mercado internacional, sendo portanto os africanos o sustentáculo dessa produção, legitimado ideologicamente pela fé Católica. Observando que a fé Cristã Católica legitimou a escravidão negra no Brasil nessa fase do capitalismo e, a fé Cristã Protestante também não ficou de fora em dar suporte a presença europeia na África no século XIX denominada de Imperialista como já mencionei anteriormente. Esse processo fez do século XIX o ápice teórico, religioso e científico que por sua vez encurralou a população africana, alcançando força pedagógica na sociedade, moldando-a e estruturando as relações entre brancos e negros sempre na perspectiva de subserviência, mesmo em meio a abolição da escravidão ocorrida em todo mundo no século XIX.

A ciência do século XIX consolidou as práticas imperialistas na África através do Darwinismo social. Porém, esclarecendo as origens dessa teoria; Uma ciência do século XIX desenvolvida pelo naturalista inglês - Charles Darwin postulava a seleção natural das espécies em que os mais fortes são os que mais se adaptam ao ambiente e os menos adaptados desaparecem ou são subjugados pela ação da natureza, todavia essa teoria do naturalista chamou a atenção de muitos filósofos, cientistas e pensadores da época, entre eles Herbert Spencer que transferiu essa teoria para o mundo humano, social nas relações de poder, tendo impacto na vida da população africana e na população pós liberta no Brasil. Enquadrando os negros como degenerados, de baixa cognição, sendo apenas seres instintivos associados a animalidade e anulando as ideias de ética e moral como sendo improváveis em sua formação biológica.

Nesse aspecto, não seriam constrangidos a nenhuma prática exploratória ou de controle do corpo e da sua cultura, podendo trabalhar de forma a não ser necessário ter remuneração adequada, tendo em vista que na visão do darwinismo social, eles não possuíam competência natural para estarem em outro patamar de trabalho. Assim aponta Sílvio Almeida todo conceito que percorreu o século XIX em uma discursividade violenta para com os africanos, pois foram afetados em todas as esferas de sua condição humana.

“A biologia e a física serviram como modelos explicativos da diversidade humana: nasce a ideia de que características biológicas – determinismo biológico – ou condições climáticas e/ou ambientais – determinismo geográfico – seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças. Desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreceram o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência. Por essa razão, Arthur de Gobineau recomendou evitar a “mistura de raças”, pois o mestiço tendia a ser o mais “degenerado”. (Almeida, 2019. p. 20-21)

Na visão europeia, as diferenças entre eles e outros povos, em especial os povos africanos, não seria contemplada como uma maravilha da natureza, mas de uma natureza que segue a linha darwinista social, estendida a todos para justificar haver uma seleção natural que independe da vontade dos indivíduos e, por isso, não há o que se lamentar ou reivindicar, submetendo-se a ela. Os determinismos biológicos e geográficos vão amparar o conceito de raça para as relações unilaterais que se estabeleceram entre brancos e negros e ainda garantir que a filosofia iluminista não seria uma contradição em seus ideais de liberdade e igualdade, até porque não reside contradição, pois a ciência no século XIX desumanizou o povo negro. Dessa forma, a contradição se desfaz e o “homem universal” cumpre o seu papel na natureza e na história.

Nessa época, os europeus engavetaram a população africana em elementos morais que eles mesmos elaboraram e disseminaram, todavia, suas narrativas são dúbias quando definem que a violência e a preguiça fazem parte de uma identidade biológica endereçada ao outro (africanos). Essa visão está desalinhada com a moral europeia, disseminando preconceitos sobre a falta de controle dos “instintos animais” desses povos, que não os permitiria organizar-se enquanto sociedade e, por sua reduzida cognição, estariam condenados a não estarem em espaços de poder, de administração, e, por isso precisam agradecer por estarem em espaços de trabalho que não exijam operações cognitivas. Podemos, portanto, relacionar essas bases que a ciência do século XIX nos deixou, atravessando o tempo à nossa atual sociedade brasileira.

1.4 Uma abolição marginal

Em uma perspectiva marxista, o sociólogo e historiador Clóvis Moura vai estabelecer discussões desse racismo brasileiro que se forma em camadas que vão se manter dentro de uma estrutura em que a população negra será distanciada do que se compreende por cidadania, apesar da Carta Magna os colocarem na condição de cidadãos com seus devidos direitos em uma sociedade democrática em moldes republicanos, todavia, o povo negro tornou-se elemento importante para a estrutura capitalista que os enxergava no nascer da república como instrumentos, reduzidos a mão de obra barata que se manterá nas relações de trabalho e produção, sem contar que o capitalismo no Brasil não se seguiu de maneira autônoma, mas estabelecendo distâncias sociais que na prática foi derramada sobre a população negra.

As estruturas jurídicas de igualdade só reforçaram a manutenção do racismo e sua permanência e ao mesmo tempo poder dizer com propriedade que o racismo não existe, pois a escravidão foi abolida e o novo regime se abre para uma cidadania ampla, onde todos os indivíduos terão igualdade, mas Moura vai para questões mais profundas que antecedem ao século XIX.

Ele não compreende o exercício da cidadania com a população negra que foi sequestrada em diversos aspectos de sua existência que afetou até mesmo a subjetividade do povo negro, onde nem o próprio nome puderam manter no processo de estabelecimento da escravidão no Brasil, perda de sua identidade territorial, cultural, anulação da ideia de se ter vontades, desejos, sonhos, o conceito de família se perdeu em gerações de processos escravocratas que se impunham, não permitindo qualquer forma de ação que lembre o de ser humano, ou seja, suas identidades violentamente barradas.

Uma abolição com recheios de marginalidade social e étnica, sendo assim, ele considera que os elementos raça e classe não podem ser dissociados para dar entendimento desse racismo brasileiro que por apresentar os dois mitos da igualdade do ponto de vista político e da competitividade do ponto de vista econômico para explicar que no capitalismo competitivo, se estabelece quem melhor luta por espaços, fazendo uso dos seus instrumentos, porém os mitos apresentados esqueceram de dizer que uma competitividade no mínimo precisaria das mesmas oportunidades para se identificar de maneira justa as conquistas dos cidadãos brasileiros, independente da cor.

Aí que entra a discussão que ele fornece sobre as particularidades do racismo brasileiro, pois a população negra vai fazer parte de uma república onde tudo que são foi forjado por um processo de mutilação identitária que te diz que és brasileiro em um Brasil que produziu elementos diluídos na sociedade que não os permitiu que fossem e estivessem sendo assistidos em sua dignidade. Porém encontra-se um questionamento sobre sua afirmativa sobre como ele apresenta como funcionou o racismo no Brasil;

“O racismo brasileiro, como vemos, na sua estratégia e nas suas táticas, age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz, é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos.” (Moura, 2014. p. 219)

Ao mesmo tempo que apresenta todas as mazelas que as marcas da escravidão deixaram na identidade negra, em afetar no contexto republicano em seus primeiros passos, uma imensa desigualdade social atrelada a códigos que os deixaram de lado da disputa no

mercado de trabalho em melhores condições salariais, estruturas de moradia no mínimo discutíveis pela alta insalubridade, além de demarcar o que seja inserido como conduta de civilidade em um novo tempo que se iniciava pós abolição. Portanto, como pode ser considerado uma tática racista sem rigidez, que não está à luz para a sociedade se nem a república os fez sentir inseridos em uma nova era? Na contramão de como reside compreender o arcabouço teórico que foi sendo elaborado para legitimar a ideia de raças e por extensão como sendo promovido por intelectuais, teriam sua valoração de verdade, por se encontrar transitando nos espaços acadêmicos do final do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, pois ganhou força na subjetividade em convencer a sociedade que se tratava de moldurar a sociedade brasileira.

Dialogando com a análise de Clóvis Moura, o que Sílvia Almeida aponta, são os laços de uma estrutura social, política, econômica e intelectual que se compactua para determinar onde a população negra deve estar. É uma pedagogização que interfere no imaginário e nas ações da sociedade atual em se incomodar ou ficarem surpresos com a presença negra nos espaços que se vinculam às exigências intelectuais. Em contrapartida na nossa espacialidade social, os locais de trabalho de grandes jornadas de trabalho, baixos salários e precarização dos seus direitos, têm uma resposta que não está no determinismo biológico, por ter se tornado do ponto de vista científico obsoleto, porém essa ciência obsoleta, no imaginário social se mantém atemporal, mantendo um racismo que os fixa em espaços de exploração e descaso, ou seja, uma sociedade que não se desata de suas práticas racistas e, pelos indicadores sociais, em que a maioria da população negra está justamente em postos de trabalho com essas condições inferiores, mencionadas anteriormente.

A origem do racismo, criada para preservar o homem Moderno e definir as raças em estágio não evolutivo, teve ações que atingiram e atingem diretamente seus corpos, pôr os enquadrarem em explorações sedimentadas que esgotam a sua potencialidade. Corpos desenhados pelo excesso de trabalho, pelas marcas da violência se não fossem obedientes, pela violação em levantar o olhar, pois sua condição biológica não os permite que se atreвам, se posicionem. Não é raro, narrativas que afirmem que os negros são atrevidos, essa premissa não é esvaziada, ela possui um caráter histórico em determinar que suas vozes não foram feitas para reivindicar ou não se submeter a determinadas situações que não se sintam respeitados enquanto indivíduos na sociedade, ou seja, são sequências de intervenção dos seus corpos e de sua subjetividade.

Além das intervenções sobre seus corpos que discutirei mais amplamente, é preciso definir ações violentas a ideia de raças que não se enquadram no plano civilizatório. Por exemplo: o homem negro, naturalmente, está inclinado à violência e vem a retórica racista de que a população carcerária, em sua maioria, é composta por pessoas negras, ou seja, não são vítimas do sistema, então não há racismo e sim homens negros violentos, desarmonizando a regularidade social. Nessa visão, o controle e a punição são “necessários”.

Na análise de Sílvio Almeida para o entendimento das origens racistas, reside uma crítica contundente na ideia de raça, por entender que a construção do termo não se vincula a elementos biológicos e geográficos para definir os indivíduos e as suas ações morais e éticas ou a ausência delas, mas ao claro entendimento de que a raça é uma narrativa de ordem política, econômica e relacional. Assim, essa raça é inserida em contextos históricos que tornarão mais elaborada a teoria para a justificação de práticas políticas e econômicas que atravessaram a história da América e da África nos séculos XVI, XVII e XVIII, tendo como pano de fundo inicialmente o Renascimento, posteriormente o Iluminismo e, por fim, a ciência do século XIX, constituindo em camadas as elaborações do racismo.

O que identifica essa sequência de séculos em análises de ordem filosófica, científica e, em especial, biológica é justamente um fortalecimento que vai além do círculo de intelectuais e cientistas, pois atravessa o imaginário, as mentalidades das épocas em que são erguidas as teorias e a propagação de seu discurso enquanto verdade inquestionável por toda a sociedade, que se alimenta e traduz no cotidiano todo o aparato intelectual. Ou seja, pensar as origens do conceito de raça e, conseqüentemente, a elaboração do racismo, é perceber a força histórica discursiva de séculos que, mesmo com os questionamentos da Antropologia no século XX, existirá uma luta de forças temporais e atemporais teóricas que se enfrentarão juntamente com o que já estava enraizado na sociedade europeia e, de forma mais sutil e não menos violenta.

Na mentalidade da própria população negra no que diz respeito à sua autoimagem, ou seja, discutir o racismo negro no Brasil, possui considerações que vão tratar essa inferioridade de forma fenotípica, produzindo violências do branco para com os negros, dos negros para consigo mesmo e do pardo para com o negro, portanto, essa gradação fenotípica irá paradoxalmente enfraquecer a luta por dignidade e representatividade e empatia quando forem afetados por discursos de ordem racista, por deter outra perspectiva articulada no Brasil pós abolição, no contexto republicano, nas primeiras décadas do século XX.

1.5 A miscigenação; Uma cor que precisa desaparecer para o progresso nacional

Ao fazer acesso às discussões de Lilia Schwarcz a respeito do racismo negro no Brasil, identifiquei em sua obra *Nem pretos nem brancos, muito pelo contrário*, que o Brasil, está inserido no que ela denominou de “laboratório racial”, por apresentar a população nativa e africana chegada ao território na forma de escravizados. Essa catalogação dos povos não europeus se fez necessária para os brancos no Brasil, arrumando a pirâmide étnica e estabelecendo suas ações políticas e econômicas e sociais em um Brasil que se idealizava no contexto das teorias raciais que prevaleciam neste período inicial da República. Sempre na perspectiva de explicar por que eles não podem estar na categoria de Homem Universal.

Vejamos como ela reflete esse momento darwinista da nossa história:

“Foi só no século XIX que os teóricos do darwinismo racial fizeram dos atributos externos fenotípicos elementos essenciais, definidores de moralidades e do devir dos povos. Vinculados e legitimados pela biologia, a grande ciência desse século; os modelos darwinistas sociais constituíram-se em instrumentos eficazes para julgar os povos e culturas a partir de critérios deterministas e, mais uma vez, o Brasil surgia representado como um grande exemplo - desta feita, um “laboratório racial”.” (Schwarcz, 2012. p. 20).

No Brasil essa força fenotípica obtém proporções determinantes nas relações étnicoraciais pós-abolição, norteadas os discursos e a forma como lidar com um contingente de indivíduos que até pouco tempo viviam em condição de escravizados, anulados e julgados pela ciência. Mas que ciência era essa que fundamentou as relações étnico-raciais entre negros e brancos no Brasil que passou quase que em simultâneo pelo processo de abolição da escravatura em 1888 e no ano seguinte, pelo processo de instauração de um regime político republicano, tendo impacto na vida da população africana e na população pós liberta no Brasil?

No artigo produzido por Manuel Menezes “*O Darwinismo social*” perante a questão da Assistência vai discorrer sobre o pensamento de Spencer abraçado por escritores brasileiros do final do século XIX e que marcaram as primeiras décadas do século XX, indo a fundo na dimensão de sua teoria para poder compreender as mazelas do racismo pós abolição e que não se perderam no tempo, portanto, vejamos;

“Discorrendo a partir de premissas sustentadas numa visão orgânica da sociedade, o destino dos pobres estava, então, desde logo traçados. Encontrava-se na natureza das coisas, pois, tendo presente que na luta pela conservação da vida só os melhores adaptados tinham possibilidade de

sobreviver e prosperar (o sucesso e o poder das classes abastadas confirmam-no), os mesmos, dado 'não serem bons em nada', mais não eram do que vítimas da sua própria incapacidade de adaptação. Isto é, dever-se-ia aceitar como lógico, natural, a existência 'no nosso meio de um conjunto de misérias que são resultado da má conduta. [...] Separar o sofrimento da má ação, é lutar contra a natureza das coisas e fazer com que surjam uma quantidade de sofrimentos ainda maiores' (Spencer 1885: 2728) e, por conseguinte, criticar vivamente todos aqueles que não queriam reconhecer as misérias mediadoras da organização da sociedade como sendo resultado das 'faltas de uma natureza incompletamente adaptada ao estado social'." (Spencer 1885: 58) (Menezes, 2008. p. 30,31)

A teoria de Spencer teve um alcance sem precedentes porque tal qual a natureza ele via a sociedade em uma perspectiva orgânica, funcional, harmônica, onde as espécies mais fortes que alcançavam o poder, o controle e as riquezas eram traduzidas como atestado de uma espécie evoluída e, que por isso não havia nada de errôneo nesta estrutura, assim dessa forma, a população africana em sua história de escravidão, tortura, uma abolição ocorrida por mãos brancas, ou seja, tutelada, não veio acompanhada de dignidade, não se convertiam em crimes históricos ou marcas dolorosas de nossa história, mas em provas concretas do quanto a população negra não foi capaz de construir sua própria dignidade em sua história, transferindo para eles toda a culpa por estarem na base da pirâmide social, ou seja, a falta de trabalho digno, moradia, educação, saúde são conquistas pessoais e não lançadas para o outro, o branco, o Estado, até porque Spencer era totalmente avesso as políticas públicas para com os que viviam em condições de miséria e vulnerabilidade.

Em sua visão, quando o Estado abraça essa responsabilidade, só comprova o quanto que esses grupos étnicos eram incompetentes e a ação do Estado violenta as leis naturais, permitindo dar espaços em quem nunca teve competência natural para alcançar. Observo nesse discurso que o pensamento de Spencer ecoou nesse início do Brasil republicano. Neste momento, se identifica um pensamento pragmático das relações sociais pautadas no discurso liberal, das conquistas individuais que hoje posso inserir no que se convencionou chamar de meritocracia. Portanto, neste momento do Brasil que emerge enquanto república, a população negra não se vê, sendo inserida na sociedade sob a perspectiva de políticas públicas de Estado, aprofundando as distâncias sociais que foram sendo sedimentadas no Brasil, e quando as políticas públicas são postas, ocorre uma polarização entre conceder políticas públicas à população negra ou não conceder. Elementos de ordem que irei aprofundar no próximo capítulo.

Entre os escritores brasileiros do período que convergiam e reforçaram a teoria do darwinismo social, está Sílvio Romero, contemporâneo das ideias de Spencer, fez suas

adaptações a realidade do Brasil, mas sem perder de vista a base de que existe a superioridade de raças e que a mistura delas causaria degeneração, por isso enxergando no Brasil os atrasos vinculados a uma extensa presença negra e indígena que segundo ele, não trouxe nada de significativo para a identidade do Brasil que pudesse ser visto como superior, porém compreendia a inevitável presença negra que poderia ser resolvida com um fluxo intenso migratório de europeus no Brasil que pudesse inibir o sangue negro na população brasileira em uma miscigenação, e gradativamente clarear o Brasil e por consequência fazer prevalecer os aspectos culturais brancos.

Não se tratava de enxergar a miscigenação como o ideal para solucionar o problema na visão dele de ter um Brasil civilizado, mas compreender que a única alternativa possível e real seria miscigenar. Porém, deixando suas ressalvas do caráter em estimular esse processo, com a presença dos imigrantes em defender que mesmo miscigenando, a força biológica branca prevalece, ou seja, uma teoria que minimiza a população negra até neste momento.

A obra, *Sílvio Romero, Hermenêutica do Brasil*, escrita por Alberto Luiz Schneider, verifico que ele analisa o pensamento do autor sobre a população negra como sendo incapaz de produzir uma cultura sofisticada como ele identifica a cultura europeia, os enxergando com baixa intelectualidade, tendo por isso contribuições que não se associam a um estado civilizatório ao que o darwinismo social de Spencer defendia e os intelectuais brasileiros bebiam com suas devidas distinções.

“A raça africana tem tido no Brasil uma influência enorme, somente inferior à da raça européia; seu influxo penetrou em nossa vida íntima e por ele moldou-se em grande parte nossa psicologia popular. É fácil compreendê-lo. A raça africana entre nós, ainda que não dirigida por um impulso próprio, deve também ser contada como raça invasora, e esta circunstância merece atenção.” (SCHNEIDER, 2005. p. 90)

Com essas considerações do autor sobre Sílvio Romero, ele não nega a presença europeia como invasora, todavia, reside a ideia de uma invasão sistematizada, planejada que seria promissora, eficaz em possibilitar mais um espaço de desenvolvimento civilizatório fora da Europa. Quando ele se volta para também identificar o africano como invasor, mostra que não se deu em moldes de incursões pela via econômica, mas ele insere a maneira circunstancial e nociva que a presença negra trouxe com seus ingredientes culturais para desalinhar o projeto de nação. Como inferiores em sua visão, eles foram invasores na ousadia

em marcar, mesmo que não sistematizado, suas crenças, costumes e valores que se alastraram em um nível preocupante para os seus ideais de Brasil.

Assim, ele lança toda culpa sobre eles em barrar o desenvolvimento e uma identidade para o Brasil similar ao molde europeu. Suas críticas em ver tudo que faz parte da história cultural do povo negro como inferior, constitui um arcabouço de generalizações em aplicar o termo “somente inferior” às influências de um povo que não se projetou para estar no Brasil e muito menos permanecer por gerações em condições indignas, sendo tratados como criaturas que incomodam apenas por existir, ou seja, se houve o processo de abolição da escravidão, o ideal seria, não mais fazerem parte da composição populacional do país.

Como seria impossível, o real deveria realizar ações que minimizem sua imagem na sociedade. O argumento da enorme influência, sutilmente indica que costumes ruins costumam ter mais força que os bons costumes, obviamente viram nos europeus a urgência em desfazer essa “má influência” da população negra sobre o Brasil, para que o mesmo se livre de forma gradual. Portanto, reside uma vinculação em julgar a aparência e a cultura, como sendo elementos indissociáveis para explicar a inferioridade, promotora do caos para uma nação que se projetava para a ideia de progresso.

Nessa perspectiva será diluída no que eles enfrentaram em seu cotidiano, determinando espaços subjetivos em dizer que o fim da escravidão não seria o aplauso à identidade cultural negra no país, mas a ausência de unicidade da sociedade a respeito do direito dessa população em ser inserida sem as arestas das teorias darwinistas sociais que atravessaram o século XIX e ainda faziam parte das pautas entre os intelectuais, médicos e elementos que representavam a alta cúpula da sociedade brasileira que incansavelmente tentava demonstrar a validade dessa teoria.

Tendo como base o fenotípico como aparato do racismo negro no Brasil, a insatisfação da população branca por ter de suportar a imagem negra nos espaços da sociedade brasileira já havia sido pauta de projeto de Estado no Império, chegando a máxima do incômodo com a realização do projeto de “branqueamento” da nação para enquadrar o Brasil em uma imagem civilizatória, por isso o maciço investimento na imigração europeia, realizando propagandas que seduziram muitos imigrantes europeus com promessas de uma nova vida com prosperidade, sendo essas investidas fomentadas por intelectuais, onde na verdade faziam suas projeções de gradativamente embranquecer o país em no máximo cem anos. Além de compreendermos que o Brasil estava passando por um processo de

industrialização que por sua vez ambicionava uma mão de obra que já estivesse inserida nos moldes das relações industriais, sendo os imigrantes, em especial, os italianos, esse alvo para fomentar um novo processo econômico no Brasil, trazendo novas tonalidades políticas e sociais neste processo identitário do país no início do século XX.

Essas aspirações de branqueamento através de uma chamada miscigenação positiva, também encontrou lugar nas três primeiras décadas do século XX. Inclusive, Sílvio Romero fez parte dessa visão. Outros intelectuais do período, como Nina Rodrigues, sendo bacharel em direito e médico, além de outros intelectuais e sanitaristas que tiveram alinhamentos e se voltavam para a questão racial como base para se compreender as mazelas do Brasil e a resolução delas. Inclusive Congressos em nível internacional e nacional foram realizados com a presença maciça de intelectuais brasileiros que se propunham a mostrar arcabouços teóricos vinculados ao darwinismo social, miscigenação negativa e a miscigenação positiva. Essas variações de teorias raciais se fizeram presentes neste momento, todavia prevalecendo a miscigenação positiva, por fim, defendida por Sílvio Romero. A partir da análise de Diego Uchoa Amorim em seu artigo, *Teorias raciais no Brasil: um pouco de história e historiografia*, identificamos essas linhas de pensamento presentes através de ensaios, artigos e publicações periódicas que fortaleciam as ideias raciais que transitavam na nascente república brasileira.

“...por parte dos intelectuais referente ao futuro branco do país os debates eram permeados. Nina Rodrigues (1862-1906), médico da Faculdade de Medicina da Bahia, estava mais ligado às teorias que apontavam para a impossibilidade de qualquer tipo de ganho para a nação brasileira com a promoção da mestiçagem. Muito influenciado pelas reflexões do italiano Cesare Lombroso, Rodrigues produziu uma série de estudos e ensaios nos quais insistiam na inclinação do mestiço e do negro ao crime, inclusive, defendendo que raças diferentes mereciam códigos penais diferentes em seu livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894). Em alguns momentos, Rodrigues chegou a falar que ao contrário do que alguns esperavam e defendiam, a miscigenação progressiva, o Brasil estava caminhando para uma segregação geográfica, de fato, entre as raças. No Norte, ficariam os negros, e no Sul a população branca.” (Amorim, 2013. p. 71)

Essas raízes também discutidas na obra de Schwarcz, “*Nem pretos nem brancos, muito pelo contrário*” ela discute este momento do Brasil, porém em um processo de reflexão de como se deu esse caráter da miscigenação, por identificar que o século XX não se desprende dos teóricos do século XIX, mas promoveram congressos, produziram artigos, ensaios que pudessem continuar internalizando o discurso determinista para a manutenção

das relações de viés hierárquico. Aqui enxerga-se mais uma necessidade de esconder os aspectos que possam evidenciar a imagem do povo negro do que a miscigenação que se apresentou ao longo da colonização, império e na nascente república. Tornou-se mais uma questão estética que seria prevalecida na visão dos intelectuais da época, pela força genética do branco que apagaria as imagens do atraso, tanto do ponto de vista cultural como do ponto de vista do ideal de beleza e inteligência. A ascendência negra seria perdida pela natural inferioridade que se advoga no período inicial das primeiras décadas do século XX.

A miscigenação possui um aspecto peculiar nas ações darwinistas adaptadas pelos intelectuais no Brasil, sendo inicialmente considerado negativo do ponto de vista científico, pela força degenerativa, porém, propiciou elementos no segundo momento, uma espécie de salvação da nação brasileira. Como havia a discussão pela busca da nossa identidade enquanto nação, essa mistura étnica seria uma forma eficaz de patriotismo, defender a nação de imagens associadas a incivilização, a elementos vinculados a preguiça, delinquência e violência, tendo enquanto princípio que o código genético europeu estivesse em demasia, salvaria a nação, ou seja, salvar a identidade do Brasil estaria em paralelo com o desaparecimento da pele negra e, por extensão todo peso racial negro de sua baixa moralidade e baixa cognição. Sem esses aspectos considerados degradantes na visão de intelectuais brasileiros, o Brasil iria emergir como grande polo civilizatório na América.

Compreender essa dinâmica do branqueamento, da miscigenação, sendo vista como algo em princípio negativo, mas, adquirindo uma conotação positiva, porém a historiadora Beatriz Nascimento em sua obra intitulada; *Uma história feita por mãos negras*, nos adverte sobre como o processo miscigenatório tornou-se um dos projetos políticos públicos e ideológicos mais eficazes na luta por realizar o apagamento e desarticulação da identidade negra no Brasil, tendo tomado espaço até mesmo entre a população negra como forma de sobreviver e serem menos afetados pelas mazelas do racismo, sendo assim teriam sua redenção na sociedade brasileira.

Suas inquietações enquanto mulher negra antecederam sua formação acadêmica onde se deparou com narrativas provenientes do espaço escolar que cursava, justamente nessa lógica da obrigação de termos que se inserir neste projeto para não manchar a identidade e o desenvolvimento do país. Assim, portanto, gerando conflito com sua relação com o outro e com a sua subjetividade, fazendo o que o racismo provoca na população negra em concluir que precisa desaparecer enquanto estética e identidade para poder existir.

Um dos fatos que mais marcaram meu período escolar e minha formação posterior foi quando um professor de geografia, discorrendo sobre a etnia brasileira baseando-se na teoria do lusotropicalismo de Gilberto Freyre disse: “O Rio de Janeiro era, no início do século, uma sociedade impossível de se viver, só tinha pretos.” Adiante, comparando a situação racial dos Estados Unidos com o Brasil: “No Brasil não existe racismo, porque a miscigenação sempre existiu e continuará existindo, não vamos ter conflitos porque o negro tende a desaparecer.” (Nascimento, 2021. p. 41)

Em sua trajetória enquanto mulher negra e historiadora, reside um incômodo de sua parte em narrativas que visem anular o racismo no Brasil, por não corresponder aos aspectos mais explícitos que se evidenciava nos Estados Unidos, ou seja, sempre que desejavam negar o racismo no Brasil, se fazia essa comparação, desconsiderando todos os aspectos implícitos que se empreende ao povo negro, desde sua pedagogização do auto ódio as estatísticas de desigualdade e extermínio sobre eles.

Um fato inquietante que ela aponta em sua obra reside em nos tencionar a perceber como a obra de Gilberto Freyre, cristalizou essa nuance do racismo, ironicamente apagando ideologicamente a ideia de não existir no Brasil, sempre se amparando na história norteamericana, onde o fim da escravidão produziu a segregação e toda sorte de violências como os frequentes linchamentos que os negros sofriam por parte da população branca, seja por quaisquer motivo, inclusive, criando verdades para justificar os linchamentos que eram presenciados por crianças brancas para já aprenderem a segregar, todavia a ausência de linchamentos e segregações oficiais não anularam as segregações que ocorriam na própria dinâmica em que a população negra no Brasil se via excluída de dignidade no trabalho e na remuneração, sendo por isso alocados em espaços que em sua maioria, residiam pessoas negras, rechaçados dos espaços de liderança, poder e poder aquisitivo.

Com mecanismos sutis do auto linchamento, os negros foram sendo didatizados e, sendo postos em prática a pedagogia sistêmica do ato digno de miscigenar. Marcando de forma singular a história do racismo no Brasil, um racismo de cor, um racismo que desintegrou sem matar, mas matando em deixar viver para viver a existência de uma imposição de cor de forma predominante. Aqui me coloco, na condição de mulher preta, por ter em minhas subjetividades sequestradas, essas forjadas ideias; Minha pele não é preta, escapei, sou sobrevivente, conseguem aceitar minha presença, não faço vergonha a minha nação. Posso transitar em espaços antes negados aos meus ascendentes que se atreveram a preservar sua cor indigna. As minhas falas são falas de muitos que foram absorvidos pela lógica racista. Essa produção irônica, contudo, perde sua força por produzir o apagamento

de uma identidade em detrimento da outra (branca). Uma forma de linchamento em que esse novo nascer miscigenado causará gradativamente nosso extermínio.

A partir do pensamento de Beatriz Nascimento irei discutir questões mais profundas e peculiares do racismo que se formou e se afirmou no Brasil com elementos de uma suposta unicidade em desejar o bem da nação, porém sem deixar de indagar que nação seria essa que constituiria no século XX. Entraria nesse momento outra questão: que o racismo foi tomando outros contornos para ter aparência benéfica para todos. A questão da cor foi se sobrepondo aos aspectos da ascendência africana para aperfeiçoar a nação, portanto, a questão da cor no Brasil passou a ter um peso crucial para que o racismo tomasse proporções mais latentes, ou seja, ter a cor negra seria sinônimo de caos, de insustentável de se estar e viver, considerando a miscigenação a única forma de salvar e purificar o país da pele negra, uma democracia que se afirma no desaparecimento para o surgimento de uma multiplicidade de cores que grosseiramente situaria como situou o Brasil em uma escala de tolerância, festa racial.

Na verdade seria o investimento sem sangue, sem violência, sem aspectos aviltantes que os deixassem desestabilizados, mas que convencesse-os a participar dessa democracia racial, como grandes colaboradores e até mesmo incomodados com sua própria aparência em desarmonia com a ordem civilizatória. Um racismo elaborado a partir de internalizar no próprio negro suas negações de si para se permitir ser aceito, ou seja, através da miscigenação trouxe para si para enraizar o racismo com suas sutilezas, porém com seus efeitos devastadores, onde promoveram efeitos que se estenderam nas projeções do que se compreendia como modelo de família que a sociedade gostaria de ver, sem a pele preta para incomodar suas visões.

Além de ter a miscigenação como suporte para manutenção do racismo outro viés se afirmou e se fez através de os colocar na condição de objetos de narrativa, não concedendo espaço para se afirmarem enquanto sujeitos na produção de sua própria história e da história. Filósofo e psiquiatra, Frantz Fanon, com sua relevância ao tratar das questões que envolvem o domínio colonial na África e do racismo que acompanhou essa dominação, pontua suas subjetividades sobre a realidade em que ele foi lançado ao mundo, mas esbarra com o racismo que diz pra ele que o seu lugar é de objeto, foi feito para análise e definição sempre partindo da ideia que o negro não possui condições de produzir narrativas.

Portanto, reside duas problemáticas vivenciadas; a primeira, gira em torno de ainda lutar pela preservação do lugar do povo negro em condição de inferioridade e objetificação,

ou seja, o não humano, o bárbaro, o que se olha com ares de estranhamento sem entender como é que existem seres com essa estética destoante. Essas premissas se reverberam de diversas formas para enraizar os discursos contemporâneos da questão racial. Reportando-se à obra de Fanon, reside uma provocação mais contundente do que as marcas que o racismo causa na subjetividade da população negra, direcionada à questão da cor de tentar se compreender no mundo, mas ser reduzido ao não ser, ou seja, ao objeto avaliado, analisado pelo homem branco.

“Negro imundo!” Ou simplesmente: “Olhe o negro!” Vim ao mundo preocupado em suscitar um sentido nas coisas, minha alma cheia de desejo de estar na origem do mundo, e eis que descubro objeto em meio a outros objetos (Fanon, 2020. p. 125).

A segunda problemática denunciada e problematizada por ele se volta para a constituição do corpo negro e da sua identidade e subjetividade usurpadas e depreciadas, causadoras em pôr um auto fim funesto pela narrativa branca; uma elaboração que envolveu todo o processo de formação do racismo negro que se perpetrou nas relações sociais, o racismo impede que o povo negro tenha tempo de pensar e desejar abstrações e subjetividades que os forneça mais autoconhecimento enquanto ser no mundo, isso para os colocar apenas na condição de massacrados.

Entretanto, em meio às induções discursivas de fazê-los apenas se enxergar enquanto objeto existente e narrado, reside uma busca em direcionar toda a sua energia em compreender, lutar, vociferar que a sua condição não é de objeto em suas máximas existenciais e concretas, mas que também se compreende nessa relação dual de sujeito e objeto. Em sua abordagem profunda, volto a discutir as questões do corpo que são mais validadas para fortalecer o arcabouço filosófico e científico do racismo inserido nas mentalidades contemporâneas dos séculos XIX e XX. Na própria citação de Fanon, há dois indicadores que se voltam para a questão dos odores e da cor, no que se referem às violências de atacar e apontar, respectivamente, “imundo” e “olhe o negro”.

São questões cruciais que nos colocam a perceber o investimento maciço na ideia de depreciação do objeto em questão, não indo além dessas representações corrosivas, porém são necessárias para que a população negra não ocupe os espaços que dão sentido a ela, mas aos outros que a objetifica e a limita. Em passeio subjetivo, Fanon comunga questões mais amplas de representação, mostrando como as determinações racistas desenharam o olhar negro no e sobre o mundo, isso porque o racismo se impõe em questões de ordem ontológica na perspectiva do teórico, por direcionar a existência do povo africano em si e para si como algo

inexistente. Isso culmina em uma espécie de transferência, sendo o homem branco o protagonista na hora de descrever o negro, dando a explicação do seu corpo e dos seus aspectos de ordem relacional que, ao invés de ser um mergulho sobre a sua anatomia e conhecimento de si, torna-se justamente o distanciamento que o homem branco elaborou do corpo negro para com o povo negro. Nesse aspecto, o corpo é imagético, discursivo e não conjuga com a anatomia que eles carregam.

A discussão do racismo não afeta inicialmente as diferenças sociais que se apresentam entre a população branca e a população negra. Primeiro, necessita causar o auto desmoronamento da sua subjetividade e da sua autoestima, a ponto de ser desenvolvida uma negação do próprio corpo e das suas potencialidades cognitivas. Nesse aspecto, Fanon nos lança as minúcias dessa tecnologia da raça e do racismo em suas sofisticações de narrativas, de abordagens que se entrelaçam e se ajustam em teias que estruturam a sociedade. Enquanto teia, enreda e impede avanços do povo negro de se soltar e ir além.

São questões que estavam postas na sociedade, mesmo com o fim da escravidão no século XIX e a perspectiva de uma nova era para o mundo no século XX. Mas em suas discussões de ordem interna, que partiam de ações externas, vão fazê-lo compreender a sociedade e o racismo como elementos harmoniosos e não destoantes. Esse encontro teórico reside em Fanon e Sílvio de Almeida, pois buscam na sociedade por ações, narrativas e olhares que possam fugir do fenômeno racismo como empecilho à caminhada pessoal do povo negro.

“Encerrado nessa objetividade esmagadora, supliquei a outro alguém. Seu olhar libertador, deslizando sobre o meu corpo subitamente livre de asperezas, restituiu em mim uma leveza que eu acreditava perdida e, afastando-me do mundo, devolveu-me ao mundo. Mas, lá, já tropecei na contravertente, e o outro, por meio de gestos, atitudes, olhares, fixou-me, como se fixa um corante com um estabilizador. Eu me enfureci, exigi uma explicação... nada adiantou. Explodi. Eis aqui os estilhaços recolhidos por um outro eu. (Fanon, 2020. p. 125) ²

As tentativas de extermínio do povo negro se direcionam para a caracterização da objetividade que se nutre desse conceito de objeto, também condicionado aos olhares dissecadores que estão em toda parte, ou seja, é algo que se evidencia, mostrando que não se pode considerar como um corpo estranho, uma anomalia social que reside de forma pontuada, mas são gestos, atitudes, olhares que se apresentam como algo inerente e

² A primeira edição foi publicada em 1952, todavia a obra consultada não sinalizou o número da edição.

integrante das relações, em que negros e brancos ocupam um mesmo espaço. Mas, para Fanon, as representações dadas ao povo negro, quando questionadas, não são aceitas por gerar um processo da negação do outro (negro), fazendo o caminho por ele trilhado mais íngreme.

As inquietações, as fúrias por eles sentidas e relatadas nunca foram bem vistas para os parâmetros comportamentais, até porque se tornam aos olhos dos outros falta de equilíbrio, próprio da raça e, por isso, desconsiderada, criando uma celeuma de subjetividades que faz o povo negro perder-se ainda mais de sua identidade. Assim, espelhos são quebrados, não há elementos que permitam que a sua imagem seja vista, ou seja, uma existência que teve sua identidade sequestrada, sendo mantidas em cativeiro essas relações que se constituíram após a abolição da escravatura.

Uma outra abordagem que o racismo empreende se faz na estrutura social, tendo ampla atuação por perpassar todas as esferas na sociedade e acima de tudo a constituição dela. Uma constituição que se configura em uma tecnologia de poder e de manutenção de narrativas que acabam por internalizar nos olhares, nos incômodos, na negação do ser, reside nas estruturas que sedimentam a sociedade brasileira, pois Sérgio Almeida alerta bem como Fanon que esse cenário não é destoante, não é visto como um desequilíbrio para a ordem social. Tendo ocorrido bem como ocorre uma sequência de ações de ordem legal com a efetivação do fim da escravidão que atravessou o Brasil republicano e sinalizava enxergar a população negra juridicamente liberta, que por sua vez incomodava setores da sociedade que não viram com bons olhos o fim da escravidão.

Iniciando outros processos que trariam outros cárceres para uma população que essa abolição deixou brechas que não deram afinação com a liberdade e a dignidade tão sonhada enquanto estavam na condição de escravizados. Assim, mais um tentáculo do racismo se fez em criar barreiras dentro da sociedade para colocar os recém libertos em espaços que pudessem mantê-los em similaridades que se aproximassem do que tinham vivido no período da escravidão. O não direito, a rejeição às crenças e elementos culturais africanos. O enquadramento em estruturas subserviência, possibilitando respaldar o racismo para manter a sociedade com aspectos de civilidade, contextualizando o início da república no Brasil. Essas práticas, que se fizeram presentes nas primeiras décadas do século XX, tornaram-se enraizadas, adquirindo aspectos naturais e harmônicos que ainda se afirmam no país e, muitas vezes, não é identificado e quando identificado se é negado ou sendo posto como

excessos de uma militância vazia. Mas vamos ao pensamento do autor para podermos compreender o processo de exclusão que o povo negro sofre:

“Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção” (Almeida, 2020. p. 34).

Sua abordagem vê que o racismo não é algo isolado, em que se defende a ideia de que ações racistas ocorrem de forma individualizada. Apesar de não definir a sociedade brasileira como racista, Sílvia Almeida mostra que ela está enraizada no racismo que, por sua vez, torna-se estrutural, ou seja, não se limita a ações vistas por determinadas pessoas que ficam chocadas por presenciarem atos racistas, sendo muitas vezes filmados e colocados em redes sociais, causando uma cultura que hoje é denominada de cancelamento. Esse pode ser definido quando o indivíduo pratica algo reprovável aos olhos da sociedade, sendo rechaçado, seja de forma virtual ou em seu cotidiano, todavia, o racismo estrutural está acima dessas ações identificadas em nossa realidade, pois é mais profundo.

Chocar-se com atos racistas não anula as estruturas que mantêm a população negra livre dos olhares preconceituosos, de associá-la a estereótipos que um dia foram chamados de elementos científicos, quando os denomina de inclinados à violência, à criminalidade e à vadiagem, a fim de justificar o índice de jovens pretos assassinados, retirando a responsabilidade do Estado, da sociedade e imprimindo o determinismo das ações negras. Ora, qual projeto foi feito em torno da população negra que acabava de se libertar das algemas? O que agora se esperava, como seriam tratados, haveria inserção e o fim dos discursos de ordem pautados no eugenismo?

No que se referem às bases das nossas relações políticas, de maneira sutil, nas relações de poder tanto do ponto de vista institucional quanto das representações de vozes negras, os ambientes são quase inexistentes, em que paradoxalmente a população negra, sendo maioria em nosso país, dificilmente aparece nas estruturas hierárquicas, comandando prefeituras, estados. Em relação à presidência do país, a exemplo, o único presidente negro que tivemos foi Nilo Peçanha e só alçou esse cargo porque era o vice de Afonso Pena, pois o titular veio a falecer em 1909.

O racismo estrutural constitui mentalidades, em que a própria população negra elege pessoas brancas, como uma espécie de negação de si. Aqui entra a ideologia do não ser para a afirmação da idealização do ser: o Homem Universal, já mencionado anteriormente, no racismo estrutural não reside apenas na questão do entendimento de que as estruturas de forma geral são racistas, fazendo parte da sociedade como um corpo que não é doente ou danificado, mas funciona com suas disposições racistas, chegando a ser tão natural que o próprio autor cita a força que o racismo estrutural tem como mais forte do que o racismo legalizado nos Estados Unidos até a década de 1960. Isso por permanecer nas relações de modo que muitas vezes os brancos e negros não percebem a sua sutileza.

Um dos pontos mais fortes que ele apresenta está justamente na sociedade não se incomodar quando não há presença maciça de pessoas negras na área da saúde, em especial na medicina, nas universidades. O corpo docente também nos indica a ausência ou o número limitado e a falta de incômodo, questionamento e busca por compreender essas reduções. É como se o olhar da sociedade já estivesse adestrado a não se inquietar e até mesmo achasse estranho, ou como se as coisas estivessem fora do lugar se houvesse presença de negros em larga escala nos espaços de comando.

1.6 A versatilidade do racismo estrutural

A questão do racismo estrutural estabelece laços de controle que submetem a população negra aos enquadramentos do homem universal para que possa ao menos ser aturado. Outra questão muito pertinente reside no conceito de beleza que atravessou e atravessa as relações interpessoais com a ideia da boa aparência que resguarda em si a sutileza de dizer que a cor negra estaria associada ao não belo, a uma estética que ninguém precisa ver e aceitar.

Referindo-se à estética negra, a mulher foi o grande alvo de anulação de sua própria imagem por envolver não só a cor da pele bem como o seu cabelo. Até porque os produtos de beleza para os cabelos das mulheres negras estavam associados ao apagamento da imagem crespa para a sociedade. A mulher negra se destituir do seu crespo como sendo uma responsabilidade social e civilizatória, sendo ensinadas logo cedo que seu cabelo é feio, e por isso precisa se enquadrar ao ideal de beleza (branca), ou seja, uma forma de distorcer a sua imagem a partir dessas inexistências estéticas de controle.

Dialogando com a autora Grada Kilomba, em sua obra *Memórias da Plantação, episódios de racismo no cotidiano*, sua obra intimista e desveladora por contar histórias de mulheres pretas que tiveram experiências violentas ao assumirem seu cabelo crespo, e em paralelo os que pareciam não estarem associados as práticas racistas, colocaram pra fora toda a sua fúria e intolerância com o simples fato de vê-los. Seria, portanto, uma agressão em não respeitar a ordem estabelecida do que pode ou não ser mostrado. Conduz a esses aspectos aviltantes, condensados a imprimir uma auto vergonha e a tentativa recorrente de acreditarmos que somos erradas em manter o cabelo em sua naturalidade, pois na visão da população branca, o cabelo crespo não atravessa o conceito de beleza ou feminilidade sobre a mulher negra.

Sob esses aspectos, sua abordagem me reportou a um momento opressor e ao mesmo tempo libertador quando fui acionada pelo racismo através do meu cabelo em um ambiente de trabalho, pois há muito já havia uma inquietação em não mais mantê-los sobre o processo de alisamento que fez parte de quase toda a minha existência. Neste momento de processo de auto aceitação, a gestão da escola que trabalhava ao se aproximar de mim, tocou em meu cabelo e afirmou que ele não se adequava aos padrões da escola e que eu deveria mudar para permanecer. Considerando natural suas falas racistas, novamente tocou sem minha autorização para saber se furava. Ali, me dei conta de tudo que o racismo pode fazer em nossos corpos e em nossas subjetividades, sendo um dos dias mais dolorosos que passei enquanto professora dentro de um espaço de educação. Todavia, naquele momento renunciei dentro de mim, qualquer forma de negação da minha estética em detrimento do racismo impresso com o discurso mascarado que estaria se preocupando com a minha aparência.

A autora discute essa invasão quando nossos cabelos são tocados, como se na visão branca eles já se sentissem autorizados a tocar sem necessariamente a licença ter sido concedida. Aquele olhar estranho sobre nossos cabelos, a necessidade de tocar, como se fôssemos alienígenas ou simplesmente não humanos, ou seja, nos constituir enquanto estranhos, fora do lugar. Por isso, sua obra impactou a minha pesquisa por me sentir narrada não como um objeto, mas um sujeito que ao se ver narrado vai constituir sua condição de sujeito. Neste aspecto que o racismo nos atravessa, podemos ir além para uma constituição antirracista, partindo da conquista e resgate dos nossos corpos para propiciar uma consciência do que o racismo fez e faz sobre nossa história. Vejamos, como sua obra é incisiva e multiplicadora:

Mais do que a cor da pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização. Uma vez escravizadas/os, a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores brancos, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de “primitividade”, desordem, inferioridade e não-civilização. O cabelo africano foi então classificado como “cabelo ruim”. Ao mesmo tempo, negras e negros foram pressionadas/os a alisar o “cabelo ruim” com produtos químicos apropriados, desenvolvidos por indústrias europeias. Essas eram formas de controle e apagamento dos “sinais repulsivos” da negritude. Nesse contexto, o cabelo tornou-se o instrumento mais importante da consciência política entre africanas/os e africanas/os da diáspora. Dreadlocks, rasta, cabelos crespos ou “black” e penteados africanos transmitem uma mensagem política de fortalecimento racial e um protesto contra a opressão racial. Eles são políticos e moldam as posições de mulheres negras em relação a “raça”, gênero e beleza. Em outras palavras, eles revelam como negociamos políticas de identidade e racismo. (Kilomba, 2019. p. 126,127).

Ao perceber o imenso incômodo com os cabelos crespos por associá-lo aos aspectos de animalidade e a ideia do outro como sendo esquisito ou de forma sutil mas não menos agressiva, sendo chamados de exóticos. A própria ideia de nos denominar dessa forma já carrega consigo traços de um narcisismo cultural ao ponto da necessidade vital de poder existir à medida que o outro se alinhe a sua discursividade ou trate de desaparecer. Um controle que não passa apenas pelo processo de exclusão em suas vivências cotidianas e segregadas como mencionei neste capítulo, mas o ter que se violentar diante do espelho.

Inversamente proporcional a toda violência sobre sua própria imagem, se voltar e fazer as pazes com o espelho numa versão de busca identitária se torna o início de um processo de luta para que o racismo seja minado em suas tecnologias sutis com seu discurso da necessidade de se manter a boa aparência, portanto transformar nossos crespos invalidados em atos de resistência nos permite compreender que não existe luta antirracista sem a busca pela identidade que o racismo articulou para que a nossa ancestralidade fosse apagada.

A própria indústria de cosméticos capilares para a mulher negra não dava espaço para que elas pudessem ter o cuidado e a valorização do seu crespo, tendo que se alinhar ao projeto versátil do racismo estrutural onde induz na dinâmica das relações sob essa égide violenta irmos comprar a nossa própria anulação estética, ter a preocupação de mantê-los lisos, e tudo isso sendo custeado por nós mesmas. Esse adestramento discursivo faz as mulheres negras pagarem para não existirem de fato, sendo apenas uma peça dessa desse projeto que se afirma sem se colocar como violento. Outro autor que discute esse elemento que está associado ao processo de desaparecimento da imagem da mulher negra, em um misto de auto ódio,

vergonha de si, baixa autoestima em apenas se sentir bela à medida que se esconde é conduzido por Jonathas de Vilas Boas de Sant’Ana, intitulado; *A imagem da negra e do negro em produtos de beleza e a estética do racismo*.

“Diversos produtos destinados ao cuidado capilar ..., transmitem a promessa de que a mulher negra se tornará bela desde que e apenas se “cuidar” de seus cabelos com os produtos oferecidos para alisamento e relaxamento. Somente com o uso do produto é que a negra pode aproximar-se do ideal de beleza branco, assemelhando seu cabelo “ruim” ao cabelo “bom” e branqueando-se por meio dele, isto é, aproximando-se do conceito “superior” de cabelo, o liso, característico do fenótipo branco.” (SANT’ANA, 2016. p. 18)

A dicotomia do “cabelo bom” e do “cabelo ruim”, já constitui um maniqueísmo em afirmar que tudo que vem da população negra está vinculado à coisas ruins, mas que podem ser superadas ou amenizadas se aceitarem utilizar os nossos produtos, feitos especialmente para que não possam prejudicar a paisagem social, ou seja, até o direito de produzir nossos próprios cosméticos no Brasil, nos foi negado pela exclusão aos espaços de poder e, por extensão definirmos nosso lugar na sociedade.

A constituição dessas relações racistas que fazem parte do nosso cotidiano pode ser verificada em outras questões que a Beatriz Nascimento nos fornece como mais um pressuposto para não ficarmos presos a questões mais gerais que são postas nas camadas econômicas, nas questões de trabalho ou de espaços de poder como o Sílvia Almeida faz bastante menção em sua obra *Racismo Estrutural*. Não se trata aqui de abortar as discussões de sua obra, mas nos provocar a envolver outras composições que norteiam a complexidade do racismo.

Na análise da historiadora Beatriz Nascimento, podemos pontuar como ódio a nós mesmos quando cabelos crespos não poderiam ser vistos, por causar desconforto visual à sociedade, sendo assim, mulheres pretas trataram logo de resolver o desconforto visual alisando-os. Configura-se a ideia de beleza vinculada à cabelos lisos, como símbolo de feminilidade e doçura, próprias do ser mulher, compondo a mulher negra em situação do não ser feminino nesta lógica e direcioná-la para o campo da força, da que aguenta tudo e as mesmas mulheres negras enxergam nas mulheres brancas o ideal de mulher a ser alcançado, se vendo e vendo as outras mulheres negras como algo inferior, se colocando como “amas” devotas de “sinhas” contemporâneas. Um laço de subserviência e auto rejeição que transpõe as barreiras do corpo e das relações.

“A todo momento o preconceito racial é demonstrado diante de nós, é sentido. Porém, como se reveste de uma certa tolerância nem sempre é possível percebermos até onde a intenção de nos humilhar existiu. De certa forma, algumas dessas manifestações já foram inclusive incorporadas como parte nossa. Quando, entretanto, a agressão aflora, manifesta-se uma violência incontida por parte do branco, e, mesmo nestas ocasiões, “pensamos duas vezes” antes de reagir, pois, como expus acima, no nosso “ego histórico” as mistificações agiram a contento. De tal forma que o preconceito racial contra o negro é violento e ao mesmo tempo sutil que ele existe latente e muitas vezes vem à tona nas relações entre nós mesmos. Temos, vamos dizer, uma atitude de amor e ódio por nós mesmos; a presença, o confronto com o outro nos incomoda também.” (Nascimento, 2021. p. 40)

O racismo não faz apenas o silenciamento de voz, mas tenta esconder a própria imagem negra dos locais de destaque para não prejudicar os espaços da beleza, da boa imagem que “todos” querem ver. Isso porque o nosso racismo cai diretamente na questão fenotípica, pois todas as associações de ordem negativa sempre passam pelo corpo, como fio condutor de todos os ataques, rejeições, a não presença, a necessidade de nos colocar em espaços de subserviência, como em serviços gerais, garis, empregadas domésticas, em que se reproduz as práticas da antiga Casa-Grande, e continuar não perguntando por que em geral só são encontrados nesses lugares, nessa gaveta estrutural muitas vezes naturalizada.

Quando Sílvio Almeida identifica que ao nos incomodarmos em vermos pessoas brancas pedindo esmola nas ruas, torna-se algo estranho, fora de lugar e ainda questionar; “O que estão fazendo aí?”, esses espaços não são para vocês. Já se insere em dizer quem na verdade deve estar neste lugar. Isso gera a invisibilidade negra e quando tentam mudar tal circunstância, produzindo intelectualmente, ficam na periferia das pesquisas e nos estudos acadêmicos, sendo fruto do racismo estrutural. Por ser uma patologia, quando o povo negro tenta se inserir em espaços de poder, mesmo que de maneira inconsciente, a sociedade barra e tenta manter a “normalidade” devida à saúde da sociedade, tendo em vista que essa prática define que a presença do racismo não é algo patológico, mas orgânico, em linhas harmônicas nas relações que atravessam o corpo social da sociedade brasileira.

Diante dessa organicidade, entende-se que toda forma de atuação é atravessada pelo racismo estrutural, na concepção de Sílvio de Almeida, por compreender que as instituições são racistas, porque a sociedade é racista, e, mesmo que ocorra punições ou enquadramentos, multas ou qualquer forma de sanções, a sociedade permanecerá fluindo as narrativas e prática similares de forma consciente ou inconsciente. Isso quer dizer, que por ser estrutural, necessariamente os indivíduos ou grupos não precisam estar conscientes de suas ações, e quando questionados por agirem de tal forma, não conseguem enxergá-las.

O estrutural tem esse poder de tirar a percepção de que está ocorrendo no cotidiano, nas instituições ou em qualquer setor da sociedade. Essa falta de percepção perpetua as relações, e mantém por extensão, as desigualdades raciais, atrelando as mesmas ao discurso da meritocracia. Ou seja, a população negra se encontra em espaços de vulnerabilidade e subserviência por não se esforçarem para estar em espaços de dignidade e poder. Neste aspecto, quando encontrados indivíduos negros em espaços de poder ou relevância salarial, o discurso racista se utiliza dos poucos indivíduos que estão inseridos nessas conquistas para fortalecer a perpetuar a situação da população e por extensão a falta de visão sobre o porquê a maioria permanece na marginalidade social.

“No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance. Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial. (Almeida, 2020, p. 53)”

As questões que envolvem o discurso da meritocracia para colocar as desigualdades raciais e o racismo como algo fora de contexto da sociedade brasileira, todavia não se sustenta em sua narrativa, pois no momento que indivíduos já nascem inseridos em espaços de muitas oportunidades e ao que se refere a população negra de modo geral já são lançados na sociedade, onde chances, possibilidades, condições mínimas são inexistentes ou negadas. Neste aspecto, não questionar as premissas da nossa raiz desigual, pós abolição, no mínimo se insere em uma desonestidade intelectual e social para aqueles que ainda sustentam o discurso meritocrático no país.

“As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista.” (Almeida, 2020, p. 32)

No jogo institucional ele torna-se velado, tirando as arestas da difamação, porque se não houve agressão direta e muito menos injúria, nossa sociedade está de modo geral distante do histórico escravista que marcou nossa história. Uma sociedade que saltou para outro patamar que advoga a igualdade civil e a equidade, todavia a letra da Carta Magna não

consegue ter força narrativa, estende-se, internalizando sobre as mentalidades e jogos discursivos que tentam disfarçar a raiz formadora do nosso país.

A prova disso se mostra nas piadas que envolvem diretamente seus corpos, suas raízes e seus comportamentos, vistos como fora do lugar, e, enquanto piada, carrega uma sequência de crenças que precisam ser ditas de forma não chocante, mas permanente, fazendo parte do acervo de piadas que são legais de serem contadas, mas quem rir? Quem repassa? São questões que precisam ser respondidas. A ideia de raças e por extensão como sendo promovido por intelectuais, teriam sua valoração de verdade, por se encontrar transitando nos espaços acadêmicos do final do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, ganhou força na subjetividade, convencer a sociedade que se tratava de moldurar a sociedade brasileira.

A eficiência do racismo é inegável, até porque não se utiliza das mesmas táticas para se estabelecer entre as relações étnico-raciais, porém quando dialogamos com a obra da historiadora Beatriz Nascimento em sua obra; *Uma história feita por mãos negras*, ela aponta essa dualidade da rigidez e da sutileza que também o Sílvio Almeida aponta para identificar questões mais internas e simultaneamente externas que o racismo provoca entre nós ao ponto de produzir ausências de reflexão de suas ações entre seus pares. Essa condução se tornou tão natural e eficiente que enrijece as possibilidades de abertura do que se pensa e faz quando a aversão, o ódio, a repulsa, a vontade de não ser, provoca danos irreparáveis em nossas existências.

A narrativa de Beatriz Nascimento, nos traz essa inquietação teórica de enxergar a profundidade do racismo. Ela compreende e identifica as camadas que o possui, enlaçando e produzindo no olhar negro uma auto rejeição que atravessa sua história, sua construção enquanto indivíduo social, que se inquieta com as rejeições quando acontecem de forma externa e rígida, mas na sutileza provoca em si, as composições que vão violentar sua própria história suas raízes e até mesmo ter vergonha do que se é, ou seja, o não ser não parte apenas do olhar branco sobre o negro, mas parte do olhar negro sobre os seus pares. É uma tentativa e busca de ser com os mecanismos do não ser, para não desaparecer.

Quando ela pontua esse embate do amor e do ódio contido nas subjetividades negras, tem muito a ver com está inserido em uma estrutura que os enxerga seres estranhos, fora do comum e que acabam sendo colocados como alvo de narrativas sutis de “brincadeiras”, “falas afetuosas” e paternalistas que minam a nossa reflexão em ter a certeza ou não das agressões

que se fazem todos os dias em situações adversas e distintas que por sua vez, nos faz reagir e sermos vistos como indivíduos violentos ou nos silenciar e deixar as violências simbólicas se sobreporem sobre nossas existências e muitas vezes essas mesmas respectivas sutilezas são reproduzidas entre nós sem nos dar conta da manutenção do status racista em nossa sociedade.

Ela insere essas questões como complexas que foram sendo construídos como base fundamental para a sustentação do racismo, o ódio de si se situa na questão cabelo, da vontade de casar-se com pessoas brancas para que sua prole não faça parte do seu espelho, quando as piadas não nos incomodam. Ela também faz o mesmo alerta de pessoas negras conviverem com um maior número de pessoas brancas em nosso meio, quando há ascensão social negra e essa mesma pessoa negra não questiona, não discute, não provoca e muito menos se sensibiliza com as demandas que envolvem as discussões sobre o racismo. É o apagamento de sua identidade a partir de ascensão social que não se estende à maioria, ou seja, é exceção e não regra. O racismo brasileiro, por isso possui essas particularidades que faz os indivíduos negros se sentirem em um espaço onde de certa forma podem experimentar a tão dita democracia racial, como elemento fundante da nossa história, versada por Gilberto Freyre em sua obra, *Casa Grande & Senzala*.

São essas micro agressões que se constituem como tentáculo do racismo estrutural, fazendo parte da cultura e nem foi considerada algo condenável por muitas gerações, desde a abolição da escravatura, ocorrida em 1888. Todavia, o movimento negro, a produção intelectual negra, vem mostrando todas as raízes e frutos do racismo estrutural em suas multifacetadas atuações, mas essa questão iremos discutir no segundo capítulo em evidenciar as lutas do movimento negro para esclarecer o racismo estrutural e como identificá-lo para que a luta tenha uma consistência teórica, esclarecedora e transformadora.

2.0 Uma consciência negra: a luta pela abolição ainda não acabou

Falar sobre a realidade da população negra pós-abolição, partindo do pressuposto de que a sociedade brasileira não associou o fim da escravidão como elemento benéfico, é perceber que foram criados expedientes de exclusão, silenciamento, condicionando negros a base da estrutura da pirâmide social, diante da própria dinâmica racista de não os enxergar em espaços de direitos e de dignidade cidadã. Essa ausência de locais criou um ambiente de não passividade e, em simultâneo, também mecanismos de proteção, denúncia do aparato que os colocava na marginalidade no âmbito do trabalho e da remuneração não adequada, da possibilidade de obter uma educação formal que não se limitasse à formação técnica, mas oferecesse um leque de aprendizagem para o exercício da cidadania, pois sua atual condição exigia, de maneira latente, a inserção na sociedade integralmente.

Havia uma inquietude por estarem recém-saídos da condição de escravizados e compreender que não eram aceitos em espaços frequentados por pessoas brancas, ou seja, não havia uma segregação oficial, de Estado, mas na estrutura das relações sociais. Essa ação de não aceitação da presença negra se tornava frequente em diversos setores da sociedade. Diante desse fato, houve uma consciência de autopreservação de si e de sua identidade, criando associações negras para atenderem demandas diversas, possibilidades de se sentir enquanto indivíduo e, ao mesmo tempo, não se limitar às associações.

Denunciar que havia algo destoante do conceito de abolição se fazia urgente, e o surgimento da imprensa negra, em paralelo com a manutenção das associações, se fez muito presente e incansável em mostrar que essa marginalidade estava vinculada a toda uma estrutura racista, proveniente de um passado não tão distante que os enxerga enquanto seres inferiores e não dignos de participarem do direito de cidadania, mesmo sendo libertos há muito. Portanto, neste capítulo abordarei as ações que foram postas e impressas pela referida população, para serem ecoadas e ouvidas, pois a abolição não foi satisfatória, portanto não se calaram para se ajustar a uma pseudoliberalidade cerceada e marginal.

A dissertação que discute a insatisfação negra pelo resultado dúbio da abolição intitula-se *A Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências*, defendida por Gilmar Luiz de Carvalho em 2009. Apesar de mostrar que os canais de resistência se fizeram pela imprensa, outras formas se constituíram para que pudessem exercer uma vivência com ares de dignidade. Isso significa dizer para que não se limitassem apenas a existências similares aos párias, ou seja, o corpo organizacional a partir

de uma consciência de onde estavam, era a tradução de que havia muito a se fazer para não permitir que as marcas da escravidão estivessem em suas realidades de recém-libertos.

Assim, o autor pontua esse expoente de resistência.

As primeiras associações beneficentes negras do tipo a que estamos nos referindo eram uma reação à recusa das associações brancas em aceitar negros em seus quadros, bem como a necessidade de estabelecer vínculos de lazer. Basicamente, surgiam das conversas iniciais nos principais pontos de concentração já mencionados, em que alguns interessados promoviam a criação de entidades sem fins lucrativos, convertendo-as em sociedades dançantes, beneficentes, cívicas, esportivas, grêmios recreativos, literários, dramáticos e cordões carnavalescos. Possuíam, na maioria das vezes, um estatuto, e eram conduzidas pela figura de um presidente, auxiliado por uma diretoria escolhida por meio de eleições. As mais estruturadas possuíam sede própria, e a principal fonte de recursos era o pagamento das mensalidades feito pelos sócios. Lançavam-se também métodos alternativos para conseguir fundos, como a arrecadação de bilheteria nos bailes, a circulação do livro de ouro e a realização de eventos beneficentes (Carvalho, 2009, p. 63).

Diante de uma sociedade que se recusava a se relacionar com a população negra, criaram-se essas associações como forma de perceber que, para lutar contra a exclusão de ordem racista, eles precisariam construir uma força entre si que pudesse dar sentido à sua liberdade, criar vínculos mais consistentes para a sua existência, sobrevivência e possibilidades para não serem limitados de forma permanente a guetos que passaram a existir não oficialmente, pois o Estado republicano não declarava em sua constituição que eles deveriam se limitar a espaços segregacionistas. Porém a sociedade elaborou espécies de “leis informais” para a manutenção de suas consciências escravocratas e racistas.

Assim, não foi à toa que a presença negra incomodou em vários ambientes recreativos, suscitou uma explosão de resistência, pois as opressões tomaram outro formato, já que agora não estavam em senzalas, trabalhos compulsórios e tendo seus corpos expostos a serem dominados e torturados, criou-se um mecanismo de anulação de presença, por não poderem mais tratá-los como propriedade.

Pela forma como estavam sendo organizadas essas associações, residia uma pressa necessária para vivenciar a experiência de autorizar entre si o exercício de sua condição humana, pois a escravidão e a abolição marginal continuavam a desumanizá-los diante de um Brasil que se constituía aos moldes de um regime que, em tese, possibilitaria cidadania para toda a população. Esses espaços de vivência propiciaram discussões acaloradas que puderam tomar forma de imprensa viva e alternativa, pois, se a sociedade os excluía dos espaços cotidianos, entendiam que a imprensa oficial não os daria voz, e, sendo os próprios constituintes dessa empreitada de resistência, estariam na condição de sujeitos de si e de uma sociedade que estariam prontos a desafiar. A visão dessas associações criou um ambiente

formador de caráter crítico, imbuídos de que precisariam se preparar, pois as lutas não são cessadas a curto prazo.

A história da escravidão ainda fazia a sociedade fechar as suas portas para eles, seja negando sua presença, seja em trabalhos similares à exploração antes vivenciada ou impedindo o acesso aos espaços de dignidade, educação. Esse teor pedagógico acabou fazendo parte desses espaços além da necessidade recreativa para reparar o que o Estado e a sociedade os negou nas primeiras décadas do Brasil republicano. Nesse momento, a escola seria a parte fundamental desse processo de resistência, pois a criação de instituições no interior de suas associações daria espaço para formar vozes da imprensa que se levantariam enquanto força paralela. Dessa maneira, eles “[o]rganizavam ainda colégios, bibliotecas, fundos de pensão, assistência jurídica, centros de caridade[,] entre outros serviços. A estrutura dessas associações será o norteador da organização dos futuros jornais da imprensa negra” (Carvalho, 2009. p. 64).

Não apenas forças paralelas ou vozes paralelas a uma sociedade dita brasileira, mas uma estrutura de poder paralela que se questionou sobre qual sociedade se desenhava, isso em um momento no qual as associações tomaram forma de micro poderes de ordem não legal entre si, do ponto de vista jurídico, sendo visto pelo todo social como algo estranho, fora da ordem, mas ao mesmo tempo na visão da sociedade como uma forma de não ter que lidar com as demandas de um Brasil que lançou a população negra nos espaços urbanos, onde agora requerem sua condição cidadã.

A criação de escolas e bibliotecas sinalizava a falta de acesso à educação para a população negra que, por sua vez, se propôs a sua efetivação, pois historicamente a estrutura de escravidão que perdurou no Brasil por 354 anos sempre teve em seus receios a possibilidade de que a população negra pudesse aprender a ler e a escrever, ou seja, adquirir o conhecimento formal que traria como consequência uma ameaça ao poder dos senhores brancos em sua estrutura escravagista. A ideia da inerligação do poder ao saber sempre esteve presente, por isso a negação ao acesso educacional. Porém essas aspirações tomaram forma e puderam lançar sementes de consciência de um Estado Brasileiro que apenas aturou a sua atual condição de libertos.

Além da ausência de possibilitar uma educação formal, verifica-se nessas associações o descaso do Estado que não conseguiu se inserí-los no mercado de trabalho, pois, como mencionei no primeiro capítulo, a ideia narcísica de branquear a nação através do fluxo

migratório dos europeus no país também se configurou em estabelecer espaços de trabalho para os imigrantes, renegando a sua presença a este direito.

Com esse fato, as associações adquiriram um status de amparo, resgate, dignidade, trabalho, educação, consciência e respaldo para mostrar um Brasil ilusório no que diz respeito ao discurso vigente de uma democracia racial. Nesse contexto, essas resistências geram elementos diversos a partir das demandas postas na sociedade de caráter segregacionista. Contudo, não me limitarei a abordar apenas essas resistências iniciais que aconteceram não somente em São Paulo, mas se tornou um perfil que se evidenciou nas grandes capitais, como Rio de Janeiro e Recife, onde houve fluxo da presença de “libertos”.

Nas diversas formas de resistências, a imprensa deteve o poder de maior alcance até pela sua essência e formato, por isso a população negra embarcou através desse veículo, mesmo que não oficialmente, assumindo um espaço que eles mesmos criaram sem esperar que a sociedade declarasse a sua existência com a ideia de que a imprensa gerida por eles pudesse incomodar, denunciar os abusos e forçar o Estado a compreender que não ficariam calados diante da exclusão latente e crescente sobre si mesmos.

A proposta aqui não é apenas falar da imprensa negra nesse momento, mas mostrar o caráter lúdico, integrativo, questionador e conscientizador de que não poderiam permanecer inertes a toda sorte de preconceitos e discriminações muito explícitas em São Paulo, bem como em qualquer parte do Brasil onde havia a presença negra em espaços urbanos. Entre tantos jornais, existia um que aglutinava todos esses elementos citados anteriormente, o periódico *O Menelik* que,

(...) assim como o rei etíope, trazia em si a capacidade de superação do negro sobre a elite dominante, o exemplo de integração a ser seguido. O jornal, mesmo de uma forma mais modesta, propunha a discussão dos temas que eram pertinentes à realidade do negro em São Paulo naquele momento.

Para além dos mexericos, dos concursos de beleza e das notas de casamento, havia o apelo à conscientização e à luta contra a discriminação e o preconceito raciais. O jornal foi publicado entre 1915 e 1916, portanto, em plena Primeira Guerra Mundial, evento sobre o qual não existe menção, não só pelo *Menelik*, mas por nenhum outro periódico negro até o final do conflito, em 1918 (Carvalho, 2009. p. 78).

O próprio nome do jornal já evocava um elemento de resistência, devido a um passado de escravidão que também foi responsável por tentar veemente apagar a história do povo negro, sua ancestralidade, suas marcas culturais, invalidando tudo que pudesse se remeter à África, até porque, pela teoria darwinista discutida no capítulo anterior, tudo que

envolvesse a população africana não seria visto como evoluído, civilizatório e que merecesse memória ou resgate. Isso como se eles não tivessem origem, identidade, mas o ato de resistir, em contrapartida, pressupõe que uma luta toma sentido quando se compreende o que se é, de onde veio, sem apagar suas origens.

Quando faço menção à memória, ao resgate de sua ancestralidade, não me direciono a compreender esse processo como algo estático, pois o processo da diáspora africana, os séculos de escravidão e uma abolição marginal que tiveram que vivenciar não permite que sejam exatamente como seus ancestrais. De acordo com Stuart Hall, em seu artigo *Identidade cultural e diáspora* (2003), as marcas culturais negras são bem expressas nas associações e publicadas nos seus jornais como forma de ir além da existência, adquirindo o conceito de *identidade cultural*.

Nesta segunda acepção, identidade cultural é um "tornar-se" e não apenas um "ser". Pertence tanto ao futuro como ao passado. Não é algo que já exista e transcenda lugar, tempo, história e cultura. As identidades culturais vêm de algures, têm histórias. Porém, tal como acontece com tudo o que é histórico, também elas sofrem transformações constantes. Longe de se fixarem eternamente num qualquer passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo "jogo" da história, da cultura e do poder. Longe de se fundarem numa mera "recuperação" do passado, que está à espera de ser descoberto e que, uma vez encontrado, assegurará para todo o sempre a estabilidade do nosso sentido de nós próprios, as identidades são os nomes que damos às diferentes formas como somos posicionados pelas narrativas do passado e como nos posicionamos dentro delas (Hall, 2003. p.24).

Na perspectiva de Stuart Hall, não posso problematizar as lutas, as denúncias, as aspirações da população negra em dignidade e identidade, por não se render à imposição cultural branca, sem esclarecer que é inegável esse atravessamento das relações culturais entre eles, seja por imposição em maior instância ou pelo convívio que integra naturalmente os elementos culturais do 'outro', pois assim eram vistos os negros, se fazendo paradoxalmente estabelecidos nas relações cotidianas.

Mesmo com a prática do que impôs a escravidão e a exclusão social por extensão, recaiu sobre a população branca inevitavelmente essa influência. Mas o que o autor quer nos mostrar justamente é a condição de sermos essencialmente históricos e, por sua vez, a identidade cultural deixa de ter o conceito de *ser* para *torna-se*, mas o 'tornar-se' tem a ver com indivíduos negros que compreendem seu lugar no Brasil, que a escravidão determinou o silenciamento de suas identidades forjadas, que foram postos de forma repressiva e violenta. Foram gerações que não viveram na África, tendo o Brasil como lugar, como história e processo de produção de sua identidade. Nesse aspecto, recorro à Stuart Hall para

não limitar minha análise pela busca da identidade negra e suas resistências, seus enfrentamentos, mas para abordar todo o processo estrutural de segregação que se instalou, sem a necessidade da letra da lei, como algo imutável, mas que foi adquirindo uma identidade histórica, novas lutas, novas reivindicações, um lugar na sociedade.

As relações de poder fizeram da população negra sempre *o outro*, sujeitados aos comandos culturais dos que sequestraram a sua existência. Assim, no século XX, em um contexto republicano, no qual as lutas terão outro conceito, suas vivências culturais como forma de resistência serão conduzidas, compreendendo que suas raízes existem, mas que o tempo, o lugar e as novas relações geram identidades transformadas ao longo de todo o processo que os fez chegar até a geração de libertos desejando ir além do “não ser escravo”.

Reivindicações com teor histórico, contextualizado, assumiram novas camadas e irei analisá-las neste capítulo, fazendo referências às associações e à *imprensa negra*, como era denominada no início da república no Brasil, e também introduzindo novas necessidades que são igualmente históricas e necessárias para alargar o direito de cidadania.

Com a contextualização do que são enquanto identidade histórica, o jornal, oriundo da imprensa negra, propõe que todo o povo negro não se negue, busque-se, volte-se para trás, mas entendendo que esse presente constituiu um jeito de reviver o que a diáspora violentou, voltando a compreender o processo pelo qual estão inseridos, as raízes das aversões às suas expressões culturais, o porquê de continuarem pela via da exclusão, em um modelo segregacionista e, com isso, sinalizar os preconceitos que atravessam seu cotidiano. Ele também estabelece sinais de manifesto, de convocação para unir forças, partindo do princípio de que a problemática estava posta e exposta em vários âmbitos da sociedade. A perspectiva de integração da população negra possibilitaria uma forma de minar a estrutura dominante de origem escravocrata, em que as raízes de uma tradição não seriam diluídas a partir de uma promulgação de liberdade.

A imprensa negra era a declaração narrativa documental de uma sociedade que não se deu ao trabalho de ser sutil em suas ações discriminatórias ao ponto de se resguardar em espaços escapistas de sobrevivência e produção de forças e conhecimento para barrar o peso do racismo sobre suas existências, pois para a sociedade branca eles não deveriam estar e muito menos permanecer e conviver com ela.

A condução de suas lutas e políticas de ordem, para que a realidade do racismo e da discriminação seja atenuada, compreende esse processo como uma busca pela consciência

de si enquanto grupo étnico, forjado dentro de uma estrutura escravagista que concedeu uma liberdade tutelada que em nada trouxe um conceito de identidade cultural e dignidade cidadã.

De acordo com Clóvis Moura (2021), podemos perceber um conflito, movido por antagonismos no interior do movimento negro, pois alerta que as marcas da escravidão trouxeram sequelas para a consciência, para a visão da população negra, tornando-os muitas vezes opositores entre si. Essa oposição reside em quatro elementos que se constituíram e enfraqueceram a luta do movimento negro. Ocorreu uma divisão, em que existia o negro com perfil de plebeu, ou seja, a maioria da população negra; e os negros letrados de classe média, que formavam suas lutas ou acomodações em contexto de racismo e discriminação.

Essa separação os fazia paradoxalmente adquirir uma necessidade de inserção ou, pela falta de perspectiva, adotar uma postura passiva ou agressiva. E Clóvis Moura, em sua obra *a Dialética do Brasil Negro* (2021), vem nos fazer mergulhar nesse universo conflituoso, paradoxo, passivo e agressivo formado no interior das lutas do povo negro em poder de alguma forma ter um pouco de dignidade, mesmo que forjada, sequestrando suas raízes modificadas pela própria conjuntura do tempo e do espaço que seus ancestrais tiveram aqui no Brasil nas condições de escravizados.

Os quatro elementos analisados foram denominados de *estrutura de subalternidade*, *ambiguidade*, *agressividade* e *ansiedade*, tendo em comum as facetas do tentar existir e viver da população negra; e como espaço São Paulo, por ter sido a metrópole que absorveu os que saíram da estrutura escravista e foram lutar por espaços de cidadania. Vejamos como o autor dissecou essas composições de luta:

SUBALTERNIDADE - Concordância com os espaços que lhes são conferidos. Tendência a uma moral puritana. Reconhecimento de que no Brasil há uma democracia racial. Negação de que já foram discriminados alguma vez.

AMBIGUIDADE - Excesso de etiqueta. Verbalização oposta ao pensamento. Ironia disfarçada em elogio. Malandragem nas relações com o branco.

AGRESSIVIDADE - 1) Agressividade física: criminalidade; comportamento marginal; uso de drogas (maconha); 2) agressividade simbólica: exibicionismo nos trajes (muitas vezes africanos). Exibicionismo nas atitudes sociais e regras de etiqueta em reuniões. Exibicionismo do seu poder econômico (externo) principalmente em espaços brancos; 3) agressividade sexual: exibição de brancas em lugares públicos como objeto sexual. Subestimação da mulher negra sexual e socialmente. Subestimação do homem branco. Comportamento fático com a mulher branca; 4) agressividade compensada: agressividade simbólica que compensa em frequentar grupos sociais brancos e neles mostrar tipos de agressividade e atitudes exóticas; 5) agressividade econômica: exibição de statu de negro rico em vários níveis, inclusive casando-se com mulher branca.

ANSIEDADE - Sentimento que se apodera dos negros todas as vezes que têm de transpor espaços sociais desconhecidos. Ele, paradoxalmente, poderá transformar-se em agressividade, tudo depende da reação dos grupos que compõem o espaço. Se for de rejeição, o negro ou pode cair na subalternidade, aceitando o

comportamento do outro agente social, ou poderá cair para atitudes agressivas ou procurar segurança (proteção) via forças mágicas aderindo a religiões salvacionistas (Moura, 2014, p. 286-287).

Os elementos em questão acabam por ser dialógicos na luta por inclusão, por resistir e ser aceito como indivíduo, cidadão, nem que os meios sejam vistos como ambíguos, disformes do que se entende por resistência. No primeiro expoente da subalternidade, reside um ato de sobrevivência e, ao mesmo tempo, as marcas da escravidão que de forma explícita arrastou muito de suas identidades diluídas no processo colonizador escravagista, em que o condicionamento de toda uma existência, regada ao controle de seus corpos e subjetividades, teve como resultado um minar de suas forças ao acreditar em mudanças.

Portanto, sua luta poderia significar sua extinção por completo. Todavia, com o sequestro de suas consciências, ausência de uma formação crítica, até porque a abolição não trouxe terra, empregos, educação e moradia, como haver o entendimento de seu lugar na sociedade? Reproduz-se um discurso de que o Brasil é um marco singular em um contexto global por construir no pós-abolição uma Democracia racial. Essas crenças vão sendo internalizadas e reproduzidas entre parte dessa população negra que advoga a ideia de que tudo está em seu devido lugar.

Com a crença de que tudo está em harmonia, ocorre um indicador de que muitas vezes a resistência necessariamente deveria vir acompanhada de sua integridade enquanto indivíduo em sua composição étnica, cultural e religiosa, bastando apenas sobreviver. Uma prova dessa articulação dúbia se faz em absolver a moral puritana branca, seus conceitos comportamentais e religiosos, em que muitas vezes renegam suas raízes há muito perdidas no tempo impositor, violador das raízes africanas. Paradoxalmente, existe a vontade de viver, de estar em espaços de subalternidade, de não ser aniquilado, exterminando assim as suas subjetividades.

Essa reprodução trouxe para os nossos dias a crença de que o nosso país vive uma democracia racial por não se assimilar às experiências norte-americanas e sul-africanas com seus sistemas de segregação, tendo feito parte da vida deles até a década de 1960 e 1990, respectivamente. A cristalização desses discursos fortaleceu a luta do povo negro em reexistir, mesmo que o esclarecimento não tenha vindo acompanhado em suas vivências.

Dessa maneira, Clóvis Moura, em sua análise, tenta mostrar que não ocorreu um processo unificado de lutas por existências, resistências, dignidade em sua instância mais complexa, pois eles chegaram em um ambiente urbano e teve que lidar com uma realidade

onde a sobrevivência para muitos falava mais alto, porque em paralelo havia um contingente de imigrantes que inundaram São Paulo para abarcar as frentes de trabalho e eles se viram não atendendo aos requisitos fabris nos espaços da grande metrópole. Esse fato diz muito sobre essas formas alternativas de sobreviver, não deixando de lado que o Brasil estava em um contexto capitalista liberal, altamente competitivo, em que não havia espaço para quem ainda não sabia manejar as máquinas das nascentes fábricas. Neste momento, os imigrantes assumem esse lugar e a povo negro, resta sobreviver de trabalhos de caráter dúbio, por se tratar de relações que não se distanciavam de analogias que buscassem se aproximar do seu passado recente de escravização, portanto sem proporcionar condições mínimas de cidadania.

Quando se discute a ambiguidade, vê-se que a população negra recorre a diversas táticas de se fazer existir, questionando sutilmente os moldes comportamentais da estrutura branca em ditar as formas de ser e estar na sociedade, tendo qualquer variante de etiquetas ou maneiras de se portar e falar como aberrações à civilidade, tão buscada no início do século XX para construir uma nação em conceitos civilizatórios, ou seja, distanciado de tudo que não seja branco.

Diante dessas exigências, a resistência negra se faz em termos, expressões que se remetem a sua identidade não condicionada ao letramento branco em como falar. Desviantes do sistema definidor civilizatório, recorriam muitas vezes ao que se chamava de malandragem, que nada mais era do que uma forma sutil de resistir e não ser massacrado pela estrutura branca. Os elogios irônicos de mostrar a civilização do branco, mas não querendo esse espaço para si, não por se considerar apto a se enquadrar, mas como forma de perceber em sua subjetividade a sensação de se sentir vivo em sua identidade.

Não bater de frente se tornou uma tática desse grupo que condicionou sua resistência no campo comportamental, irônico, debochado de uma civilidade que não convence, não atrai, mas que se acredita como definidora do progresso social na visão dos brancos. A ambiguidade faz uma pseudo conexão de que a população negra está aplaudindo as bases de civilidade, mas carrega em si as formas escapistas de lidar com o cotidiano do racismo entranhado em constituir para com eles a ideia do não ser, do não situado, do destoante da sociedade composta por formulações discriminatórias e a ambiguidade carrega em si uma estratégia movida à ‘leveza’ para poder ser e se sentir enquanto indivíduo. São resistências que promovem uma situação ilusória de adequação aos ditames brancos, porém reside na ideia de existir sem ser massacrado. O que se convencionou ser posto como ‘malandragem’,

como ideia distorcida, estereotipada de modos de ser “biologicamente negro”, são ações da própria dinâmica de sentir, viver o racismo e buscar escapar a qualquer custo.

No substrato dialético da resistência negra, tendo de experimentar suas formas simbólicas de inferiorização que o racismo ainda profere ao povo, como a violência estética, religiosa, econômica, social e subjetiva, as forças dinâmicas e múltiplas dessas violências criaram uma celeuma de embates com proporções em níveis de uma espécie de resistência violenta, com ares contraditórios a se questionar o resultado dessa resistência, quando Clóvis Moura destaca os aspectos da violência física que fez e faz parte da ação negra contra o sistema racista impresso na sociedade brasileira.

Tal sistema denomina de ‘agressividade’ o composto de ações que fizeram parte de uma sequência de atos de dor e desespero, isso em uma estrutura que os nega o tempo inteiro, trazendo como consequência uma dinâmica de embates diretos e indiretos com a população branca. Mas a agressividade física como resposta não se faz satisfatória, pois a população branca condiciona esse ato ao discurso de que os negros enquanto ‘raça’ são inclinados à violência, colocando todo o racismo e a revolta do povo negro em não aceitar essa discriminação como simplesmente por serem agressivos por natureza e, portanto, uma ameaça social. A agressividade encontra ao mesmo tempo uma forma de resistência, mas um mecanismo de fortalecimento do discurso branco para minar a luta do povo negro por inserção.

As condutas de cunho sexual que o autor aborda retratam como outro movimento violento a necessidade de exibir uma mulher branca como objeto, pois a objetificação da negra se fez na história da escravidão e pós-abolição. Contraditório, pois essa forma de resistência não extraiu elementos teóricos contundentes para que sua luta permitisse uma cidadania de caráter coletivo, mas assume uma ação individual e integracionista de si enquanto identidade étnica, por associar o casamento com uma mulher branca como forma de ascensão social, respeito e dignidade. Todavia, são agressões à população branca e a si mesmo.

Nessa dialética de luta, nesse momento se enxergam as descontinuidades da luta negra por espaços de inclusão. As afirmações partem de ter que provar o tempo inteiro que possui competência, força para conquistar tanto quanto um branco (ascensão social), não baixar a cabeça quando a violência branca chega; agredir culturalmente com a própria estética colorida, suas vestimentas e adereços que sempre incomodaram a tradição branca escravocrata e pós-escravocrata, por se manter a mentalidade colonialista, mesmo após a

abolição. Para o branco, isso não passava de um exotismo de um povo inferior sem as condições mínimas de etiquetas para se enquadrar na sociedade brasileira que conduziu o discurso da democracia racial, todavia espelhada nas formas de ser e estar brancas.

Nessa agressividade, reside em simultâneo o caráter de se mostrar quem se é por sua estética negra, mas faz um percurso de se direcionar para harmonizar-se com os brancos em sua visão de formar a ideia de família com uma mulher branca. São subjetividades de resistência, permeadas pelas violências que o projeto da miscigenação e da violência racista ininterrupta os condicionou a uma luta neste momento paradoxal, a partir do pensamento “Estou lutando por minha identidade e liberdade ou por uma aceitação que se enquadre na lógica branca?”. São indagações que se colocam aos nossos dias e retratam o que o racismo causou até na luta por existir e resistir da população negra e, por extensão, do movimento negro.

Esses questionamentos se explicam, na visão do autor, por essa luta pela inclusão ocorrer de formas dicotômicas no que ele convencionou chamar de *ansiedade*, devido a todos os medos, receios que caminham juntos em suas mentalidades que, por regra, sempre recebem a rejeição como tratamento. Portanto, resta saber como agirão diante dessa recorrência, e o autor nos lança um olhar sobre outro expoente das estruturas racistas que vigoraram e vigoram no país, como elas afetam as alternativas escapistas de sobreviver ao espaço racista e discriminatório. Ele aponta três alternativas discrepantes, mas com objetivos comuns. Uma delas é ser agressivo como resposta a um espaço de rejeição, pois parte da população negra assumir essa postura por entender que não responder dessa forma irá trazer de volta a ideia de que devem ficar calados diante das afrontas e violências de cunho racista.

Todavia, há um grupo que tenta sobreviver comprando a lógica da subalternidade, reproduzindo os elementos que faziam parte de um passado colonial, sendo subjugados e tendo de aceitar que para sobreviver necessitam desse “destino”. Um pensamento que tem em si o medo da exclusão completa e para não se ver nessa realidade se permite aceitar a subalternidade como ato de sobrevivência de continuar existindo.

Essas existências acabam por distanciá-los de suas raízes religiosas, desgastadas inclusive pelo discurso de serem consideradas demoníacas e, por isso, foi forjada a crença para muitos grupos negros a se enveredarem pelas religiões que fazem parte da conduta branca, salvacionista, onde eles espelham nela a busca por proteção que não encontram no Estado, na sociedade e vê no movimento negro muita repressão, então a ideia da acomodação

é vislumbrada nas religiões salvacionistas que tiveram mais aceitação nas grandes cidades, metrópoles por ser espectro das enormes desigualdades raciais e a busca por proteção se torna mais necessária e urgente.

As lutas de enfrentamento ao racismo pelas configurações de exclusão social que ele trouxe consigo para a população negra liberta, mesmo com as contradições que expus anteriormente, tendo como base a análise de Clóvis Moura, mostram força propulsora em muitos dos aspectos de luta por não recorrer à violência em suas versões já citadas neste capítulo, muito menos ao processo de subordinação, mesmo sendo pessoas livres juridicamente.

Portanto, enfrentamentos bem definidos compreendem que não se pode enfrentar o racismo se ocorrer a sabotagem de sua própria imagem, da estética de seus corpos. Quando se recupera a autoestima do próprio corpo e não se enxerga como algo feio e distorcido, a luta adquire uma amplitude de si, para mostrar que outras belezas e cores existem. Nessa perspectiva, o autor apontará os aspectos dessa luta através da beleza negra e sua autoafirmação cultural. Vejamos o que ele diz a respeito de como essa luta se processou:

É uma revalorização simbólica com a qual essa camada negra letrada, ou que dela sofre influência, se reencontra com suas raízes étnicas ou se auto valoriza socialmente. Os produtores dessa subideologia procuram articular e dinamizar por intermédio de entidades, grupos ou instituições nos quais projetam com atos isolados ou atividades grupais esse anseio de reencontro e autovalorização. Editam publicações, folhetos, montam livrarias, fazem festivais da juventude, e divulgam padrões de estética africana. Chegam a montar estabelecimentos de beleza afro, casas de moda ou culinária africana ou outros estabelecimentos do gênero. Ao mesmo tempo, reivindicam a existência de uma literatura negra (não obrigatoriamente afro brasileira) que se desenvolve paralelamente à literatura convencional branca (Clóvis, 2014, p. 311).

Pela proposta ativista de resistência negra para tentar minimizar as ações racistas, ocorre a necessidade de analisar de onde partiu essa luta de enfrentamento ao racismo. Mesmo diante de uma visível parcela numerosa de pessoas negras que estavam alijadas dos direitos essenciais de cidadania, poucos indivíduos negros que obtiveram uma certa ascensão em meio ao caos da desigualdade social essencialmente racial, encontram-se no lugar de exceção e não de regra.

A procura pelo conhecimento, atingindo um nível de intelectualidade, fez dessa conquista um instrumento de resistência que atuou pela busca mais identitária do que é ser negro em suas raízes culturais, em sua potência intelectual, como forma de declarar que suas

raízes estão vivas e que o processo escravista não apagou a força cultural de um povo que, apesar de chegar na condição de escravizado e sair dessa condição espoliado em direitos básicos, tem na essencialidade a peça chave para a afirmação e a autovalorização.

Uma abolição que os colocou em uma caixinha da incapacidade de produzir obras literárias ou qualquer que seja a produção que esteja vinculada aos aspectos cognitivos, com essas literaturas, as resistências terão um caráter mais concreto, por não esperar a valorização partir do Estado ou da sociedade, onde os indivíduos brancos com mentalidades e discursos de superioridade racial e sua perene insatisfação em conviver com a liberdade do povo negro, estejam a apoiar as inserções negras na sociedade. Resistir tem muito mais a ver com o não se condicionar a formas dos que negam sua identidade e valor social e cultural, entendendo que esperar uma ação oriunda do Estado, seja no mínimo ilusório.

O olhar desse grupo letrado tinha composições muito versáteis que transitavam entre vários grupos que pudessem engrossar as fileiras da resistência em busca de espalhar em tentáculos, ações intelectuais de conscientização para aqueles que ainda não compreenderam o que seria resistir e empreender uma nova forma de ser e se colocar na sociedade, produzir suas conquistas a partir de um pacto de autoconhecimento e autovalorização, pois sem esses elementos as resistências perdem sua razão de ser. Isso ocorre porque como lutar por espaços e dignidade se não se compreende e ama a ancestralidade, a própria imagem? Se o espelho se torna uma agressão e não um momento de prazer e de reconhecimento, torna-se difícil.

Essa luta se tornou tão incessante que Clóvis Moura nos mostra em São Paulo, sentirem a necessidade de produzir festivais da juventude negra em prol de pautas que convidam a juventude negra a ser ativa em todos os aspectos, seja na produção intelectual ou em grupos de apoio que recuperem a autoestima de um povo que a teve violentada. Mas como fazer esse resgate? O grupo negro visa promover nesses mesmos festivais que ocorriam em São Paulo, a luta por consciência estética, o padrão de beleza africana que, por sua vez, não deveria ser visto como exótico, mas como parte integrante da beleza existente no Brasil, ou seja, romper com a ideia de exotismo ou de que não há beleza entre a população negra e permitir que principalmente a mulher negra possa não ter constrangimento ou estranhamento. Para além disso, que a vaidade de adereços e roupas que se aproximem de suas raízes culturais seja vital para o enfrentamento ao racismo, esse que também veio como forma de destruição e deturpação da estética afro-brasileira.

As casas de moda e salões de beleza afro são expoentes dessa luta por espaços que não sejam alinhados com a subversão de si em prol de uma estrutura que copiosamente ditava as regras da moda, da beleza, do que calçar, vestir, dos adereços que deveriam utilizar e, claro, sempre na lógica do distanciamento de tudo o que possa traduzir as marcas da sua identidade. Esse ato de resistência transforma a sua estética em grande discurso, em que a força da voz é transferida para suas roupas e cabelos com sua diversidade de penteados. A luta acaba acontecendo nos salões de beleza, onde aparentemente não seria visto como uma grande expressão de afirmação, mas na prática formará homens e mulheres negras senhores e senhoras de si, largando mão de sua condição de moldados para apresentar que existe e resiste uma estética que, apesar da historicidade do não ser, os salões e lojas tornam-se o ser. Portanto, que a população negra vista a sua identidade e retome sua voz, além dos bares e restaurantes, nas livrarias, fazendo-nos crer que a luta do povo negro letrado fazia sentido, força e, se não estivesse vinculada apenas a um único espaço, as micro resistências formariam um elo mais forte e uníssono.

Trazendo esse aspecto de resistência para a sua corporeidade, o autor designa aspectos importantes de uma luta que se faz, transitando em questões que o processo colonizador e escravista cerceou diversos aspectos do que compunha o povo negro, portanto a dimensão da resistência se processa em garantir que as vozes negras se façam de todas as formas, em simbolismos e de forma explícita. Ainda sobre o aspecto da valorização da estética africana, Moura faz menção a outros elementos basilares:

Valorizando os padrões de estética negros, especialmente a beleza da mulher negra, há um movimento no sentido de exaltar-se as formas africanas, detalhar a moda africana e produzir moda semelhante, ou com base nela, aqui no Brasil. Além dos institutos de beleza afro-brasileiros que trabalhavam com penteados afros, há casas de modas típicas, uma delas a Akua’Ba, na rua do Seminário, a qual explica o significado do seu nome em um prospecto de promoção que Akua’Ba é “um termo utilizado na Costa do Marfim para dar boas-vindas, Akua’Ba, seja bem-vindo(a)” (Moura, 2014, p. 313).

Nessa luta por lugares, além da promoção por não ser suplantado por aspectos europeus, reside na própria nomenclatura dos espaços de estética afro-brasileira a busca por rememorar seu idioma, seus dialetos que se perderam diante do processo de escravidão nos moldes do capitalismo moderno. Resistir, compreender e fazer o retorno aos elementos que os identificavam são questões que, por mais que possam parecer irrelevantes, faz a população negra preservar seus costumes e serem ovacionados por isso, mas, quando essa busca por preservação parte do povo negro, ocorre o descaso, como se eles não tivessem direito a ter um passado que não fosse o de escravizado.

Portanto, cada detalhe se faz importante nesse enfrentamento porque ainda se mantém outro aspecto do racismo estrutural que o povo negro tenta romper, quando se coloca a estética nessa busca identitária e inclusiva isso acontece, pois a dita democracia racial fez da estética negra um misto de estranhamento, folclorismo e exotismo. Essas percepções e olhares estranhos quando veem o povo negro não mais se submeter a uma estética branca, a forma de sabotar é lançar esse olhar que diz o tempo todo “Que trajes são esses? Que moda é essa?”, quando na verdade são sintomas de um racismo que de forma sutil não permite deixar que o povo exerça e viva a sua cidadania. Vejamos outro aspecto que Clóvis Moura relata sobre a resistência da população negra em São Paulo a esse respeito:

...os proprietários passam a expor a finalidade do estabelecimento, afirmando que ele tem “como proposta resgatar a cultura afro no que diz respeito a vestimenta, fator importante de integração e resistência a uma massificação calcada em um estereótipo, ou seja: a cultura branca dominante impõe seus padrões, visando uma homogeneização visual, onde todos os fatores devem convergir para o conceito de belo”.

Tendo em vista que “cabelos, maquiagem, vestimenta e outros aspectos se limitam a esta visão descaracterizando a cultura afro”, os seus proprietários expõem a sua proposta que não é apenas estética, pois aqui o visual se incorpora a uma valorização dos padrões culturais africanos, mas também ideológica. Transformando esse visual restaurado e simbolizado em um padrão de resistência cultural, conclui “Akua’Ba” propõe inovar o vestir, que o negro respeite o seu sentimento de colorir, soltar as formas, legado nosso deixado por culturas milenares que constituem a nossa história.

Que as formas se soltem, entorcem, contornem, puxem amarrando o corpo negro a sua essência” (Moura, 2014. p. 313-314).

A composição do estabelecimento detém em si uma soma de elementos que põe em xeque determinantes e determinismo do que se convencionou no país. Dessa forma, irá ao mesmo tempo servir de resgate para um povo que se viu alijado de sua história e, inclusive, doutrinado em acreditar que essa estética não era cabível para eles. Isso denuncia os estereótipos que a população branca criou sobre suas raízes estéticas, uma resistência que traz uma existência desconhecida, vista como desprezível, porém com esse estabelecimento ele convoca o povo negro a resistir com esse mesmo corpo que foi e permanece violentado em todas as suas formas.

As camadas de racismo que atravessam os corpos negros foram bem pontuadas por esses donos de estabelecimentos da estética afro-brasileira, pois até a indústria da maquiagem foi forjada pelo racismo estrutural e essa demanda em desafiar os padrões toca também nas sutilezas que ele perpetrrou sobre a realidade do povo negro, despindo seus gostos, saberes, suas formas, cores, escondendo seus cabelos, ora alisando ou deixando no limite de não ficar exposto. Portanto, essas ações concretas fortaleceram a luta do movimento negro para outras

etapas de lutas que se faziam urgentes desde que a abolição da escravidão chegou em moldes questionáveis.

Todavia, vale ressaltar que essa militância que acontecia nos espaços paulistanos fazia parte de um grupo de elite negra que, por sua vez, dispunha desse tempo para essas formas de resistência, mas a população negra majoritariamente pobre não tinha espaço para refletir essas questões, por ter que lidar com a fome, o desemprego, a falta de educação formal, a moradia e os salários dignos, pois em seu cotidiano a maioria dos trabalhos que realizavam eram uma extensão do que eles faziam no período anterior ao fim da escravidão.

Entretanto, essas ações oriundas da classe média negra não anulam a luta contra o racismo, pois como o racismo se efetua de forma multifacetada, todas as ações que possam minimizar e gerar espaços de dignidade, saberes, questionamentos de padrões impostos pela via da inferiorização de tudo que era proveniente do povo negro para um encontro com suas raízes, suas essências, terá sua validade e seu impacto que ressoará entre muitos jovens negros de camadas mais baixas, ao se encontrarem com o novo conceito de belo que não precisa fugir de si mesmo para que essa beleza exista.

2.1 Resistência por espaços de narrativas.

Outra ação que se mostrou proveniente de um questionamento foi a de ter que apenas ser alimentado por uma literatura de origem europeia ou escrita por uma elite branca no país que resguarda muitas vezes uma estrutura literária em que não há espaço para a população negra, isso por fruto de um discurso que resguardava a ideia da incompetência cognitiva do povo negro ou simplesmente os colocando na condição de objetos de um saber produzido. Portanto, faz-se necessário entender que outras literaturas precisavam ser escritas, se havia intelectualidade fora do espaço branco, pois não era privilégio deles deter essa arte.

Obviamente, o grupo de letrados negros era mínimo, porém estava ali para ser lido, ser sujeito. A literatura convencional branca era o retrato de outras formas de exclusão que a estrutura da abolição deixou para o povo negro, como a falta de acesso à educação que pudesse desenvolver suas potencialidades. Poder gerar essa produção paralela é não se calar e, ao mesmo tempo, causar rupturas às estruturas da tradição intelectual ao ver a produção negra sendo posta. A Construção de outras narrativas, outras expressões, faz parte dessa estrutura de resistência.

Em diálogo com a filósofa Djamila Ribeiro, na obra de Clóvis Moura podemos compreender a amplitude dessa luta, a partir da discussão que ela faz em sua obra *O que é lugar de fala?* (2019). Trata-se do entendimento do que conjuga essas ações que envolvem as obras literárias negras. Djamila explica de forma mais profunda o que representa na prática esse ato de resistência.

Existe neste espaço uma disputa de narrativa, mas ainda alguém do ideal por conta das barreiras institucionais que impedem o acesso a vozes dissonantes. Como expressar se não é um direito garantido a todos e todas, ainda há a necessidade de democratização das mídias e rompimento de um monopólio, a discussão sobre liberdade de expressão não pode ser pautada unicamente no direito – não absoluto – de expressar opiniões. Friso que mesmo diante dos limites impostos, vozes dissonantes têm conseguido produzir ruídos e rachaduras na narrativa hegemônica, o que, muitas vezes, desonestamente, faz com que essas vozes sejam acusadas de agressivas justamente por lutarem contra a violência do silêncio imposto. O grupo que sempre teve o poder, numa inversão lógica e falsa simétrica causada pelo medo de não ser único, incomoda-se com os levantes de vozes (Ribeiro, 2017, p. 87).

A relevância dessa dissonância torna-se fonte essencial na produção de outros saberes, pois assim rompe com a hegemonia dos que sempre puderam ter o privilégio de escrever, publicar e ter em suas obras a legitimidade perante a comunidade intelectual que, por sua vez, definia quem teria espaço ou não. São questões como essa que mostra a importância de um grupo letrado entre a população negra que faz de suas narrativas um expoente de oposição ao racismo intelectual que vigorava e não permitia acesso aos saberes produzidos por tal população.

³Djamila e Clóvis Moura nos fazem refletir sobre essa limitação tão explícita às obras produzidas pelo povo negro não ter só a ver com não permitir ou limitar suas publicações, mas residir em tentar inseri-las em uma categoria de obras que não possuem relevância, que não passa de produções longe de se enquadrar em obras que mereçam ser lidas, estudadas e referencial teórico para outros trabalhos de cunho literário ou acadêmico. Portanto, esse momento de militância resguarda em si um enfrentamento não de cunho emocionado ou agressivo, como é visto pela comunidade branca intelectual, mas permite que um leque de possibilidades teóricas seja ampliado, que o emudecimento seja findo e a população negra possa se sentir representada em outros aspectos da sociedade que grita por uma dita

³ Esse trabalho possui um alinhamento teórico baseado nos estudos da Decolonialidade que busca desconstruir e reverter os efeitos da colonização nas sociedades, especialmente a colonialidade do poder, do saber e do ser, impostos pelo colonialismo europeu que invalida as outras formas de conhecimento, enfim explicita o racismo através da marginalização da literatura negra, vista como emocionada e incapaz de sustentar uma solidez teórica.

democracia racial. Todavia, do ponto de vista concreto, as representações negras são distantes, reprimidas ou apagadas.

As obras são fruto de uma consciência negra que não quis se calar e se permitiu produzir sem esperar autorizações ou aplausos. O enfrentamento já deixa claro não haver apoio vindo da sociedade pautada no racismo, sendo assim, cabe a quem compreende a dimensão de ‘ser’ (enquanto negro - que não pode se submeter ao racismo) e ‘não ser’ (a imposição racista de inferiorizar e silenciar a ancestralidade cultural negra). É preciso, pois, tratar o ‘não ser’ para a resistência, a emissão de novas ideias, novas formas de traduzir a sociedade sem que seja do ponto de vista apenas hegemônico colonialista.

Uma questão viva dessa resistência consiste na resiliência desses autores que, em meio às ações alheias de realizar manobras discursivas para invalidar suas obras, utilizando subterfúgios ao descrevê-las como “desprovida de fundamentação teórica, emocionalistas ou militantes”, resistem à visão da comunidade acadêmica tradicional que os coloca como indignos de serem inseridos na bibliografia oficial, ficando sempre na periferia dos estudos acadêmicos ou simplesmente inexistindo.

A partir dessas discussões, a filósofa Djamila Ribeiro nos aponta essa realidade, mas informando que a população negra responde com a multiplicação de obras, estudos de relevância antes sequer cogitados no espaço acadêmico e escolar, tendo como tema ir além de mostrar a nossa história sob o viés da escravidão, da opressão e da desigualdade racial. Não que esses temas sejam irrelevantes, mas envolvendo a busca por mostrar a produção cultural negra, sua ancestralidade, suas matrizes religiosas e culturais de maneira mais ampla.

Reforça-se no descaso pela relevância cultural preta na formação de nosso país e pela ausência de conhecimento de sua história, a sedimentação do racismo fortalece, criando estereótipos e discursos de inferiorização e demonização da ancestralidade africana e afrobrasileira. Daí a resistência ser feita através das produções no meio acadêmico, literário e escolar. Esses novos temas vislumbram a inquietude de Paulo Freire em relação à educação, ao que se estudar e como estudar. São discussões freireanas que farei menção no terceiro capítulo, mas, de antemão, Freire já abordava a necessidade de se produzir novos saberes.

Se Freire nos possibilitou ir além do que estava posto para ser ensinado nos livros didáticos, Djamila também faz essa mesma menção com críticas contundentes por ser bombardeada, como se a questão do ‘lugar de fala’ fosse um discurso sem nexo, sem sentido.

Ou seja, a busca por desautorizar sempre a produção oriunda do povo negro. E suas análises teóricas explicitam a sutilidade do racismo, como podemos observar na citação abaixo.

Tanto Lélia Gonzalez, como Linda Alcoff, Spivak, entre outras, pensam na necessidade de romper com a epistemologia dominante e de fazer o debate sobre identidades pensando o modo pelo qual o poder instituído articula essas identidades de modo a oprimir e a retificá-las. Pensar lugar de fala para essas pensadoras seria desestabilizar e criar fissuras e versionamentos a fim de fazer emergir não somente contra discursos, posto que ser contra, ainda é ser contra alguma coisa. Ser contra hegemônica, ainda é ter como norte aquilo que me impõe. Sim, esses discursos trazidos por essas autoras são contra hegemônicos no sentido que visam desestabilizar a norma, mas igualmente são discursos potentes e construídos a partir de outros referenciais e geografias; visam pensar outras possibilidades de existências para além das impostas pelo regime discursivo dominante (Ribeiro, 2017, p. 89-90).

Ao citar essas autoras, ela nos faz entender que há autores e autoras negras discutindo temas que envolvem o processo cultural africano e afro-brasileiro, suas resistências em toda a sua existência e que, por muito tempo, não fizeram parte das preocupações bibliográficas. Foram emudecidas, mesmo tendo sido escritas, por terem lançado outro olhar, outra perspectiva sobre as mesmas discussões e levantado outras que não fizeram parte das necessidades epistemológicas.

Toda fissura, toda ruptura epistemológica desafia teorias que tinham solidez para inserir novas discussões provenientes de um povo que sequer historicamente foi dado direito à educação, em que os poucos que conseguiram essa façanha tornaram-se vozes dissonantes e representativas de um silêncio histórico. Assim, pensar nessas autoras, colocá-las para o processo de inserção epistemológica, conduz ao conhecimento do povo negro em sua amplitude que não se limite aos discursos que reduziram a cultura afro-brasileira ou traduzilos apenas como escravos sem história, sem raiz e, por sua vez, desprovidos de identidade.

Como se afirmar uma dita democracia racial, quando não há preocupações de refletilos, suas demandas e principalmente seu direito de sujeito e não apenas de objeto de estudos? Outra dimensão dessa resistência aponta as críticas à luta da comunidade intelectual negra em espaços de saber, devido à compreensão de eles sempre estarem atrelados aos espaços de poder, portanto a preocupação de relegá-los tem a ver com as permanências de poder.

Com as produções não convencionais, haverá um embate até o limite de se colocar como força paralela, não estando para aniquilar produções passadas ou presentes, mas para compreender que não se pode impor uma episteme hegemônica como superior por ter sido

abarcada por uma comunidade acadêmica majoritariamente branca. Assim, a Djamila Ribeiro se torna uma voz de afirmação, principalmente no que se refere à educação, a uma formação antirracista e à compreensão de como o povo negro deve se colocar nessa luta com conhecimento para que sua voz tenha solidez teórica e esclarecimento do que são, pois o racismo se articulou de forma a tornar tudo que venha de procedência de raiz africana, não necessária, demoníaca, incapaz de produzir algo consistente.

Todas essas afirmações são formas de minar a resistência que se faz quando uma voz intelectual negra se coloca e vai para o enfrentamento. Por isso, em sua obra já citada, ela vai destronando muitas vezes um discurso racista revestido de neutralidade para tentar provar ao mundo acadêmico e escolar que não há racismo no meio dos espaços de conhecimento e que o discurso de lugar de fala não tem sentido, quando na verdade não se deram ao trabalho de conhecer o processo teórico do termo. Outro momento de sua obra pontua esses elementos que foram denominados de neutros em seus respectivos embasamentos:

Pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta.

Há pessoas que dizem que o importante é a causa, ou uma possível “voz de ninguém”, como se não fôssemos corporificados, marcados e deslegitimados pela norma colonizadora. Mas, comumente, só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz e nunca precisou reivindicar sua humanidade. Não é à toa, iniciamos esse livro com uma citação de Lélia Gonzalez “o lixo vai falar, e numa boa” (Ribeiro, 2017, p. 90).

A preocupação aqui em citar Djamila é inserir neste trabalho uma luta que vem para interferir no processo de produção histórica que não só silenciou vozes negras, pensamentos negros como histórias negras se beneficiando de que as produções científicas possuem sua neutralidade acadêmica, em que indivíduos não precisam ser vistos, mas a força de suas obras carregadas de seleção do que convém expor, analisar, publicar. Ela mostra essa neutralidade como um subterfúgio em desviar suas intenções ao afastarem a comunidade intelectual negra sem que tal movimento seja visto como racista e segregacionista do saber.

Nesse sentido, a luta pelo lugar de fala não se submete aos artifícios do pensamento impositor da academia e de mostrar que produz tanto quanto qualquer indivíduo, não devendo dessa maneira ser ocultado ou inferiorizado. Há questões implícitas nessa luta pelo lugar de fala, isso pela desumanização que a população negra sofreu mesmo no pós-abolição com uma estrutura social de Estado que os relegou às margens da sociedade e os imprimiu o selo da inferioridade cognitiva, fruto do discurso Darwinista social, como mencionado no

primeiro capítulo que atravessou o século XX e moldou a visão da sociedade sobre como traduzi-los socialmente.

Destarte, a luta por espaço de sujeito, tornou-se um salto qualitativo de conquistas em meio aos boicotes discursivos da comunidade intelectual branca em relação às produções provenientes da intelectualidade negra. As camadas de “boicote”, como ela citou, sobre a ‘voz de ninguém’, não fizeram esses intelectuais pararem e questionaram também espaços de estudo em livros didáticos que, por sua vez, traziam narrativas do povo negro em zonas periféricas e reduzidas, causando o não conhecimento da história dessas pessoas, suas vivências e marcas que desenharam a base cultural do nosso país. Portanto, lugar de fala é buscar desvelar histórias não ditas, outras bases narrativas, visibilidades e legitimidades que se fizeram presentes na dinâmica do movimento negro, nas personas intelectuais negras que inspiraram e inspiram outros intelectuais negros a fazerem parte do espaço de sujeito.

2.2 Resistência por espaços de educação

A questão da resistência negra no Brasil, no início do século XX, atravessou vários momentos políticos que o país vivenciou, seja com a República Velha, a Era Vargas e o seu período ditatorial, denominado de Estado Novo, e outros momentos políticos em que houve uma luta incessante do movimento negro, no qual irei analisar sob a perspectiva de eles enxergarem na educação uma forma de gerar inclusão social e dignidade para a população negra.

Como uma das bandeiras centrais nesse movimento, houve sempre o fato de denunciar a sua situação em sua não ou baixa escolaridade em números irrisórios daqueles que conseguiam há muito custo aprender a ler e a escrever. Por sua vez, essa conquista de ler e escrever ficaria em um campo limitado, por não haver políticas públicas que tivessem a preocupação de que o povo negro pudesse ascender intelectualmente, ficando relegado à condição de saber o mínimo necessário.

Para compreender esse processo, Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva em seu artigo *Movimento negro e educação* (2012), publicado pela Revista Brasileira de Educação, nos guia numa discussão mais precisa dessa resistência, tendo como carro-chefe a educação:

Dentre as bandeiras de luta, destaca-se o direito à educação. Esta esteve sempre presente na agenda desses movimentos, embora concebida com significados diferentes: “ora vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora como veículo de ascensão social e por conseguinte de integração; ora como instrumento de conscientização por meio da qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano” (Gonçalves, 2000, p. 337 apud Gonçalves e Silva, 2012, p. 139).

Nessa abordagem, identifica-se a compreensão e a dimensão do impacto da educação na vida da população negra. Apesar das variantes iniciais, uma questão se torna evidente, a de que as motivações de uma forma ou de outra os tirariam de uma estrutura estática, limitada aos espaços de reprodução de uma extensão marginalizante que a abolição causou em suas vidas. O nível de criticidade e incômodo se fez pelos profundos dados de que a educação no Brasil não foi criada para os recém libertos do processo escravagista e, para tê-las, faziamse necessárias reivindicações, movimento organizado no intuito de forçar o Estado a liberar políticas públicas de inclusão e ascensão.

O movimento negro tinha consciência de que a falta de espaço no mercado de trabalho estaria atrelada às oportunidades na educação, mas a questão reivindicatória atravessou muitas outras que envolvem distintas camadas, incluindo uma educação que não anule a sua identidade, ancestralidade e tomada de consciência de suas diferenças não poderem ser vistas como inadequadas à sociedade. Ou seja, não seria apenas um espaço em estrutura de ensino formal limitada à reprodução de valores e discursos dominantes, onde a sua existência não seria evidenciada e condicionada a um elemento de controle.

Quando os autores mencionam que estudar a sua cultura, suas origens possibilitariam o retorno a si, não como um indivíduo reprodutor de identidade, mas trazendo à tona uma questão que o racismo imprimiu na mente do povo negro: o investimento em esquecer quem são, rompendo suas raízes e, o mais agravante, se envergonhando a ponto de realizarem automutilação identitária. Por essa perspectiva do movimento negro, seria libertadora a condução do processo educativo formal, porque o sentido desse movimento finalizaria um processo de consciência de sua condição enquanto sujeito em uma sociedade sedimentada na mentalidade escravista, podendo perceber, direcionar e lutar por espaços de inclusão de maneira consistente.

A partir de situações concretas, líderes do movimento negro na década de 1920 , imprimem na voz, sua militância, o processo de adultização excludente e precário que muitas crianças negras passaram, ou seja, não vivenciaram os bancos escolares, o viver em escola

para uma socialização saudável, tendo de assumir práticas que aniquilaram sua infância e perspectivas de uma vida digna. Elementos deixados e insistentes em fazer parte do espaço das crianças negras convertidas em mão de obra com sinais análogos à escravidão ou de baixíssima remuneração para apoiar seus familiares que, por sua vez, vivenciavam situação semelhante.

Nessa conjunção de fatores, o movimento toma fôlego e mostra a farsa da dita democracia racial, fazendo compreender que a desigualdade social e as diferenças são nítidas quando se avalia o grau de instrução da população em geral, pois assim o povo negro se vê alijado do processo formativo. Na análise vista pelos autores do artigo que nos leva a relatos mais precisos sobre essa realidade, eles citam um dos líderes do movimento negro, Correia Leite, sua trajetória que o impulsionou a fazer parte desse movimento de resistência e mudanças. Um relato que, por sua vez, pode ser considerado apenas mais um entre muitos casos de crianças negras que não tiveram a chance de ser e de aprender:

Veja-se, por exemplo, como um dos líderes do movimento negro dos anos 20, em São Paulo, fala de sua experiência de criança afastada da escola e lançada no mercado de trabalho precocemente. Nascido em 1900, Correia Leite lembra dos seguintes eventos de sua infância: “minha mãe foi uma negra, doméstica, muito lutadora, mas não podia me manter. Ela tinha de me deixar na casa dos outros para poder trabalhar [...] eu sempre vivi maltratado [...] tive uma irmã que veio mais tarde e viveu a mesma circunstância que a minha [...] com ajuda de minha mãe fui trabalhar como entregador de marmitas, menino de recados e ajudante de carpinteiro” (Cuti & Correia Leite, 1992, p. 23).

Mais tarde, já adolescente, lembra o militante Correia Leite: “...eu arrumei um emprego com um italiano [...] de ajudante de lenheiro e fazendo trabalho de cocheiro [...] Eu trabalhava com o italiano pra ganhar dez mil-réis por mês, casa e comida. Depois os italianos começaram a gostar de mim [...] Então começou também a me utilizar para tomar conta de crianças e fazer pequenos serviços nos dias em que não trabalhava com o velho italiano” (idem, p. 25).

A escolarização, entre os homens negros nascidos no início do século XX, quando ocorreu, foi, em sua maioria, na idade adulta (Silva, 1987, p. 12 apud Gonçalves e Silva, 2012, p. 139).

Nesse momento, posso citar vários apontamentos que transitam tanto entre compreender o impacto do racismo na escolarização das crianças negras quanto em como se procederam as organizações dentro do movimento. Esse, como já mencionei, é de denúncia, constatação, desvelamento da identidade do país e da certeza de que nesse lugar de exclusão ele não quer permanecer. Traços abusivos de jornadas de trabalho excessivas, compreendendo que o Brasil vivia um liberalismo, onde as condições de trabalho de forma geral já eram muito evidentes, todavia com a população negra os números se faziam mais acentuados.

Pela trajetória de Correia Leite, não apenas sua infância foi sequestrada, mas na adolescência também não foram dadas as oportunidades de crescimento e, mesmo se tornado um líder do movimento negro, sua narrativa carrega traços de paternalismo similares a muitos escravizados que quando não eram maltratados viam seus senhores como “homens bons”. A ideia de ter casa, comida, cuidar de crianças seria como um alento em meio à diversidade de subempregos aos quais ele foi submetido desde a infância, sempre na perspectiva que sua remuneração precisaria existir para ajudar na manutenção da casa. Isso sem infância, sem a presença constante da mãe, do viver em família. São impressões de grande parte de sua existência lançada ao abismo do racismo, e o movimento se constituiu dessas marcas, revoltas e muitas vezes da clareza dimensional da exploração a qual ele era submetido.

Outra marca que impulsionou o movimento negro em São Paulo na década de 1920 foi enxergar que a conquista de estar sentado em uma sala de aula só poderia acontecer em sua vida adulta. Mas, como os autores expressam, o fato de só haver escolarização na vida adulta não era regra, pois poucos conseguiam essa façanha de aprender a ler e a escrever. Sendo assim, estariam distantes de qualquer possibilidade de uma boa inserção no mercado trabalhista. Cerceados e impressos para serem colocados em subempregos com condições insalubres e questionáveis, por serem trabalhos que os conduziam ao descaso e que, por isso, os brancos rejeitavam exercer, ou seja, quanto mais braçal, mais se aproximava do que lembraria os tempos da escravidão.

O movimento liderado por Correia Leite tinha como premissa estabelecer um elo entre a imprensa negra e as estruturas escolares que eles mesmo criavam para alfabetizar as crianças e os adultos negros, até porque o número de pessoas negras que sabiam ler e escrever eram ínfimas, apesar disso, usavam seu saber como arma de mudança das estruturas de exclusão e ausência do Estado sobre a educação. Os espaços do saber ocorriam na esfera privada desses movimentos, mas sem perder de vista as críticas e a pressão para que o Estado fosse presente. O movimento, naturalmente com seu teor contestatório, tinha pressa e não poderia esperar que as leis vindas do Estado acontecessem para que pudessem vivenciar o conhecimento.

Vejamos outra informação que nos aponta ao mesmo tempo o que o racismo causou às mulheres pretas e que o movimento negro possuía a consciência do espaço de trabalho onde foram colocadas em uma perspectiva estigmatizante e opressora, reproduzindo a metáfora da Casa-Grande. A prova disso era a frequência em que muitas meninas negras

foram “adotadas” por famílias, sendo chamadas de filhas de criação, para estabelecer um laço afetivo, paternalista, exercendo uma forma de controle em que elas se sentissem gratas por serem acolhidas e fazerem parte da família. Todavia, nessa situação, estando na condição de adolescentes, havia o abuso da não remuneração por ter direito a casa, comida sem se sentir explorada pelo trato amistoso. Essas nuances do racismo e da herança histórica de escravidão atravessavam os corpos e as mentes de muitas dessas meninas, pois suas consciências eram cerceadas.

Para desvincular essa associação entre escrava e empregada doméstica, os artigos publicados nos jornais negros empreendiam a luta em convencer as famílias a deixarem passar suas filhas por uma educação libertadora de qualquer forma de abuso que a sociedade republicana converteu, na base de coloca-las em suas cozinhas e faxinas, mantendo sobre elas o olhar e ação de superioridade. Esses jornais já possuíam uma militância de gênero, a fim de discutir a questão do mundo do trabalho e seus efeitos sobre a mulher. Os líderes negros esclareciam que tinha uma questão moral e material em jogo, a primeira por não permitir que a mulher negra se submetesse aos desmandos de uma estrutura racial que as colocava na base da exploração e racismo; e a segunda por entender que esse trabalho não produziria dignidade, mas uma sucessiva de humilhações e ausência de direitos que atravessavam o espaço das empregadas domésticas, ou seja, a modernidade do ensino para as mulheres a tiraria desse fosso estrutural.

Para alguns intérpretes de situações dos negros no final dos anos 20, o lugar destinado à mulher negra amenizava um grave problema social, à época, o desemprego no meio negro. Veja-se, por exemplo, como um outro líder do movimento negro paulista, Francisco Lucrécio, descreve a situação das mulheres negras, no período em consideração: “A maior parte das mulheres era que arcava com as despesas da família, porque eram importantes na época as empregadas domésticas, principalmente as negras, pois elas sabiam lidar com a cozinha, com a limpeza e elas encontravam emprego mais facilmente que os homens” (Barbosa, 1998, p. 37).

Pelos exemplos acima pode parecer que o mundo do trabalho, ou mais precisamente, a necessidade de trabalhar, afastava tanto os homens negros quanto as mulheres negras da escola. Em parte isto era verdade, entretanto, entidades negras não se acomodaram diante da situação. Combateram o analfabetismo e incentivavam os negros a se educarem (Gonçalves e Silva, 2012, p. 140).

As mulheres, sendo as mais afetadas nesse círculo vicioso que o racismo imprimiu em suas vivências, tiveram outras questões também negadas, pois não houve a noção da mulher negra ser associada à clássica dona de casa, mesmo em meio à estrutura patriarcal que dominava o cenário cultural e social brasileiro. Com a mulher negra, essa realidade saía da curva e a colocava em dupla jornada de trabalho – que sempre fez parte de sua existência

pós-abolição – e, ao mesmo tempo, como provedora principal do lar, limitando a educação e as possibilidades de outras funções no mercado de trabalho. Esse não conseguia se dissociar das questões raciais, portanto, o movimento negro colocou essa pauta em suas discussões e lutas no período dos anos 1920, porém vale destacar que tais lutas eram localistas e, de certa forma, não impactavam os efeitos esperados de forma global.

Nos grandes centros onde o mundo do trabalho se estabeleceu aos moldes liberais de maneira latente, o espaço de consciência se fez mais presente ao movimento negro que despontava em meio à recente abolição não bem digerida. No período getulista, mais precisamente no ano de 1936, as resistências continuaram não deixando de lado a força da imprensa, mas residia um fato da maioria da população negra não saber ler, escrever e as mensagens de engajamento precisavam ser alcançadas para que o movimento tivesse mais envergadura. Por isso, ações como peças teatrais amadoras, conferências, leituras dos seus jornais, em que possuíam uma maneira de escrita pujante e direta, eram feitas para aqueles que estivessem ouvindo, pudessem ter o entendimento da mensagem no formato muitas vezes de manifesto, além das denúncias já mencionadas.

Isso era algo comum e, por sua vez, me faz enxergar a força da educação como a forma mais pura de combater o racismo na escola por meio de uma formação que lance os estudantes a tomarem consciência do lugar na sociedade onde deveriam estar, para assim compreenderem que não há como exercer senso crítico sem o conhecimento, posicionando-se em meio ao racismo permanente.

Mas a resistência tinha muitos percalços a encarar, além da ausência do Estado no tocante ao ensino público para os pobres em geral que em sua maioria eram negros. Havia o entrave dos discursos deterministas que diziam que o estudo não era feito para negros e pobres e, por isso, em diversos casos, a militância negra encontrava entraves entre a própria população negra para frequentar as salas de aula em cursos noturnos, isso muitas vezes com resistência em não colocar as crianças negras na escola.

Nesse aspecto, o movimento negro teve que lutar contra a estrutura do Estado e da sociedade pautada no descaso, além de tentar convencer incisivamente as famílias para que os pais das crianças negras pudessem se sensibilizar e conduzir seus filhos à escola. Vê-se a força do racismo nesse período, inserindo crenças entre eles de que não teriam capacidade para o conhecimento intelectual, ou seja, reforçando o discurso analisado no primeiro capítulo acerca da ciência do século XIX, a qual os definia em um determinismo biológico

de baixa cognição, restando apenas o trabalho pesado e de pouco valor para uma sociedade que, historicamente, atravessou no Brasil o período colonial e pós-colonial, considerando humilhante o trabalho braçal.

O que torna muito marcante a força desses movimentos encabeçados pelo povo negro é a dimensão do que eles entendem por educação, não como elemento de controle ou reprodução do status quo, mas como eles mesmo mencionavam: uma educação que libertasse o corpo e o espírito, tendo um olhar crítico para determinados ensinamentos nos anos de 1930.

Jornais negros como o *Clarim d'Alvorada*, *A Voz da Raça* e a *Frente Negra Brasileira* estavam imbuídos de disseminar os espaços de educação que não ficassem restritos a São Paulo, em especial o último que, pela nomenclatura, já ecoa uma militância em caráter nacional. Eram muitas questões a serem denunciadas, questionadas, problematizadas, devido ao período agora marcado pela Era getulista onde os espaços de educação eram no mínimo questionáveis por não permitir que os alunos de origem negra pudessem se sentir acolhidos e estimulados a um espaço de que chamava escola.

Quando me referia ao período anterior aos anos de 1930, onde a escassez de escolas públicas vinculadas ao Estado era praticamente inexistente, o período posterior não legou uma educação que primasse pela dignidade do povo negro, sendo praticamente obrigados a aceitar crianças negras nessas escolas que era mais um reforço de exclusão e racismo que uma possibilidade de ascensão social. Vejamos alguns pontos que os autores remontam desse período:

Em 1934, Raul Joviano do Amaral denuncia, em um artigo intitulado “Burrice”, a falta de apoio material, por parte do governo, dificultando o trabalho educativo das entidades. Raul refere-se à campanha pró instrução, encabeçada pela Frente Negra Brasileira, que se expandiu para os estados de Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. Apesar de registrar os benefícios que tal campanha estava propiciando à “gente de cor”, ele mostrava que essas entidades estavam se ressentindo “da falta de apoio material”, pois as aulas eram “ministradas em salinhas acanhadas, com bancos toscos e mesas de caixão”. E assim mesmo, tudo isto era “custeado por bolsa de particulares” (Raul J. do Amaral, Burrice, *A Voz da Raça*, 23/06/1934, p. 1).

Outra crítica veemente é lançada aos estabelecimentos de ensino oficiais. O militante Olímpio Moreira da Silva, em artigo publicado em 1934, nos diz: “Ainda há grupos escolares que recebem negros porque é obrigatório, porém os professores menosprezam a dignidade da criança negra, deixando-os de lado para que não aprendam, e os pais pobres e desacomodados pelo pouco desenvolvimento dos filhos resolvem tirá-los da escola e entregar-lhes serviços pesados” (*A Voz da Raça*, 17 fev. 1934 apud Gonçalves e Silva, 2012, p. 143).

Evidenciam-se nessa citação camadas de racismo que os jornais não silenciavam e muito menos as entidades articuladas por líderes negros para educar a população negra.

Existia ausência de material didático e tudo o que envolve o processo de aprendizagem, espaços inadequados e pouco incentivo até mesmo de fontes privadas. Isso limitava todas as possibilidades de se inserir na sociedade. Essa falta de incentivo se dá pelo fato de incomodar o governo pelo direcionamento crítico que já era bastante incisivo nos jornais, e a formação do povo negro nas escolas seria uma forma de minar as estruturas racistas, as quais as lideranças políticas não iriam deixar isso acontecer. Fornecer materiais, espaços adequados, seria minar uma sociedade erigida pelo racismo. O descaso, portanto, era parte da manutenção de privilégios da população branca que comandava o país. Todavia, os jornais também alertavam que as mesmas escolas instituídas pelo governo possuíam um caráter que suprimia a identidade negra.

Estudando histórias onde os limitariam a serem vistos como ex escravos e não ex escravizados com suas raízes, identidade cultural manipulada, pois o movimento negro lutou e mostrou a dimensão e a diferença das duas nomenclaturas que, por sinal, por muito tempo foi mencionado o termo ‘ex escravo’ sem a menor preocupação de questionar o que estaria por trás dele, quando na verdade era afirmar que sua vida esteve sempre ligada à escravidão e à submissão por natureza. Já ‘ex escravizados’ possui força de denúncia, de grito, de não silenciamento de um povo que também construiu a história desse país. O *Clarim d’Alvorada* alertava sobre essa ausência que teria na educação vinculada ao governo, ou seja, um ensino que não traria dimensão crítica e não faria a nossa população compreender que nossa história não é reducionista, mas foi um projeto articulado com dimensões que ecoam em nossos dias.

A dimensão das discussões do termo se fez mais presente e incisiva em nossa contemporaneidade, sendo afirmado para identificar outro estereótipo e maquiamento do que a escravidão imprimiu, ou seja o definindo como escravo e, de acordo com as discussões realizadas pela Revista Pergaminho, com o artigo Escravo X Escravizado: Reflexões sobre a escravização, possui uma amostra da dimensão que o termo causou e causa na vida da nossa população, obviamente mais uma faceta do racismo estrutural que perpetrou essa linguagem de forma criminosa mesmo após a abolição. Linguagem de manutenção de poder, de controle sobre as nossas subjetividades que manteve seu sequestro mesmo em meio a dita democracia racial para convencer que nossa raiz não vai além dessa condição. Essa análise nos conduz a problematizar um termo que o movimento negro já apontava, mas que tomou conta dos meios acadêmicos. Vejamos.

Durante toda a história existem tentativas de justificar o processo de dominação de um povo sobre o outro. Justificativas surgem nos mais diferentes campos com a finalidade de naturalizar esse processo. Esse panorama histórico ajuda a

compreender o porquê da existência do chamado Racismo Estrutural, visto que a naturalização da submissão vem sendo construída através dos séculos.... As discussões contemporâneas trazem uma nova reflexão sobre o termo “escravo” e a necessidade de sua substituição pelo termo “escravizado”. ...

Os estudos que se relacionam ao campo da semântica, no que se refere ao sentido da expressão “escravizado”, têm como objetivo promover um regate histórico, responsabilizando o opressor pelo processo da escravidão, retirando a ideia de naturalização do processo.

Quanto ao uso do termo escravo, tem-se uma naturalização da situação. Utilizando-se desse termo, fica a noção de que o cativo é o culpado pela sua condição de submissão e inferioridade. A sua condição não é transitória; é uma condição de vida, portanto, natural.

Esse processo de naturalização serve ainda para retirar o peso do processo de desumanização ocasionada pelos agentes opressores. (Carvalho, Carolina Vieira; Botelho, Rafael Lucas Barros; Rassi, Marcos Antônio Caixeta. 2021, p. 109, 111 e 112).

Outro enfrentamento do movimento negro, sempre fazendo uso dos seus jornais, era o descaso com as crianças negras na sala de aula ligadas ao governo, onde os próprios professores os excluía, fazendo-os se sentirem inferiores ao ponto de desistirem de estudar, ou seja, sofreram uma pressão psicológica tanto da parte do corpo docente quanto dos alunos brancos. Vale lembrar que esses exemplos citados nos jornais não queriam dizer que as crianças negras estavam na escola, muito pelo contrário, o número mencionado era reduzido e sofria as pressões do racismo, dificultando sua aprendizagem, levando-as para fora da escola, conduzindo a trabalhos duros e de baixíssima remuneração, sem possibilidades de desenvolver sua autoestima, identidade, dignidade e muito menos ascender socialmente.

As denúncias que o movimento negro coloca em seus jornais já destronam a ideia de meritocracia tão difundida em nossa sociedade, por barrar as possibilidades de crescimento do povo negro em qualquer âmbito social. São relevantes essas informações para perceber o quanto para a abolição significou lançar esse povo a um horizonte em que não se podia enxergar nada de concreto para as suas realidades. Não é à toa que o movimento dualizou sua luta entre assistência social e programas educativos, pois a miséria andava lado a lado e havia urgências de reduzir os quadros da fome que tomavam conta de muitas famílias negras.

A política de Estado mostrou na abolição que a sua liberdade dialoga com a política de extermínio que as autoridades empreenderam sobre eles. Uma forma de eliminá-los sem a necessidade de matá-los diretamente, ou seja, fazendo desaparecer para, em sua visão, organizar a sociedade. Sem educação, sem trabalho digno, péssima remuneração, espaços de moradia insalubres fortaleceram o programa racista de eliminação de um povo que, historicamente, no Brasil não teve outra associação a não ser de escravo e naturalmente inferior e nascido para servir aos brancos ou desaparecer.

A Frente Negra Brasileira em sua militância mostrava o quanto da necessidade de fazer da educação entre ambos os sexos fossem além da escolarização básica, pois havia muitos elementos destrutivos que a escravidão deixou de herança em suas mentalidades, fazendo-os indivíduos que perderam sua autoestima, crença em si mesmo, ausência de consciência política, elemento base para que a resistência não ficasse limitada a algumas lideranças negras.

Como expressou Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes* (1964) esteve permeada de limitações, ataques, estereótipos que solidificaram verdades e os colocaram em uma estrutura de negação, em ouvir ofensas verbais, invalidando seus corpos, sua inteligência, reduzindo-os a nada. A obra faz um relato minucioso dessa situação e, por sua vez, a FNB se encarregava de mostrar que todas essas atrocidades poderiam ser reduzidas a partir de uma formação plena, um resgate de sua dignidade humana. Pelas observações pontuadas pelo autor, podemos ver a dimensão do problema que a militância teve de encarar para resgatar as mentes destroçadas pela escravidão e pelo racismo e a discriminação latente em todos os níveis:

[o] acaso regulava o aproveitamento ocupacional do negro e do mulato e nada restringia a enorme mobilidade, que os levava a borboletear de em serviço em serviço, à cata de uma oportunidade efetiva, de melhor remuneração e também de consideração humana. Homens mulheres começavam a trabalhar na mais tenra idade, nas barbearias, nos depósitos de lenha, nas oficinas ou nas casas de família; e trabalhavam duramente até o fim da vida, mal ganhando para o próprio sustento e para a alimentação dos filhos. Vários informantes indicaram que as mães solteiras trabalhavam onde podiam, e quando não encontravam serviço tinham de recorrer à mendicância e à prostituição ocasional. Os filhos auxiliavam o orçamento doméstico como podiam; “nós negrinhos, éramos todos chamados de moleques. As famílias gostavam de nos ter para recados e entregas”. Enfim, prestando pequenos serviços, aprendiam “na escola da rua” a viver de expediente, ganhando “alguns níqueis” com que concorriam para “o sustento da casa” (Fernandes, 2008. p. 170).

Situações de escapismo social, falta de perspectiva e, no caso das mulheres, tornavam-se mais aviltante porque, em meio ao desespero pela sobrevivência, sempre teve que associar essa situação a questões sexuais em sua objetificação, parte do imaginário branco, com seu estereótipo que não as deixava sair da condição de empregadas domésticas ou sexualizadas. Não tendo direito a nada e voltando para o nada em sua transitoriedade de subempregos, o racismo também fazia até mesmo dos seus nomes uma lembrança desnecessária, já que para a sociedade branca não passavam de seres indignos de lembrar os nomes e assim chamá-los. Todas as crianças negras perderam seus nomes no turbilhão dos trabalhos que tiravam sua infância e não os permitia sonhar, reduzindo-se ao arrimo de família.

Portanto, para a FNB, a educação representaria poder ser chamado pelo nome, resgate da sua infância, ter o direito de vivenciar uma família, não se tornar objeto sexual, não mendigar e poder lutar com consistência para derrubar os estereótipos e o determinismo impostos à sua realidade. A preocupação da estrutura racista era justamente não permitir nem a escolarização e muito menos uma profissão fixa, mesmo que fosse profissionalizante, por isso o ‘borboletear’ que Florestan Fernandes aponta, denuncia essa falta de fixação em um trabalho e, obviamente, não era por não querer, mas pelas portas que se fechavam em torno de si. Nessa falta de segurança no trabalho, as consequências dessa situação não os garantia moradia fixa, alimentação segura e manutenção do mínimo possível enquanto indivíduo em uma sociedade.

Essa pesquisa me impulsionou e me trouxe as vivências de que só se consegue combater o racismo por meio da educação, do conhecimento de, enquanto professora e agora pesquisadora dessa realidade, como isso acarretou em sua formação, aliás, em sua falta de formação, sendo essa na maioria das vezes incompleta ou precária. Todas as lideranças negras se alinhavam nesse intuito e também questionavam o Estado, a postura da sociedade, o não querer saber sobre a história de um povo escravizado, a postura passiva de muitos negros que, por sua vez, pareciam se entregar ao dito “determinismo estabelecido pelas narrativas brancas”.

Em uma sociedade capitalista liberal como o nosso país, nas primeiras décadas do século XX, os corpos negros tornaram-se instrumentos móveis de exploração e acumulação em nuances que se diferenciavam apenas pela ausência dos castigos físicos, mas, ao mesmo tempo, tiveram de enfrentar muitas violências oriundas de outros grupos que sentiam a vontade de puni-los em qualquer falha que fosse, demonstrando a insatisfação da sociedade em não poder mais castigá-los, mas encontrando outras formas não menos desonrosas sobre seus corpos que afrontavam a sociedade e, por isso, em suas visões deveriam ser punidos.

Um dos embates mais difíceis encontrados pela militância negra residia justamente nesse Brasil liberal que advoga as ideias meritocráticas, fazendo muitos acreditarem que deveriam tomar para si todo o seu sucesso ou insucesso na sociedade, colocando “debaixo do tapete” as contradições sociais, as visões conflitantes de um povo que, como mencionei no primeiro capítulo, a miscigenação propunha o seu desaparecimento gradativamente do país, sendo apontados como estigma de atraso.

Com toda essa celeuma, havia ainda uma estrutura regionalista do movimento negro, apesar de já existir a *Frente Negra Brasileira* que, por sua vez, sempre desconfiou do Estado sobre a educação, pois, apesar de pressionar, havia mais um esforço para que esse Estado gerasse proventos para as instituições negras lideradas por eles. Como entendiam que a estrutura era racista, não creditavam vir algo benéfico, ou seja, uma educação autônoma e libertadora. Porém os regionalismos vão adquirindo um caráter mais nacional, visto como algo integrador para fortalecer o movimento, contando com a participação de muitos intelectuais que abraçaram a causa.

Talvez uma das mais significativas alianças feitas pelo movimento negro seja a que estabeleceu com alguns setores da intelectualidade nacional ou estrangeira. Por exemplo, laços desse tipo já haviam ocorrido, com clareza, no Nordeste dos anos 30. De um deles resultou um importante movimento de valorização da cultura negra. Entre os aliados, estavam Jorge Amado e Edson Carneiro. Ambos criam, em 1930, com apoio de outros intelectuais baianos, a “Academia dos Rebeldes”, em Salvador (Gonçalves, 1997). Esse movimento representou uma aliança interessante entre intelectuais e membros de cultos afro-brasileiros.

Já no final dos anos 40 e início dos anos 50, essas alianças tiveram um tom acadêmico mais explícito. O encontro de intelectuais e militantes negros visava produzir conhecimento crítico acerca da situação dos afrodescendentes no Brasil. Foi neste movimento que pesquisadores como Guerreiro Ramos, Roger Bastide, Florestan Fernandes e outros se aproximaram das organizações negras e inauguraram, de certa forma, estudos que denunciavam o nosso paraíso racial (Gonçalves e Silva, 2012, p. 147).

A junção entre os líderes do movimento negro e os intelectuais citados acima produziu uma robustez ao movimento, propiciando denúncias e reivindicações mais necessárias, tendo em vista que a falta dessa escolarização se convertia em desigualdade. Havia exigências de que a população negra pudesse alçar o ensino universitário considerado no Brasil uma formação de cunho elitista, ou seja, excludente para a maioria da população, entendendo que os que estão no poder possuem todo acesso ao conhecimento e os mantêm reservados para si. Essas considerações são necessárias para compreender a desigualdade no Brasil atravessando a questão racial que se viu alijada da educação.

A base intelectual, com o alinhamento dos cultos de origem afro, avança a discussão de que o racismo não se limita apenas aos corpos negros e suas determinações biológicas, ditas pela sociedade branca, mas a tudo que envolve o identitário negro, sabendo que o racismo religioso sempre os atravessou e atravessa, com a premissa de demonizações, vinculados a representação do mal e, portanto, o bem branco deveria prevalecer. Isso vai além de uma questão de proteger a sociedade dos elementos que não são associados ao bem,

pois tal dicotomia fortaleceu esse sistema excludente, colocando-os em uma situação de marginalização além dos outros elementos citados nessa discussão.

A contribuição do sociólogo Florestan Fernandes serviu para não só mostrar a imagem do Brasil com o advento da abolição e sua marginalização, como a farsa do que se convencionou chamar de “paraíso racial”, batendo de frente com o discurso romântico da miscigenação e da democracia racial. Foram elementos fundantes que permitiram um reforço de uma luta que já era denunciada nos jornais negros das primeiras décadas do século XX. Abdias Nascimento, por exemplo, entra com a bandeira de luta pela educação do povo negro, por intermédio de um movimento por ele liderado, denominado de Teatro Experimental Negro – TEN, com eventos culturais que percorriam o país, já que nesse momento da história do movimento negro, havia a necessidade de expandir ao máximo para uma formação cultural que resgatasse estímulos críticos perdidos com a violência da escravidão ainda impregnada em seu imaginário.

Os movimentos tanto na primeira quanto na segunda metade do século do século XX, trouxeram não só denúncias, críticas, mas propostas concretas e ações por extensão concretas, portanto o que convém compreender não é um relato minucioso de todos os movimentos que se levantaram contra o racismo e suas camadas de intervenção violenta, mas que essa luta se pautava (em especial) na educação como ponte para reduzir as distâncias sociais tão evidentes em nosso país.

Ver que essa luta em meio aos ataques provenientes da sociedade comum e também da elite acadêmica, se alimentou por décadas até assumir uma estrutura legal, oriunda do Estado, não como um benefício ou favor dele para com a população negra, entretanto temperada por muitas bandeiras de luta, pressão do movimento negro. No terceiro capítulo, irei analisar como essas bandeiras foram transformadas em leis e como a sociedade, as escolas e os profissionais da educação a receberam.

Tendo como base indagadora, pretendo discutir como se fazem as aplicações das leis em favor da identidade negra e por extensão pela redução das marcas do racismo estrutural. Identificar limites e como o movimento negro enxerga a ação do Estado, das universidades e das escolas frente a essa nova proposta e perspectiva de ensino, vislumbrando uma educação pautada nas relações étnico-raciais, multiculturalista e antirracista, ampliando outras narrativas e colocando em evidência narrativas desconhecidas, no intuito de que esse conhecimento faça de nossa sociedade um caminho para a democracia racial.

3.0 A legislação educacional antirracista

3.1 As leis afirmativas em que a população negra não encontrou afirmação

Vimos no segundo capítulo os dilemas, as variantes formas que a luta do movimento negro no Brasil fez para tentar reduzir os quadros de segregação disseminados na sociedade. Recorrendo às questões concernentes à batalha por espaços que pudessem oferecer educação, como uma passagem à dignidade e ascensão social baseada em uma prática educativa que não apagasse a identidade dos negros. Isso porque a autoimagem desses povos já foi estereotipada como inferior, marginal e demonizada, enfim, sua ancestralidade não pode mais se perder em um espaço de acesso à cidadania. A militância se evidenciou desde as primeiras décadas do século XX, porém atravessou tal período e segue por lidar com a sociedade estruturalmente racista. Portanto, é permanente a luta do movimento negro por educação, no que se refere a questionar a ausência, aos aspectos excludentes da escola, ao acesso cerceado de limites e contradições.

Pelos enfrentamentos discutidos anteriormente, ficou visível que o movimento ainda estava no campo privado, pois o Estado não fazia conexão com a causa que, na verdade, deveria ser algo no âmbito público. Não fazia apenas sentido o movimento negro lutar por espaços de cidadania, de reconhecimento se o Estado continuava ausente. Até porque isso criaria uma estrutura paralela que seria a maior declaração de uma abolição ilusória.

Em minhas pesquisas, obtive a dimensão do caos estrutural do racismo pela própria política de negação, ou seja, com o discurso de não existir racismo, demonstrando esse uma insensibilidade com as questões latentes de expurgo que o povo negro enfrenta desde o pósabolição até os dias de hoje. A isso podemos denominar de segregação naturalizada sem as devidas intervenções de separação oriundas do Estado.

O fato mais agravante tem a ver com o Estado só ter reconhecido que o racismo faz parte da estrutura social do nosso país durante o último governo do presidente Getúlio Vargas, com a aprovação da Lei Nº 1.390, de 03 de julho de 1951. Do ponto de vista jurídico, foi a primeira lei com a intervenção do Estado no combate ao racismo e à discriminação em todos os âmbitos sociais, todavia, deter-me-ei aos artigos que reportam a questão educacional. Vejamos os que esclarecem os direitos das crianças, jovens e adultos no espaço escolar:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de côr.

Parágrafo único - Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 5º Recusar inscrição de aluno em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único. Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular. (LEI, 1951, n.p.).

A aprovação dessa lei, apesar de ser vista como um avanço jurídico, possui origens dúbias e limitantes em sua ação concreta e eficaz, pois ela teve sua aprovação no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Getúlio Vargas por um ato racista que havia ocorrido um ano antes, ironicamente com uma bailarina e coreógrafa norte-americana de renome, sendo barrada em um hotel de luxo em São Paulo durante uma turnê que estava realizando. A artista Katherine Dunham fez a denúncia aos repórteres que estavam ali para prestigiar o seu trabalho, todavia, fazendo bom uso de sua notoriedade, relatou o ocorrido e questionou a dita democracia racial vendida para o mundo, alegando vivenciar aqui o avesso da imagem forjada e divulgada como uma verdade que diferenciava o Brasil dos Estados Unidos com sua segregação racial.

Diante do receio de ter a imagem do Brasil desmoralizada, o Estado teve pressa em aprovar uma lei que garantisse a presença da população negra em qualquer espaço, incluindo no meio educacional, tendo o direito de poder realizar seus estudos em qualquer nível ou curso, porém na prática as questões possuíam camadas mais densas, pois a população negra, como discutido nos capítulos anteriores, estava alijada de muitos direitos, sendo colocada em subempregos ou nos chamados “bicos” para sua sobrevivência, em que o espaço para ser inserido nos bancos escolares ficava distante até pela própria dinâmica de acesso e permanência. Essa lei ficou conhecida por *Lei Afonso Arinos*, advogado, professor universitário, deputado federal, autor do projeto, membro da União Democrática Nacional, paradoxalmente de um partido conservador e elitista que, por sua vez, não se alinhava com as pautas do movimento negro, ou seja, era apenas um projeto de manutenção da boa imagem do país no exterior.

A lei Afonso Arinos, mesmo inserida em um contexto de direito à educação, mencionava que caso tal acesso fosse negado as punições iriam de prisões convertidas em multas, ou seja, eram penas brandas se comparado ao descaso histórico da abolição em nosso país.

O mais chocante dessa lei, com teor de letra morta, foi a sua utilização apenas vinte anos depois, por uma mulher negra que estava ocupando espaços antes reservados à população branca brasileira, a jornalista Glória Maria. Ou seja, as pessoas de modo geral não conseguiram fazer uso de seu direito, até porque no primeiro momento a ausência de reivindicação possibilitaria a crença de haver o cumprimento da lei por parte das instâncias em receber a todos sem distinção de cor e que, por isso, não seria necessário lutar na justiça pela concretização, entretanto o que ocorria na prática era a impunidade. Vejamos a similaridade da origem da lei com a ação discriminatória sobre a jornalista:

Quase 20 depois, a jornalista Glória Maria foi a primeira a usar a Lei Afonso Arinos. Primeira repórter negra da televisão, ela divulgou em 2019, que foi impedida de entrar pela porta da frente de um hotel no Rio de Janeiro, em 1970, pelo próprio gerente. Glória Maria se orgulhava de ter sido a primeira pessoa a usar essa lei no Brasil (LEI, 1951, n.p.).

Na prática, a origem da lei se deu por meio de uma mulher preta que não era brasileira, e a primeira a fazer uso dela não estava nas camadas mais baixas da sociedade, onde a maioria da população negra se encontra. Vemos, assim, as ironias históricas do processo de intervenção do Estado para demonstrar a inclusão de pautas do movimento negro no país. Porém, o fato de a jornalista ter se orgulhado em ser a primeira a utilizar a lei, abriu caminhos para que outros pudessem ter a consciência que não poderiam se calar, mediante as diversas portas que se fecharam, mesmo a aprovação em 1951. O ato racista discriminatório que ela sofreu, mesmo após os vinte anos da lei aprovada, revela que, possivelmente, pela falta de acesso à informação e à educação, colaborou para que a utilização da lei fosse efetivada, além da impunidade já notória nesse processo.

Diante de uma luta que ocorreu por espaços de direito em que o movimento negro não deixava de se articular em meio à impunidade das leis com teor, seja brando ou simplesmente não aplicáveis. Em 1995, o Estado declarou que a partir daquele momento iria implementar políticas de combate ao racismo e aos desdobramentos causados por ele em nossa realidade. Na análise Joílson Santana Marques Junior, em seu artigo, *Políticas de Ação Afirmativa para Negros no Brasil: elementos para uma reflexão inicial*, possui uma extensão

dos condicionantes para que as leis antirracistas na escola pudessem ser aprovadas e conduzidas às instâncias da educação:

O fato de o Estado brasileiro ter reconhecido, em 1995, a existência do racismo e ter se comprometido com a luta pela sua eliminação, influenciado pela mobilização do movimento negro, colocou essa temática sob novas perspectivas no cenário nacional. Porém, a Conferência de Durban simbolizou uma oportunidade de pressionar tanto nacional quanto internacionalmente a tomada de decisões e ações concretas que viessem a eliminar as desigualdades raciais (Júnior, 2017, p. 41).

Portanto, o autor propõe mostrar que o Estado por si não tomou a ação de combate ao racismo, houve uma pressão do movimento negro, das políticas em instância internacional através dessa conferência que foi um marco divisor de águas por abrir novas expressões de força para que as políticas afirmativas no Brasil fossem efetivadas. Da declaração de que há racismo no Brasil até ocorrer a pressão internacional da conferência em 2000, existe um Estado duvidoso em sua declaração de combate ao racismo, pois combatê-lo significa reduzir as desigualdades sociais que em nosso país são de cunho racial. Portanto, podemos considerar a importância do movimento na discussão e no combate à discriminação racial, atravessando muitos aspectos das leis afirmativas que começaram a fazer parte do cenário educacional brasileiro.

Entre as conquistas legais antirracistas, consideramos haver mais de um século de luta do movimento negro em nosso país, contando com os primeiros sinais tímidos do entendimento de que a sociedade precisaria ser pautada na igualdade racial, no combate à discriminação e na compreensão de que as diversidades cultural e étnica brasileiras deveriam ser respeitadas e não vistas como nocivas, preservando assim o multiculturalismo entranhado em nossas raízes enquanto nação. A Constituição de 1988 dá esse salto, mostrando os princípios que deveriam nortear a sociedade, todavia está longe desse princípio ir além da lei em si e basear as novas relações sociais em qualquer que seja o segmento, em especial a inclusão nos espaços educativos.

A Carta Magna de 1988 não possibilitou a retomada de políticas concretas que pudessem mencionar quanto o racismo ainda produz distâncias sociais, principalmente nos aspectos da não inclusão e da permanência na formação básica, técnica e universitária da população parda e preta no país. Faz-se necessário, pois, retomar questões elementares e cruciais para que se entenda que o Brasil não tinha o menor interesse em discutir a questão racial e muito menos resolver os destroços da escravidão e da abolição forjada, já que a abolição se converteu em lançar fora um produto que não tinha mais valor para a nova fase do mundo liberal capitalista; por isso, os negros foram lançados na sociedade sem estrutura

alguma. O meio social e as instituições educacionais estavam na contramão do processo de cidadania da população negra, por isso destaquei uma Constituição que defendia a não discriminação, mas ela não implementou políticas de Estado para o início de um projeto de inclusão e equidade racial, pois reconhecer o racismo e a lei apenas o criminalizar não rompe com o aparato estrutural entranhado na sociedade.

Anos posteriores, apenas em 2003, com o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, houve a necessidade forçada de criar um aparato jurídico, em que mostrasse que o Brasil não está aquém da luta pelo fim da discriminação racial, quando uma pressão internacional fez o Estado ter que dar satisfação ao mundo sobre o que já se deveria ter sido criado como política com a promulgação da Carta Magna de 1988, considerada ‘cidadã’, mas essa agenda ficou fechada, adquirindo pauta de discussão, de implementação de uma secretaria específica para efetivar uma ação de combate ao racismo e à discriminação.

Considerado para o movimento negro uma possibilidade de ter na vitória do governo a concretização de algumas pautas que fizeram parte de sua luta, a sua efetivação nos espaços de educação formal, do ensino básico ao superior, seria uma conquista histórica, devido ter atravessado o século XX, e só se enxergou e ocorreu uma ação mínima do Estado na segunda década do século XXI, todavia sabemos que os governos sequer inseriram isso em seus planos, mesmo a luta do movimento tendo um histórico de resistência, de pressão, mas nada disso foi absorvido pelas políticas públicas.

A partir dessa associação da vitória de um partido de concepção de esquerda, os líderes do movimento negro enxergaram na vitória de Luiz Inácio Lula da Silva às eleições presidenciais de 2002, um porta-voz de suas reivindicações. Tanto que no mesmo ano de seu mandato, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), tendo como princípio de existência e atuação elaborar, coordenar e avaliar as políticas e diretrizes para que pudesse ser posta em prática a promoção da igualdade racial. Um órgão fiscalizador, coordenador, mas não executor, que por sua vez limitaria seu raio de atuação e, ao mesmo tempo, sem um investimento necessário para a secretaria atuar de forma eficaz.

Nesse processo, considero outra questão em pauta que ocorreria nesse mesmo período no país, que estaria na contramão dos objetivos e das metas desse órgão criado a partir da Lei n. 10.678. Perdendo muito de sua eficácia até mesmo no campo da coordenação, o processo de mudanças estruturais no trabalho, da terceirização, acabou sendo visto como

paradoxal diante de uma premissa de resgate da dignidade do povo negro, em que as questões de trabalho e exploração os atingia diretamente, ampliando ainda mais sua realidade de exclusão.

A discussão realizada sobre ações afirmativas nos dá uma visão necessária de que a criação de secretarias, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (de 2003), não têm fôlego diante de uma pressão socioeconômica que se afirmou como um rolo compressor sobre os direitos trabalhistas, sendo, portanto, uma política que ficava à mercê das contradições e do sistema econômico brasileiro, inviabilizando suas ações, o mesmo sistema que escravizou, excluiu e manteve a população negra em estado permanente de precarização de trabalho e de educação formal. Joílson Santana Marques Junior em seu artigo, *Políticas de Ação Afirmativa para Negros no Brasil: elementos para uma reflexão inicial no Serviço Social*, ele nos provoca com suas indagações dessas relações conflituosas de políticas de afirmação inseridas na contramão do sistema, do capital, notadamente um estilhaço de incoerências

Mais uma vez nos confrontamos com algumas questões, pois embora esses objetivos exponham uma visão progressista e demonstrem uma forte inclinação à garantia dos direitos, por outro lado vivenciamos um processo de ataque aos direitos o que torna a efetivação desses objetivos um desafio.

Nesse sentido, a pergunta que nos parece mais emergente, é como consolidar os direitos sociais da população negra tendo em vista que os próprios direitos para a população em geral estão em retração, seja pela privatização, despolitização e/ou terceirização dos mesmos? (Júnior, 2017, p. 47).

Sobre a questão da inclusão da população negra em políticas que pudessem minar o racismo estrutural que permeia as relações de trabalho e, portanto, afeta diretamente seu acesso à educação, compreende-se a dificuldade por terem de vivenciar estruturas trabalhistas de cunho escapista que os limita a uma sobrevivência. Nesse contexto, como pensar em estudar, crescer no conhecimento? As estruturas de trabalho nos fazem questionar como reside a relação do Estado de caráter progressista com as evidências de um processo excludente na base da formação econômica e trabalhista do nosso país, pautado inicialmente em uma estrutura escravista e posteriormente criando modelos de trabalho que não se distanciam muito das origens coloniais. Não cabe aqui discutir relações de trabalho, mas destacar como esse processo afetou e ainda cria uma distância social para não inseri-los nos quadros de igualdade racial propostos pelo governo.

3.2 As implicações da lei na comunidade escolar

Pela discussão feita até o momento, as leis de alcance à educação para a população negra, com todas as suas reservas, tornam-se imprescindíveis para a inclusão social, porém só foram evidenciadas a partir do século XXI, inseridas em instância nacional e tendo suas especificidades nos estados e nos municípios. Como professora efetiva da rede pública da prefeitura de João Pessoa na Escola Aruanda, localizada no bairro dos Bancários, recorrerei às Leis n. 10.639 e 11.645, à BNCC – por serem elementos chaves propostos pelo município, através da Secretaria de Educação, agente local da expressão de uma educação que prime pelas relações étnico-raciais e suas políticas antirracistas.

Portanto, tendo como eixo essa política educacional antirracista cobrada pela Secretaria, busco compreender – isso na perspectiva do Projeto Político Pedagógico, nos planos de ensino e nos planos de aula – se reside uma efetivação que de fato atravesse essa seara pedagógica, sua rede de projetos, demonstrando culminâncias que tenham como alvo maior tornar a escola uma expressão antirracista na formação dos alunos.

Para isso, é preciso responder a algumas perguntas: quais exigências se faz às escolas, ao corpo de especialistas, aos docentes e como eles inquietam os educandos para uma educação inovadora pautada na visão freireana do que venha a ser uma prática libertadora. Além disso, cabe entender como essas leis estão sendo aplicadas em seus planos de curso, projetos interdisciplinares e quais os impactos na formação discente. Sobretudo, é preciso também compreender todo o processo inicial até chegar ao espaço onde leciono, não esquecendo a estrutura de conhecimento dos alunos sobre a visão pessoal de racismo, de como ele atua, de que maneira eles encaram esse problema histórico e permanente em seu dia a dia ou se não conseguem assimilar toda essa realidade, pois muitos não a identificam por falta de uma formação que os faça enxergar as bases da nossa sociedade; ou não se incomodam ou até se sentem impotentes em tentar ser ao menos antirracistas, por acreditar que não vale a pena questionar a mentalidade já posta no cenário histórico do país.

Esse diálogo será iniciado pela Lei 10.639, aprovada em 2003, para que se perceba como essa lei é vista na escola onde atuo, qual a recepção dos professores e pais a respeito de um novo ensino antes desprezado pela oficialidade na produção do material didático e por extensão aos planos de curso, em que os professores sequer faziam menção crítica sobre a contribuição do povo negro na constituição da sociedade brasileira. Via de regra, era um ensino de caráter eurocêntrico, em que as narrativas não vislumbravam outras perspectivas sobre a história de nosso país.

Sendo assim, como romperíamos com toda a cultura do racismo, da discriminação e da desigualdade de acesso e condições? A questão da seleção do que se é ensinado refletirá diretamente na forma como indivíduos atuarão na sociedade, portanto, a necessidade de acrescentar saberes relegados serve para desenvolver cidadania na mente dos que sempre reproduziram o racismo, muitas vezes por ignorância, além de resgatar identidade para aqueles que se perderam e tiveram de viver “sem” história, ancestralidade, dignidade.

Da letra da lei à reestruturação do ensino no país, embates são reincidentes nas escolas, inclusive na escola Aruanda nas turmas dos 8º e 9º Anos. Pelo documento, vemos que esse reflete as aspirações do movimento negro que se viu pela primeira vez na história sendo colocado na forma da lei, com toda uma retórica de décadas de silêncio, repressão e descaso. Isso não foi fruto de uma consciência de Estado, mas da pressão incessante daqueles que não desistiram, sendo reflexo de discussão, diálogo com as autoridades, todavia a lei quando aprovada causou incômodo nos ambientes onde deveriam ser aplicadas, sendo esses assuntos refletidos em descaso, vistos como irrelevantes ou sem “espaço” para dar conta de tantos conteúdos.

Partindo desse pressuposto, os conteúdos que vislumbrarão as relações étnico-raciais e sua educação antirracista caminham a passos lentos, isso pela falta de uma formação que os faça ter um plano de ensino com esse diálogo permanente. Entretanto, na prática, nossos planos não assimilam a letra da lei, resumindo-se a questões pontuais ou a uma dedicação que se reportava ao mês de novembro, em que se cobra uma culminância por conta da data referente à consciência negra, mas esse trabalho de prática educativa antirracista deveria ocorrer durante todo o ano letivo. Foram a partir dessas evidências que nos últimos cinco anos minhas problematizações partiram para o coletivo onde estou inserida, a fim de desafiar a minha conduta pedagógica enquanto educadora e mulher negra apagada pelas consequências do racismo sobre a minha identidade.

São essas premissas que norteiam a aplicabilidade do ensino de história da cultura africana e afro-brasileira, impedindo o seu avanço, por não concordarem com o eurocentrismo pautado no pacto da branquitude que norteia a conduta da população branca em manter seus privilégios sociais e marginalizar tudo o que se refere ao povo negro e sua identidade étnica e cultural, por meio de uma espécie de educação forjada na estrutura de ensino no Brasil.

Cida Bento, em sua obra *O Pacto da Branquitude*, aborda tal problemática, sendo tal conceito muito discutido em artigos, como o de Aline Cristina Pelozo Rabaglio. Cabe também nos ancorar às leis 10.639 e 11.645 para compreender que, mesmo com a aprovação, a realidade ainda possui as vestes da branquitude quando enxergamos a dimensão da estruturalidade desse pacto nos espaços de educação formal, por limitar ou distorcer o exercício da lei em sala de aula e em toda a comunidade escolar. Vejamos o que ela discute em seu artigo:

Em *O pacto da branquitude*, Cida Bento apresenta temas essenciais para a compreensão do racismo estrutural no Brasil, especialmente ao analisar a branquitude como um espaço de privilégios que sustenta as hierarquias sociais. Partindo de sua pesquisa de doutorado, a autora desnuda os pactos narcísicos que perpetuam as desigualdades raciais, com um foco particular no mercado de trabalho. A autora observa como os gestores de recursos humanos e lideranças organizacionais, em sua maioria brancos, mantêm discriminações raciais ao, sistematicamente, excluir indivíduos negros de cargos de poder e prestígio. E demonstra como a racialidade branca funciona de maneira velada, reforçando privilégios e justificando a exclusão de pessoas negras dos espaços decisórios por meio de narrativas preconceituosas e estigmatizantes. A crítica central do livro reside, portanto, na maneira como a autora expõe a ambiguidade das práticas institucionais que promovem a diversidade, mas raramente questionam as estruturas de poder racial. Embora muitas organizações adotem políticas de inclusão, estas costumam ser “superficiais”, contribuindo para a perpetuação das desigualdades em vez de combatê-las. O que se observa é a manutenção de uma ambiguidade das práticas institucionais voltadas para a diversidade, isto é, embora existam, raramente desafiam as estruturas de poder racial. Trata-se de iniciativas que permanecem superficiais, perpetuando as desigualdades raciais em vez de confrontá-las de forma efetiva. Porém, a autora não sinaliza o que seria nem como alcançar esta efetividade (Rabaglio, 2024 p. 226).

Diante dessas sinalizações discursivas, não podemos negar haver uma superficialidade, pois os temperos da branquitude rondam e minam as escolas, as salas de aula, os planos de ensino e uma efetiva educação antirracista. Nesse sentido, a lei deu possibilidades, mas não inclui de fato. Por exemplo, os que devem aplicá-la se esquivam e permanecem com seus conteúdos engessados, sem dialogar com a maioria do corpo discente das escolas da rede Municipal de João Pessoa, tendo um percentual de quase setenta e três por cento de alunos pardos e pretos.⁴

O que vemos, de fato, é um ensino sem conexão com as suas vivências, ocorrendo resistências ao ministrar aulas que primem pela ancestralidade negra, vistas muitas vezes como desnecessárias ou ameaçadoras à fé cristã que, majoritariamente, é expressa pelos docentes e discentes. Ir contra o tradicional, muitas vezes, causa inquietações, ameaças por parte dos pais ou responsáveis, com a retórica de que falar da mitologia negra é doutrinação,

⁴ Fonte SEDEC, Secretaria de Educação e Cultura. Prefeitura Municipal de João Pessoa. 2024

mas se forem as grega ou romana têm aspecto de ampliação de conhecimento. Dessa forma, a lei vai sendo minada, atacada e distorcida, tornando-se desafiador para os educadores tirála do campo da superficialidade predominante desde a sua aprovação.

Entretanto, as exigências legais são consideradas um avanço, um marco histórico na luta por resgate cidadão e identitário. A necessidade de refletir a lei, na perspectiva de uma consciência histórica, norteia meu trabalho procurando não apenas no sentido de resgate, mas no desvelamento de nossas raízes históricas, na natureza dos nossos discursos, crenças e verdades constituídas, provenientes de um olhar sobre a cultura negra. Há, nesse sentido, a necessidade de preencher lacunas na história da ancestralidade negra e como essa foi violentada subjetivamente ao ponto de se tornar “pária” neste país, isso mesmo na contramão da superficialidade, da branquitude, do descaso e da ignorância que norteia espaços considerados formadores.

A lei⁵ traz a obrigatoriedade de inserção em todo o currículo escolar, exigindo especialmente de História, Arte e Literatura. Mas na prática seu conteúdo não é atrativo para as outras disciplinas e, em meio à vivência escolar, o ensino de História da África e da população afro-brasileira é convertido em uma espécie de temática, em que os profissionais farão uma mera apresentação na semana da Consciência Negra para registrar no relatório da escola e enviar à secretaria de educação. Isso atestará o falso cumprimento da lei, em uma culminância de ações antirracistas e de valorização da cultura afro, porém desvinculada de uma vivência curricular inserida na sala de aula ao longo do ano, juntamente com outros conteúdos que fazem parte tradicionalmente dos livros didáticos.

Portanto, a obrigatoriedade se perde em meio a uma apresentação ritual sem o devido letramento que se faz necessário para a formação dos educandos adquirir uma visão da identidade do nosso país. Todavia, existem alguns elementos que barram o processo de cumprimento da lei nas escolas e sua aplicabilidade direta nos conteúdos das disciplinas, que

⁵ LEI nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003 altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, destaca-se que esta Lei sofreu alteração para a inclusão da população indígena através da Lei nº 11.645 de março de 2008.

Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos. 26-A; 79A e 79-B: Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

pela lei não se limitam apenas às três áreas já mencionadas (história, arte e literatura), não anulando a responsabilidade de componentes como matemática, ciências, educação física e outros do currículo.

As dificuldades de inserir e discutir residem, mesmo após vinte anos de sua aprovação, em diversos fatores que apresentarei, entre eles está a relação direta nas formações iniciais dos professores, na qual me incluo, tendo em meu currículo de Licenciatura apenas uma disciplina de História da África, desfocada da estrutura racista tão latente em todos os espaços sociais. Nesse contexto, percebemos licenciaturas esvaziadas, lacunas que naturalmente nas academias não são vistas como importantes, e algumas universidades só começaram a reformular seus currículos em meio ao início do século XXI.

Ademais, muitos professores, quando começam a lecionar, passam por formações continuadas que não impactam e nem os desafia a reformular os seus planos de ensino. Muitos educadores, por sua vez, apesar das formações, não se sentem dispostos a mudar seus planos, porquanto já estão definidos, e veem como mais um trabalho do que uma ação enquanto docente para o corpo discente.

Outra problemática também está no que se refere às escolas privadas, onde as dimensões de resistência à implantação do ensino da cultura afro-brasileira e africana se tornam ainda mais complexas do que na escola pública. Isso por somar outro elemento, o incômodo dos pais em saber que seus filhos possam ter acesso a conteúdo que, em suas visões, não passam de doutrinação que ameaçará sua formação familiar e religiosa, ou seja, o ensino da cultura afro-brasileira é atravessado pelo racismo religioso e suas práticas sequer devem ser mencionadas para o bem-estar da comunidade em geral.

Além de compreender que o racismo criou abismos sociais, as escolas particulares, em sua maioria, possuem um número resumido de alunos pretos e pardos, portanto, não há interesse em colocar em xeque seus privilégios pautados na discriminação racial. São desafios do ponto de vista curricular e na perspectiva de uma pedagogia libertadora, como aborda Bell Hooks em *Ensinando a transgredir*, obra necessária e vibrante, tendo Paulo Freire como sua inspiração. Por que a proposta da lei é transgressora? Porque mexe com as estruturas racistas sedimentadas e acomodadas pelo pacto da branquitude que investiu massivamente de forma consciente ou não, por ser estrutural ao não permitir que a história da população negra fosse resgatada, discutida e posta para conhecimento.

3.3 Uma legislação educacional antirracista: “sou grito porque já fui silêncio”

A presença inicial dessas políticas de base antirracista e por igualdade racial é essencial para a compreensão das leis aprovadas mais específicas à educação, as quais discutirei posteriormente neste capítulo, tendo como eixos centrais toda a base que vai ser identificada nas leis posteriores para a reformulação da legislação educacional. Os maiores dilemas da população negra na sociedade residem na falta de acesso ou na restrição desse à educação formal dos jovens negros no país. Esses, na maioria das vezes, não conseguem permanência no espaço escolar e ainda precisam lidar com uma educação que menospreza toda a sua história e cultura pela discriminação e falta de conhecimento da sociedade que, por sua vez, só fortalece a exclusão e as distâncias.

Após dialogar com conceitos que erigem as políticas de ação afirmativa, podemos prosseguir conhecendo alguns de seus principais momentos.

Podemos dizer que de um modo geral essa política vem se organizando por meio de duas linhas de ação, a saber:

- a) Ação socioeducativa, que visa a reeducação da sociedade para a valorização, o respeito da cultura negra, e ao mesmo tempo, busca forjar uma educação para a diversidade racial, bem como rediscute a questão racial no que diz respeito à cultura de discriminação que se reproduz no Brasil.
- b) O outro viés é a ação de combate às desigualdades raciais. Nessa linha de atuação encontram-se as estratégias e medidas visando ao combate às disparidades de acesso a bens e serviços, assim como a redução do abismo existente entre as condições de vida de negros e brancos (Júnior, 2017. p. 44).

Pela premissa inicial, observo a questão mais latente na formação de um saber que atravessasse as escolas, pois, pelas pautas basilares, reside uma necessidade de rever conceitos entranhados na sociedade brasileira, petrificados, tidos como verdade sobre suas raízes e tudo o que a envolve, criando determinismos que esvaziam o potencial cultural de um povo convertido em apenas ex-escravos, não permitindo abrir espaço para rever suas narrativas, suas identidades.

Nesse momento, a escola se torna fundamental para formar uma sociedade que se esvazie de verdades ainda aprisionadas a uma ciência que, mesmo ultrapassada, do século XIX, permanece no senso comum. O desprezo pela cultura negra adquire o teor de bizarro, exótico, atrasado, demoníaco, quando se refere às religiões de matriz africana, portanto pontuar a valorização da cultura afro-brasileira atravessa a discussão desses estereótipos e o desvencilhar que os cerca no imaginário e discurso da sociedade aprisionada ao racismo estrutural.

Outro ponto pertinente desse primeiro eixo está vinculado a uma questão também recorrente em nossa cultura, por ser diversa, vista como ameaçadora, destruidora da ordem, minando o conceito de democracia racial, porque a diversidade torna-se palco de discussão e resistência para aqueles que consideram essa pauta desprezível, tendo como elemento de ordem tudo o que seja proveniente da herança portuguesa, europeia, e colocando para “debaixo do tapete” toda a diversidade que o Brasil possui.

Assim, não é visto como positivo o que vem da população afro, pois a muito evidente discriminação acarreta sérios problemas para a manutenção da identidade da população negra, causando até a sua autonegação para sobreviver em meio a essa realidade permeada pelo preconceito de seus corpos, linguagem, produção cultural, sendo essas expressões muitas vezes tachadas como vadiagem, a exemplo do samba e da capoeira. Mesmo valorizados hoje, houve separação das produções culturais de si, pois se a capoeira e o samba possuem valor cultural, o povo negro continua ainda distante, portanto essa valorização precisa atravessar sua imagem, sua estética, seus corpos.

O segundo eixo nos remete a questionar todo o sistema de exclusão às necessidades básicas que não fazem parte do seu cotidiano, como saúde, moradia, transporte, trabalho, educação, pois, quando se volta para a realidade dos brancos, ocorre no país essa diferenciação brutal de acesso de direitos, questionando o porquê das disparidades e, ao mesmo tempo, identificando as raízes que solidificam esse sistema.

Considerando tal problemática, o Estado assume haver racismo no Brasil, pois o discurso da meritocracia ainda impera na ordem do dia, mas avançam discussões que antes só eram pautas restritas ao movimento negro, mas que se estendeu pela sua própria força de atuação. Nas estratégias de atuação das políticas de afirmação, ocorre um processo de pedagogização de toda a estrutura que atravessa as disparidades sociais ancoradas no racismo.

Tendo como marco inicial das conquistas que a população negra obteve no país, em meio às críticas provenientes da sociedade, do espaço acadêmico, essas mudanças trouxeram uma discussão em torno de questões jamais abordadas no espaço escolar: a iniciativa de outras narrativas; a abertura de um leque de bibliografias de autores negros e de outros que dedicaram suas pesquisas à compreensão do racismo no Brasil e dos seus impactos; a importância de mostrar a identidade negra tão rechaçada e silenciada; leis que propuseram acabar com o silenciamento nos livros didáticos, nos planos de ensino e nos planos de aula

que apenas se limitavam a narrativas conteudista, sem a menor preocupação em discutir as questões mais basilares das contradições no Brasil.

Nesse contexto de pressão do movimento negro, a aprovação da Lei 10.639 em 2003 prevê e exige o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana, tendo como destaque a importância da contribuição dos negros para a constituição da nossa sociedade. Se pensarmos na abolição e no projeto de miscigenação que investiu no desaparecimento estético e cultural negro, a lei em si não se torna apenas uma luta do movimento, mas escancara as violências que atravessaram essa população de uma abolição aviltante que o movimento sempre declarou e lutou pela sua dignidade, educação, autoestima estética, cognitiva, e identitária.

Essas questões basilares, incomodaram grande parte da sociedade brasileira insatisfeita em não poder lançar mais correntes, mas investiu em outras amarras que pudessem nos limitar e nos fazer esquecer quem somos, além de gerar vergonha de nossas raízes, apagando a história dos nossos ancestrais que também construíram esse país.

Como esse racismo produziu essas subjetividades de negação em nossas raízes identitárias, a lei é um divisor de águas que faz a sala de aula tornar-se um espaço provocativo de novas discussões sobre a nossa história, as raízes do racismo, suas versatilidades no contexto atual, a discussão da terminologia *escravo* e todo aparato ideológico e opressor que o termo carrega, destituindo nossa condição de sujeitos, portanto a lei nos propõe novas abordagens teóricas já citadas no primeiro e no segundo capítulo.

É preciso não ter apenas a preocupação de sabermos sobre o porquê de a civilização Grega e Romana serem consideradas clássicas, mas questionar o motivo de a história africana não ser inserida nos livros didáticos, referindo-se como parte integrante de nossa formação cultural, e apenas abordada resumindo-a a “escravos”. Tal visão mostra uma trajetória de submissão, violências, silenciamento e revoltas frustradas naquele momento colonial e imperial, atravessando nossa república pelas elites e pelo Estado Brasileiro mostrarem-se alheios à luta por liberdade e dignidade do povo negro. Destarte, a educação no Brasil não se propôs enxergar a identidade clássica negra inserida em nosso contexto de nação; essa sequer teve a inquietação de ser contada, discutida e evidenciada como parte integrante da nossa formação.

Com a preocupação de a lei ser efetivada em toda a educação básica, seja no ensino público ou no privado, a luta contra o racismo e a discriminação adquirem uma

responsabilidade social que envolve o comprometimento da gestão, dos especialistas e dos professores de todas as áreas do conhecimento. Contudo, a dinâmica escolar como parte integrante da sociedade possui limitações em suas execuções pedagógicas para fomentação de novos saberes, por respirar o racismo estrutural como parte naturalizada e normatizada, apesar da adequação dos livros didáticos e paradidáticos ao trabalhar as relações ético-raciais que o texto determina.

Diante desses fatos, a lei nos aponta enquanto educadores, professores de História, a responsabilidade de trazer à tona práticas antirracistas em nossos planos de curso e, por extensão, em nossos planos de aula e projetos envolvidos na dimensão escolar. Como há uma exigência de resgatar, ressignificar e valorizar a cultura de matriz africana, isso pressupõe a luta pela dissolução dos estereótipos atribuídos à nossa sociedade, pois a perspectiva do respeito à diversidade cultural do povo negro colocará em discussão a construção histórica da demonização das religiões de matriz africana; a vinculação do negro ligada à marginalidade; a condição da mulher preta reduzida à cozinha e à satisfação sexual, destituindo-a dos sentimentos, colocando a capa de mulher forte e guerreira, sem a percepção crítica de uma forjada valorização social.

Nesse enfrentamento, o movimento negro alçou conquistas em leis de afirmação e estímulo ao acesso de um ensino que pudesse gerar reduções nas barreiras sociais que o racismo estrutural perpetrou em nossas vidas, além de uma educação que pudesse vislumbrar a potencialidade da cultura negra, resgate de si e do seu valor enquanto cidadão, pois tudo isso esteve relegado ao descaso por décadas, mesmo após a abolição. Os muitos enfrentamentos puderam convergir para uma discussão das leis que analisarei no contexto do ensino básico nas escolas, da sua formação até como ela vem sendo aplicada no proposto ambiente. Muitas conquistas, mesmo a tímidos passos, trouxeram um novo horizonte para a educação da população negra, e o meu objeto de discussão reside em uma educação antirracista, não sendo limitada ao mês da Consciência Negra.

No município de João Pessoa, a Lei 10.639 pode ter sua amplitude jurídica, reforçando suas bases e as da BNCC, pois constrói uma reformulação nos projetos e nas ações mais incisivas para o ensino de história e cultura afro-brasileira em combate ao racismo e, acima de tudo, empreender na rede municipal uma cultura pedagógica e cidadã antirracista. Vejamos a letra da lei, suas exigências em nível local e perspectivas na comunidade escolar:

Desde o ano de 2022 que a SEDEC-JP vem realizando o trabalho de potencializar a lei 10.639/2003, que é a lei que tornou obrigatório o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira. Na rede municipal existem duas resoluções importantes divulgadas desde 2007: a primeira foi a implementação desse ensino nas redes municipais e a segunda foi a obrigatoriedade do tema Educação para as Relações Étnico Raciais nos projetos político pedagógicos de cada unidade e recomendando que todos os professores de todos os componentes curriculares abordassem conteúdos dessa temática em suas respectivas disciplinas de forma bimestral. Além disso, desde 2007 foi ampliado também a carga horária das disciplinas de Língua Portuguesa e História para atender as exigências da lei. (LEI, 2023, n.p.).

Nesse aspecto, observo que quase vinte anos depois ocorrerá uma iniciativa mais incisiva da Secretaria de Educação em fazer valer a lei que até então não possuía um caráter integralizador dos planos políticos pedagógicos da rede, salvo algumas escolas que já a aplicavam, mas de forma isolada e pontual em algumas unidades. Mesmo sendo realizada na escola, a aplicabilidade da lei não era harmônica entre a comunidade escolar onde ela estava sendo praticada, ou seja, haviam muitas contradições, limites e lacunas em meio a sua execução, fazendo entender que não era parte de processo organizado.

A aprovação da lei em 2007 possui caráter incisivo, por determinar o aumento da carga horária da disciplina História para quatro aulas semanais, a fim de inserir o ensino das relações étnico-raciais, não limitando a discussão de colocar a população negra em espaços de narrativas voltadas apenas ao período escravocrata opressor, mas inserindo o poder de protagonistas na cultura brasileira, sendo mais presentes e internalizados em nossos saberes. O racismo estrutural, todavia, tenta colocar isso à margem ou dissociá-los para manter a sua imagem em espaços de negação e sem relevância para a história do nosso país.

Essas discussões, têm como premissa, sair da narrativa da história do escravismo, impresso no período colonial e imperial, numa perspectiva de alcance bimestral em todos os componentes curriculares, até porque a lei municipal – em convergência com a Lei 10.639/2003 e a BNCC – faz menção ao fato de o ensino da cultura afro-brasileira e africana ser efetivado tendo como norte o projeto político pedagógico, ou seja, se a escola não define no projeto a efetivação nas disciplinas, não terá sua eficácia, ficando à disposição de vontades pedagógicas individuais e isoladas desconectadas de um eixo norteador que entenda a escola como um espaço de expressão antirracista.

No contexto da lei municipal, a Escola Aruanda não está inserida como unidade atuante e de relevância na rede em cumprimento com as leis alinhadas à BNCC e às leis 10.639 e 11.645. Isso é problematizador para um embate pedagógico que desafie meus pares

e a mim mesma a tornar vivo esse processo norteador do movimento negro, na busca por uma educação que nos conduza à dignidade cidadã e identitária.

Fruto de muitos debates, embates, discussões que fizeram parte dos planejamentos mensais, houve uma escolha para a comissão para que o processo da lei fosse efetivado na condução dos nossos planos de ensino e nos projetos que não se limitassem à superficialidade no início do ano letivo de 2024. Nenhum professor quis participar da comissão para trabalhar de forma sistematizada e coesa a lei com o corpo discente, portanto fiquei na condição de líder da Comissão Pela Educação Das Relações Étnico-Raciais e Pelo Enfrentamento Ao Racismo Na Escola, tendo o apoio dos especialistas e da gestão, mas senti que algo não poderia ter o desempenho esperado, pois quem está na sala de aula com os alunos somos nós professores. Portanto, enxerguei o desafio nesse momento como mais um silenciamento por parte da equipe de educadores.

Tendo essas falas expressas e a letargia de não se envolver com a ação efetiva da lei, o grupo de especialistas e a gestão se viram premidos a compreender que a participação do corpo docente não se fazia tão eficaz, mas era voltada a uma questão de cumprimento de agenda simbólica pela falta de um letramento racial não apenas para os alunos, todavia também direcionado aos educadores e funcionários da escola. Isso para que não se cometessem as mesmas ações de ordem superficial, sem a devida formação mínima que pudesse gerar uma potencialidade crítica nos educadores e educandos.

Começa daí a minha saga para o desenvolvimento de uma metodologia que não se limitasse ao meu espaço de trabalho, mas fomentasse uma prática coletiva, iniciando o letramento racial pelo corpo docente, atentando para as origens do racismo negro, do racismo estrutural, do pacto da branquitude, do auto ódio estético que é impresso em nossas subjetividades, no extermínio em não fazer menção de sua ancestralidade nos bancos escolares, por ser considerada desnecessária, a condição em nos colocar como objetos e não sujeitos, ou seja, propus pontuar elementos fundantes do letramento racial

Também coloquei como questão latente as peculiaridades concernentes ao mito da democracia racial já discutida no primeiro capítulo, o projeto nacionalista e civilizatório da miscigenação que mascarava cruelmente o racismo negro, causando um dos maiores efeitos destrutivos e eficientes causados por ele, por destronar toda a autoestima negra e crescente aniquilação da herança cultural africana, gerando até mesmo vergonha do próprio povo negro com a sua história, principalmente nas camadas mais baixas onde a maioria se encontrava.

Por não ter acesso à educação, vindo em seu lugar a pressa para sobreviver de forma escapista, as preocupações identitárias, ancestrais, foram relegadas, tendo apenas como motivador uma pequena parcela da população negra que conseguiu certa formação para serem mentores da luta contra o racismo e denunciar que a real situação deles estava atrelada à estrutura racista da sociedade e à ausência do Estado.

Ainda no letramento com o corpo docente, analisei a relação do escravismo negro com o capitalismo em suas fases e como o sistema impactou suas vidas, inserindo-a injustamente no pós-abolição, transformando-a em trabalhadores do subemprego e da informalidade, com suas míseras remunerações. Contudo, esse letramento foi limitado apenas a dois planejamentos, realizados no sábado, pela manhã em que diversos problemas de agenda, calendário impressado e descaso de alguns profissionais causaram desânimo na realização, visto que tinha como meta ao menos desenvolver esse letramento em oito sábados durante o primeiro semestre, obtendo tal alcance até o mês de maio de 2024, não conseguindo o planejado, mas a semente do letramento movimentou alguns profissionais para ir além do mesmo em suas aulas.

São situações que já esperava, pois a escola não possui tradição na rede com uma educação efetiva em relações étnico-raciais e muito menos uma pauta antirracista que não se remeta apenas à semana da Consciência Negra. O corpo docente e os especialistas são majoritariamente brancos, uma das gestoras é branca e apenas a partir de 2024 tivemos a primeira gestora administrativa negra em mais de vinte anos de fundação da Escola Aruanda. Entretanto, no quadro de funcionários da limpeza e da merenda, vemos a contraposição: a cor negra em sua maioria, consolidando os aspectos estruturais do racismo sem sequer sair da escola, sendo eu a única professora negra no corpo docente. Mas, significativamente, nos sábados em que pude ter espaço, fui “grito” entre tantos silêncios.

A prefeitura de João Pessoa, através da Secretaria de Educação, aprovou nova lei de reforço para que tais “gritos” sejam reverberados no espaço escolar, alegando a importância consciente sobre o quanto o racismo causa impactos desastrosos ao aprendizado dos alunos da rede municipal, havendo uma necessidade mais urgente de ampliar não apenas o conteúdo, mas a prática, partindo da premissa de que essa lei possibilita frutos para a população negra que perfaz mais de setenta por cento do alunado da rede. Em observância à lei, podemos ter uma visão mais precisa dela e dos seus impactos na esfera da comunidade escolar se assim for abraçada. Vejamos:

LEI ORDINÁRIA Nº 15.072, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2024. INSTITUIA CAMPANHA PERMANENTE DE COMBATE AO RACISMO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituída a Campanha Permanente de Combate ao Racismo nas Escolas Públicas e particulares do município de João Pessoa. Art. 2º Para a implementação desta Campanha, cada unidade escolar poderá criar uma equipe multidisciplinar, com a participação de docentes, alunos, pais e voluntários, para a promoção de atividades didáticas, informativas, de orientação, conscientização e de combate ao racismo. Art. 3º São objetivos da Campanha: I - prevenir e combater a reprodução do racismo nas escolas e fora delas; II - capacitar docentes e equipe pedagógica para a implementação das ações de discussão e combate ao racismo; III - incluir, no Regimento Escolar, regras normativas que constringam a prática do racismo; IV - desenvolver campanhas educativas, informativas e de conscientização ao longo do ano letivo que envolvam o combate ao racismo; V - integrar a comunidade, as organizações da sociedade e os meios de comunicação nas ações multidisciplinares de combate ao racismo; VI - coibir atos de agressão, discriminação, humilhação, diferenciação e qualquer outro comportamento de intimidação, constrangimento ou violência; VII - realizar debates e reflexões a respeito do assunto, com ensinamentos que visem à conscientização dos problemas gerados pelas práticas racistas; Art. 4º A unidade escolar poderá aprovar um plano de ações, incluindo a Semana de Combate ao Racismo no Calendário da Escola, para a implantação das medidas previstas na Campanha. Parágrafo único. A semana de combate ao Racismo coincidirá, preferencialmente, com o Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado anualmente em 20 de novembro, e já instituído no calendário oficial de João Pessoa através da Lei nº 9.895 de 31 de Dezembro de 2002. Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação poderá garantir a implementação da campanha nas escolas públicas municipais. Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, Estado da Paraíba, em 22 de fevereiro de 2024, 136º da República.

CÍCERO DE LUCENA FILHO – PREFEITO (Prefeitura Municipal De João Pessoa, 2002).

Pela aprovação da lei, verificamos que reside uma proposta de letramento racial arraigada em todo o processo constitutivo, por compreender uma ausência de formação dos profissionais da educação mais incisiva e destituída das generalizações, quando se discute o combate ao racismo. Mas como combater uma raiz histórica sem o conhecimento histórico que permite uma consciência da equipe pedagógica em caráter coletivo e, ao mesmo tempo, ter nessa formação a perspectiva de educação transformadora (Freire) e transgressora (Hooks)?

A transgressão permite que tanto os educadores quanto os educandos saiam de seus ensinamentos enrijecidos que, por sua vez, também endurecem a mentalidade no espaço escolar, criando um círculo vicioso que em nada fomenta novos saberes. É necessário, pois, um ensino que faça nossos alunos se permitirem a questionar suas realidades enquanto sujeitos históricos, que tragam consigo as marcas do racismo em seus lugares sociais, em suas vivências, que se tornem cidadãos antirracistas.

Enxergo nessa lei as discussões feitas no Capítulo I, acerca de como o racismo incide sobre cada um de nós de diversas formas, passando muitas vezes “despercebido” pela sociedade, enxergado apenas nas verbalizações vistas em redes sociais ou em telejornais, todavia, a lei nos propõe ir além. Desse modo, é necessário denunciar as outras facetas do racismo, saber identificar para combater com conhecimento e constranger no próprio espaço escolar àqueles que ainda insistem em afirmar que o racismo não existe, que não é um problema social no país e por essa razão não afeta a vida da população negra.

Na mesma letra da lei, existe um leque de possibilidades educativas que se estabelecem para propiciar um letramento racial mais dinâmico, que dialogue com a linguagem viva e harmônica dos nossos adolescentes, fazendo-os atravessar a própria intensidade de ser e existir, indo de encontro com a lei sem se distanciar do seu vocabulário e de suas identificações musicais. Com esse propósito, estabeleci estratégias de ensino partindo de uma metodologia que os aproximasse do cotidiano, por isso a escolha do gênero rap.

3.4 Uma poesia, uma ação

O Rap me contagiou, por ser um pouco da minha voz embargada, fruto de uma má formação e de violências simbólicas e evidentes vivenciadas, mutilando o meu pensar e expressar. Nele também há muitas vozes dos meus alunos que se sentiam representados por essa arte engajada, mas necessitavam de um aporte mais consistente. A escola representa um canal de formação e protagonismo dos sujeitos que sabem todos os dias o dilema de ser preto e pardo nessa comunidade e também de não possuir os mecanismos teóricos para não se intimidar com o espaço estrutural racista onde são postos, assim é interessante articular os conteúdos às vivências diárias.

A partir desse momento, analisarei um recorte da história do Rap, por ter sido uma escolha inspiradora para os meus questionamentos e para as inquietações dos meus alunos que, muitas vezes, cantavam trechos de Mano Brown quando eu ministrava aulas reportadas a um Brasil pós-abolição, tema esse que faz parte do programa do primeiro bimestre dos 9º anos. Possui ligações históricas profundas com o próprio nascer desse momento como tentáculo do Hip Hop. Uma história que teve seu início na Jamaica, nos anos de 1960, produzida nos guetos das periferias da capital que jorrava tensões de marginalidade,

violência urbana e exclusão. Produzida por jovens que improvisavam rimas para denunciar esses sociais que inquietavam as subjetividades da juventude negra jamaicana, trazendo um tom de narrativa viva e potente em sons nas festas que eles organizavam, ou seja, uma festa que cantava a sua dor.

Essa dor poética atravessou a Jamaica e tomou conta de Nova Iorque, principalmente nas periferias onde residiam os imigrantes latinos e negros. Essa convergência é citada por Valmir Alcântara Alves em sua dissertação, *De repente o rap na educação do negro, O Rap do Movimento Hip-Hop Nordestino como Prática Educativa da Juventude Negra*, para identificar que a partir dos anos de 1970, o Hip Hop assumiu uma força alternativa musical e de denúncia nos espaços de aversão aos imigrantes em especial latinos e negros sobre a estrutura racista latente.

O Hip -Hop é, portanto, uma cultura urbana emergida em meio às comunidades afrodescendente e hispânica dos Estados Unidos da América, na década de 1970, baseada nas fusões interculturais que tiveram lugar a partir do contato entre a tradição enraizada na África negra, na América Hispânica e no Caribe, e as novas informações culturais registradas no ambiente da cidade pósindustrial. Ao longo do seu processo de desenvolvimento, a cultura hip hop vem forjando uma identidade alternativa entre os jovens de periferia, expandindo-se pelo mundo inteiro e reunindo novas formas de expressão criativa baseadas na dança, o break, na poesia recitada sobre fundo sonoro, o rap, na mixagem sonora e musical praticada pelos disc-jóqueis, ou DJs, e na ilustração plástica realizada clandestinamente em plena rua, o grafite. (Alves, 2008, p. 62).

Na expansão do movimento Hip Hop, aqui no Brasil a expressão do Rap sintonizou as aspirações dos jovens negros da periferia que se sentiam representados a cada, rima, a cada verso ora improvisado ora construindo, mas na tônica de narrar a nossa história, a nossa ancestralidade, a relação do racismo com a sociedade e o Estado, aliás, a sua ausência constituída em projeto, a questão da relação do quilombo com a favela e a periferia em suas raízes, contudo elaborando novos conceitos para esse espaço que historicamente esteve relegado a população negra, mas tornando-se símbolo de identidade e resistência. Assim, o Rap, enquanto revolução estética e política se apresenta dessa forma como sendo um livro aberto e vivo cheio de vozes, sons onde se projetam como condutores de um saber fora dos espaços acadêmicos, mas que aproxima em compreender a sua própria história.

A história do Rap por sua essencialidade formadora e questionadora para aqueles que são excluídos do conhecimento, fez nascer na periferia o orgulho antes não existente por todas as associações de cunho negativo à eles atrelado. Trouxe consciência e o prazer de desautorizar os estereótipos que se fizeram em detrimento do seu ser. Pois compreendemos

que a favela e a periferia foram alvos do racismo estrutural, em denomina-los de marginais para justificar sua ausência em criar meios de vida digna para aqueles que foram esquecidos pela sociedade e pelo Estado. E a trajetória do Rap em nosso país explicita que a exclusão tem como objetivo criar mecanismos de extermínio da população negra, seja pelo descaso ou pela violência policial.

Nessa dimensão a sociedade marginaliza o Rap para calar as vozes que se levantaram para explicar o processo de constituição da segregação, das violências que são feitas, mas sem explicar como configuraram esse espaço. Assim, se fez de forma tão normalizadora e os seus impactos, ecoados até os nossos dias. A autora Lourdes Carril, na obra, *Quilombo, favela e periferia: a longa busca pela cidadania*, o autor reforça esse força do Rap enquanto narrativa viva que anula a discurso oficial sobre nossos espaços periféricos e nossas vivências. Vejamos mais uma perspectiva convidativa a compreender a dimensão da instrumentalização do Rap como ponto de partida para um letramento atrativo aos estudantes.

...Joaquim Nabuco apontava que só havia dois caminhos para construir uma nação democrática: a reforma agrária, defendida às vésperas da abolição e a instituição da educação para superar a estratificação oriunda de três séculos de cativeiro. Mas na Constituição de 1891, o estado eximia-se da tarefa de oferecer a educação formal, deixando, assim, à margem da universalização do ensino enorme parcela da população.

Quando as letras rap denunciam a continuidade dessa política segregacionista, a questão passa por retomar o debate que se constituiu na década de 1950, quando se critica a força ideológica do “mito da democracia racial”, pois a exclusão racial permanece. (Carril, 2003, p. 231,232).

Onde a maioria que reside nas periferias não têm acesso a uma educação de qualidade que os forneça um senso crítico sobre si e o universo que o cerca, portanto no rap, essa juventude encontrou respostas e possibilitou questionamentos onde não existiam para ter voz ativa e não se enxergar como uma desarmonia social, mas como sujeitos que precisam romper com essa dita ‘harmonia social’ que os apaga. Por isso, a autora exprime que o rap colaborou para que espaço, periferia fosse relacionado como o novo quilombo, ou seja, um retorno a si, com sua liberdade de ser e estar em um espaço que não é mais visto como opressão subjetiva e estética, porém na inversão ativa que consegue chegar aonde as escolas formais não chegam no quesito, letramento racial, identidade afro-brasileira, construindo orgulho que o racismo estrutural minou gradativamente.

3.5 O Rap: representatividade, denúncia, potência

Pensar o Rap como instrumentalização metodológica, por tudo o que envolve suas origens, sua relação com as discussões sobre o racismo estrutural, suas denúncias e sua resistência antirracista, me conduziu a levar uma nova perspectiva para as turmas onde leciono. Por já fazer uso em minhas aulas, dialogando com o nascer da república no Brasil e com a situação da população negra nesse período, bem como em outros conteúdos relacionados, senti-me à vontade para transitar com fluidez pela afinidade com o Rap, percebendo que ele potencializa as discussões, haja vista suas rimas fixarem reflexões e o resgate de um povo em suas origens, identidade e busca por dignidade.

Em avaliação inicial diagnóstica, identifiquei a afinidade dos meus alunos com o rap, o impacto de suas letras com narrativas que abordam atos de denúncias de violência contra a população negra residente nas favelas do nosso país. Tal violência vincula a favela a espaços de marginalidade, tráfico, corrupção, não havendo muito o que fazer em um lugar que já carrega o estereótipo de não existirem pessoas dignas, portanto, a polícia já entra atirando sem se importar com tantas vidas não ligadas ao crime.

Nessa conjuntura, ser da favela carrega o peso da discriminação, de um indivíduo inferior e mal visto pela sociedade. O rap, todavia, trouxe consigo outra conotação do conceito de favela como signo de identidade e resistência. Isso ocorre porque, em seu “racismo de estimação”, a sociedade articula diversas formas de fazer o povo negro deixar de existir ou não estar presente nos mesmos espaços da branquitude. Assim, faz-se necessário converter a favela em um grande movimento negro que não se curve aos estereótipos e discursos deterministas carregados de elementos do darwinismo social.

As letras de muitos raps são formadas por uma espécie de manifesto que não quer mais ser narrado, mas sim narrar sua história. Dessa maneira, senti que por esse caminho, conduziria um letramento sobre a cultura afro-brasileira, o racismo, suas origens, dinâmicas e impacto sobre nossa realidade, por fim, uma formação antirracista que rompesse com a elaboração histórica de muitos estereótipos impregnados que circundam nosso dia a dia tal.

Seguem alguns: a naturalidade intrínseca do ser racista e não se sentir desconfortável; sua marginalização social expressa no não acesso igualitário à educação, para que eles não pudessem ter os direitos básicos na sociedade, além do agravante de os estudantes negros terem rendimento inferior nas escolas públicas se comparados aos brancos de uma mesma escola, por alinhar o mau rendimento desses estudantes ao discurso enrijecido e permanente do ‘não querer nada com a vida’, entretanto essa afirmação carrega

em si o peso do racismo estrutural que não problematiza a situação dessas crianças e adolescentes em seus espaços familiares e todo peso de violência subjetiva que sofrem desde os primeiros anos de vida,

Portanto, inserir a utilização do rap como canal de aproximação com o meu público adolescente faz sintonia com a lei 10.639, por se alinhar às discussões que o povo negro vivencia, à diversidade que o racismo apresenta e mantém, às denúncias da violência policial e ao extermínio da juventude negra. Tal população, dada a sua cor, não passa pela burocracia da prisão, do julgamento, mas tem o seu corpo condenado a não existir, ou seja, o Estado não dá acesso e ainda extermina para não ter custos com corpos que, na visão racista, são dispensáveis e, portanto, não precisam existir, como se o extermínio cumprisse uma função social. Essas inquietações fazem parte do rap que se tornou um elemento de representação da juventude negra, agindo como “grito”, por ter sido silêncio há tempos.

Como mulher preta, de origem periférica dos morros de Recife, com toda uma trajetória da escola pública até a universidade, sinto-me representada pela poesia do rap, identificando-me nela como uma espécie de “casa narrativa”. Esse gênero tem uma linguagem que se aproxima da identidade jovem e também um discurso mais direto, retratando espaços de vivências sociais, como eu-líricos carregando as marcas do que é ser preto, as portas que se fecham, os olhares atravessados, o medo de correr para não ser confundido com um ladrão.

Em uma das aulas de letramento racial, um dos estudantes relatou sofrer essa confusão ao correr a fim de não se atrasar para a escola por uma senhora que caminhava pelas proximidades. Em seu relato, ele se sentiu encorajado e decidiu expor o sentimento de ver que as pessoas traduzem a sua pele como “a pele do crime”. Além disso, questionou se terá de passar por isso sempre. A partir de sua fala, por meio do letramento racial, pontuei uma discussão vibrante e questionadora sobre o racismo em situações das mais explícitas às mais sutis.

Esse diálogo da lei 10.639 com a poesia rap dá corpo à efetivação da minha proposta antirracista, porém considerarei as questões complexas envolvendo a aplicabilidade dessa lei, devido à escolha metodológica que inclui a poesia rap, por ela ser vista de forma pejorativa e marginal, inserida em estereótipos de cunho racista. A utilização do rap como expoente do hip hop, é atravessada por esse preconceito; assim, amplio a dimensão discursiva do racismo no contexto musical para que os educandos atentem a uma sensibilidade maior

dessa tragédia social que estrutura a nossa sociedade e também se inquietem com o porquê de as narrativas da poesia rap incomodarem tanto.

Esse tipo arte possui diálogo teórico do racismo estrutural postulado por Sílvia Almeida, Angela Davis e Clóvis Moura, evidenciado na força musical e política do Rap que chegou ao Brasil em 1988, por influências do Rap norte americano despontado nos Estados Unidos em meados de 1970. Tal estilo teve o seu apogeu na década de 1980, em meio às políticas excludentes dos governos conservadores eleitos de Ronald Reagan e George Bush, obtendo como resposta as mais variadas expressões de insatisfação crescente que a população negra sentiu e não se calou. O Rap, em sua narrativa e rimas pujantes, teve e têm a força de realizar um desenho minucioso na discussão teórica desses autores mencionados, pois identificam o racismo permanente e vivo nas diversas facetas da sociedade brasileira.

Os Racionais, grupo de Rap paulistano de maior expressão musical no país, que surgiu em 1988, encabeça um trabalho intitulado *Consciência Black* e fornecem essa amplitude narrativa das práticas autoritárias e violentas pontuadas por Sílvia de Almeida sobre a população negra, seja pelas forças legais do Estado ou pela sociedade, ao cantarem rimas que anunciam a pluralidade de como o racismo atua e atualiza suas ações.

Em seu acervo, sua obra foi compilada em um livro que faz uma ressonância da situação atual do povo negro, da relação do Estado, dos governos e da polícia com a pele preta: *Sobrevivendo no inferno*. São rimas que não desvelam apenas a constatação do racismo enquanto raiz histórica, mas mostram como ele atua em mecanismos de poder que, imperiosamente, vão desde os olhares até a máxima exclusão. Vejamos:

Negro Drama

O drama da cadeia e favela
Túmulos, sangue, sirene, choros e velas
Passageiro do Brasil, São Paulo, agonia
Que sobrevivem em meio à honras e covardias

Periferias, vielas, cortiços
Você deve tá pensando O que
você tem a ver com isso?

Desde o início, por ouro e prata
Olha quem morre, então Veja
você quem mata

Recebe o mérito a farda que pratica o mal

Me ver pobre, preso ou morto já é cultural
Histórias, registros e escritos Não é
conto nem fábula, lenda ou mito
(Racionais Mcs, 2002).

A obra acima, intitulada “Negro Drama”, tornou-se carro chefe do Rap no Brasil por apresentar pontualmente os elementos que denunciam o racismo, transitando em diversos núcleos de sua existência e mostrando a ambiguidade entre a sobrevivência escapista e a morte. A letra mostra os lugares que a sociedade racista reservou para a população negra, determinando sua condição de “pobre, preso ou morto” como algo inerente e, por isso, a sociedade e o Estado não são responsáveis por esse problema. Discursos assim são lançados pelo rap, levando à discussão e à denúncia dessa farsa tão enraizada, a ponto de muitos não se incomodarem ao ver o povo negro dentro das três condições citadas acima, aliás, seria até estranho para esses indivíduos preconceituosos verem-nos bem, ao avesso dessa narrativa perversa.

As canções são ricas porque, ainda que implicitamente, não deixam de lado o diálogo histórico dessa pluralidade de sentidos ao longo da trajetória do negro no Brasil, ao chegar na condição de escravizado ou pós-abolição. Além do mais, também trazem as lutas por espaço na sociedade através de movimentos antes rechaçados pelas próprias autoridades e hoje pela polarização ideológica imperativa em nosso país, que coloca o negro como indivíduo vitimizado na sociedade. A música, em suma, fornece o respaldo metodológico dos conceitos almejando levar os educandos a refletirem e inspirá-los para as produções de raps nesse permanente diálogo.

Não diferente dos EUA, o Brasil também exclui o povo negro, com o diferencial de não ter ocorrido uma segregação de Estado, mas uma separação social que fez parte da organicidade da sociedade brasileira, portanto, a origem do rap em nosso país teve a ver com a mesma inquietação e revolta perante à realidade: a vivência do racismo em suas dimensões, o enfrentamento à discriminação e à violência policial recorrente. Isso considerando sua trajetória de resistência pós-abolição, a supressão de suas vozes como uma das artimanhas do racismo, pois, se a elite branca silencia, as estruturas não são alteradas. Pensar, portanto, o rap é ouvir a voz preta, com seus relatos em forma de rima e as batidas que refletem suas dores e revolta constante com a permanência do racismo, assaltando e impedindo seus sonhos e, muitas vezes, sua maneira de estar no mundo.

Nesse diálogo entre o rap e a lei 10.639, há simplicidade ao narrarem histórias de um Brasil que não era descrito com tanta clareza sobre toda essa vivência pós-abolição até o presente dia, mas essa narrativa não vinha de um espaço erudito para compreendermos a nossa história, e sim de vozes negras periféricas dizendo serem sujeitos e não apenas objetos, assim, para tal “escrita”, o rap adquire valor e voz entre os jovens negros. A linguagem, dessa maneira, serve de alcance às subjetividades, pois quem não passa por essas violências não consegue compreender tão intimamente o peso de viver o racismo desde a tenra idade.

A validade do rap possui consistência teórica e, em simultâneo, também representativa, dialogando com Sílvia Almeida em sua análise sobre o conceito de racismo estrutural, versado no primeiro capítulo, em sua composição de camadas. Nesse sentido, podemos compreender que o racismo vai muito além do simples, por tocar na indiferença, na invisibilidade, no não se incomodar e considerar natural ver pessoas negras em situação de rua, subempregos ou mortas sem julgamento, de certa forma, tendo uma punição paralela no país, ou seja, o rap faz essas narrativas de forma a mostrar o cotidiano do que é ser negro no Brasil, explicita situações não vistas até então como o racismo, mas na obra de Sílvia Almeida e nos versos de Mano Brown a descrição de como identificá-lo é um ato de resistência, por fornecer à população negra o conhecimento para poder ser um antirracista e estar atento às ciladas das atualizações racistas.

Isso significa que no rap ocorre a extensão das discussões que transitavam na academia, entretanto, a maioria dos jovens negros não possui acesso a uma formação acadêmica que forneça aparato teórico para compreender o processo do racismo em suas vidas, até porque a falta de acesso ou a limitação aos espaços acadêmicos já é mais um reflexo do racismo estrutural, e na linguagem de rap eles conseguem conquistar esse conhecimento renegado.

Como já citado neste trabalho, só pude obter o acesso aos estudos sobre o racismo no Brasil de forma sistematizada na condição de mestranda. Nesse aspecto, considero um “sequestro” do conhecimento sobre as nossas histórias, identidade, inserindo no lugar as violências de tudo o que envolve nosso físico e nossa subjetividade, isso em um país com fama de democracia racial, porém contendo desigualdades de cores bem definidas. Não é à toa que a maioria da população negra vive em estado de letargia, sem questionar por que estão nessas condições. Portanto, o letramento racial, por intermédio da poesia rap, dá esse suporte para colaborar com a conscientização e luta por formar indivíduos que possam ir ao encontro do saber e assim protagonizá-lo.

A força teórica de Angela Davis também nos permitir realizar esse diálogo com o Rap, pois, em sua obra *Mulheres, raça e classe*, ela aponta as mazelas sociais que atravessam as pretas, justamente por meio da educação negada, haja vista o processo igualitário de formação educacional as conduzir a “uma lanterna para os passos de seu povo e uma luz no caminho para a liberdade” (2016. p. 112). Esse, todavia, é o receio dos racistas que, paradoxalmente, ao levantar discursos de inferioridade cognitiva e moral supostamente possuídos pelos negros, percebem uma diminuição de tal receio, até porque não há o que temer se negros são vistos como inferiores.

Nesse viés, a abordagem de Davis realiza essa intersecção que permeia a lógica racista e confina a mulher negra na base da pirâmide de exclusão racial e de gênero. Por essa razão, a voz da autora se torna instrumento de denúncia e de resistência, não se limitando aos espaços acadêmicos, tornando-se com sua obra persona de referência na luta contra o racismo, isso com palavras de ordem que atravessam o tempo e permanecem na voz dos que se engajam na luta.

Na obra de Clóvis Moura, *Dialética radical do Brasil Negro* (2014), faz também uma discussão sobre as evidências desse racismo estrutural atravessando a estrutura da sociedade no campo político, econômico e social, tornando-se parte integrante da cultura social brasileira em perpetuar relações de distanciamento, demonização de suas crenças e manutenção do povo negro em condições de aprisionamento dos seus corpos em estereótipos perversos de criminosos, sexualizados, preguiçosos e inclinados à incivilidade.

Isso mantém relações sociais pautadas em práticas de exclusão a partir da condição negra, quando nos situa nas particularidades do racismo. Aqui no Brasil, essas articulações estruturais, direcionando sua abordagem racista para as questões do mundo do trabalho e de como a população negra foi recepcionada, a partir da premissa em legitimá-la como sendo inferior.

Assim, podendo justificar os baixos salários, a imobilidade social naturalizada dá a entender que as condições que colocam o grupo estudado à margem da sociedade são fruto de uma lógica que isenta o meio social de qualquer culpa. Essa prática possui um teor de projeto de segregação normatizada, pois dessa forma o negro seria um canal de acumulação de capital, por deter os mais baixos salários a fim de alimentar a dinâmica de um capitalismo que precisa do racismo para os manter produzindo em alta escala e tendo uma inversão proporcional que anula sua dignidade no mundo trabalhista. A intensificação dessa ideia

blinda o projeto racista para se perpetuar e manter esses indivíduos longe dos espaços da educação, da política e, por fim, da cidadania.

(...) [A]pós o 13 de maio e o sistema de marginalização que se seguiu, colocaramno como igual perante a lei, como se, no seu cotidiano da sociedade competitiva (capitalismo dependente) que se criou, esse princípio ou norma, não passasse de um mito protetor para esconder as desigualdades sociais, econômicas e étnicas. O Negro foi obrigado a disputar sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas. Podemos dizer que os problemas de raça e classe se imbricam nesse processo de competição do Negro, pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários no seu conjunto. O racismo brasileiro, como vemos, na sua estratégia e nas suas táticas, age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz, é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos (Moura, 2014, p. 219).

Uma estrutura que define onde devem estar, como ela deve se colocar, reside quando o autor discute a eficiência do racismo e seus objetivos, na própria espacialidade geográfica dos bairros periféricos e insalubres, compondo a maior parte dos que ali residem com estruturas de trabalho que mais se constituem subempregos, profissões de má remuneração, invisibilidade. Quando aparece a imagem do negro, é sempre com profunda associação a espaços de subserviência e extensões de uma nova senzala ou ambientes de trabalho que lembram cozinhas da Casa Grande.

Com base nesses autores, percebi uma identificação que acompanha a produção dos Rap's, e pude manter o diálogo dessas obras com a poesia nacional, em um trabalho de consciência histórica inspirado na relevância do acervo nacional da poesia Rap. A partir disso, busquei meios para que os estudantes também enxergassem a possibilidade de autoria artística na Escola Aruanda, servindo tanto de incentivo metodológico quanto de produção de material didático.

A autora Luciane Soares da Silva em seu artigo – *Um movimento cultural global*, pela revista Sociedade cultura, traz essa perspectiva de um movimento que tomou uma amplitude na proporção do racismo, entretanto o rap causou mais incômodo do que essa tragédia histórica, sendo considerado um movimento musical violento, por denunciar os espaços e as ações racistas permanentes com suas elaborações que vão se atualizando de acordo com o momento histórico, ou seja, não se acaba, só se renova. Vejamos como a autora reflete a natureza do rap, sua atuação e os seus enfrentamentos, por ser de origem negra e questionar o sistema pautado na desigualdade racial:

Como argumenta Tricia Rose em seu trabalho *Black noise: Rap music and black culture in contemporary America*, podemos conceber o rap como expressão da cultura negra que prioriza vozes negras e excluídas na América urbana. Música altamente rítmica, eletrônica. Música como articulação dos prazeres e problemas da vida urbana contemporânea. Muitas vezes, os rappers falam com a voz da experiência pessoal: utilizam a identidade de observador ou narrador.

Os rappers (produtores de letras contestatórias) estão fora dos museus, não frequentam a escola muito além de uma formação fundamental, geralmente precária, e não têm acesso às universidades. Estão fora do campo literário e sua base está fincada na oralidade, nos rituais de enfrentamento, no domínio de processos étnicos nos quais o ritmo e a palavra são elementos essenciais. Com letras agressivas em relação à sociedade atual (principalmente no que toca à relação com a polícia, ao racismo, às injustiças sociais), os grupos de rap se multiplicam nas zonas urbanas e vendem entre jovens de periferia e jovens da classe média (Silva, 2006, p. 207).

Todo esse teor crítico se ampara nas reflexões de Paulo Freire que já nos alertava sobre essa nova perspectiva de ensino, de formação, do ato de educar indivíduos sujeitos de si, de uma pedagogia que traz à tona os conflitos sociais mais evidentes e estruturais em nosso país. É preciso, pois, um ensino que assume seu papel em não aceitar qualquer forma de discriminação, como o autor aponta em sua obra de grande relevância para a formação docente. Torna-se, portanto, impossível discutir as leis de afirmação e não as associar ao que Paulo Freire propunha acerca do dever do ensino de formar cidadãos desatados das amarras do racismo e da discriminação.

Sua obra *Pedagogia da autonomia, saberes necessários à prática educativa* vai de encontro às políticas de afirmação que deram espaço para o povo negro nesses mais de cem anos de república e à força poética do Rap, que inundou as periferias e ironicamente os espaços de poder reservados aos brancos desse país.

É próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como critério de recusa ao velho não é apenas cronológico. O velho que preserva sua validade ou se encarna uma tradição ou marca uma presença no tempo continua novo.

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam negros, dos que inferiorizam as mulheres. Quão ausentes da democracia se acham os que queimam igrejas de negros porque, certamente, negros não têm alma. Negros não rezam. Com sua negritude, os negros sujam a branquitude das orações... A mim me dá pena e não raiva, quando vejo a arrogância com que a branquitude de sociedades em que se faz isso, em que se queimam igrejas de negros, se apresenta ao mundo como pedagogia da democracia (Freire, 1998 [2021], p. 36-37).

Pela sua atuação como educador, já havia uma abertura para novas perspectivas teóricas e metodológicas de ensino, não pelo fato da novidade em si, mas de uma teoria que tivesse como marco fundante a democracia, porém ele questiona as pedagogias que não se adentram à realidade para que os indivíduos a serem formados se sintam incomodados com as tão recorrentes discrepâncias sociais. Sua denúncia retrata o que se denominou de *branquitude*, a qual objetiva manter os privilégios através da cor branca comparada à população negra, que entrou na sociedade sem amparo jurídico e social. O próprio modelo educacional anterior detinha os elementos da *branquitude* em sua estrutura, em seu teor elitista, sem o menor interesse em mudar o sistema de ensino e muito menos da realidade, ou seja, a educação estaria mais vinculada à manutenção de poder e à reprodução das estruturas racistas que atravessam décadas.

Vimos, em sua análise, o que seria ensinar uma metodologia antirracista alinhada às leis de afirmação, as quais tive como norte em minha metodologia de ensino nas turmas do fundamental dois. O arriscar-se que Freire fala, reside em gerar ensino provocativo, questionador e detentor de novos saberes, conhecimentos que permitam ao aluno se enxergar como parte integrante do processo dentro e fora da escola em sua capacidade de não se acomodar, incomodando os que mantiveram o ensino como expressão de controle e não de formação democrática, libertadora e inclusiva.

É preciso, desse modo, ir contra discursos repletos de preconceito, discriminação, inferiorização de outros grupos sociais que não sejam brancos, ao determinar que a presença do povo negro causa incômodo e que onde estiverem mancham tudo. Essa educação crítica que ele faz, possibilita rever muitas das nossas literaturas e teorias que mantêm seus status sem se permitir criar um elo com o real das discrepâncias que o racismo (re)produz todos os dias.

Nesse momento, o papel das teorias libertadoras e das leis de educação alinhadas à poesia Rap permitem construir esse diálogo tão intenso e desafiador, impactando muitas vezes os ouvidos dos que querem se fechar para o óbvio e manter seus privilégios. Portanto, essa união promove, imprime inclusão e valorização da cultura afro-brasileira e, assim, possibilita no espaço escolar uma educação antirracista para minar gradativamente recorrências preconceituosas.

Enquanto professora de História, com o leque de conhecimento que adquiri em minha pesquisa, apliquei na responsabilidade o letramento racial fundamentado que os colocou

como protagonistas consistentes, isso pautada em um trabalho com direcionamento dialógico teórico e metodológico. Luís Fernando Cerri, em sua obra *Ensino de história e consciência histórica* (2011), me forneceu discussões palatáveis, que me proporcionaram desenvolver nos educandos consciência de si, enquanto seres históricos, além de consciência histórica das raízes perpetradas em suas vivências.

Na consciência histórica, os educandos puderam desenvolver um diálogo permanente entre o passado e o presente, a partir de discussões que o autor provoca concordando com o tema proposto neste trabalho, considerando a escravidão não apenas como a memória de um tempo em nosso repertório, mas parte de muitas significações à história do povo negro na condição de escravizado e liberto juridicamente. Além disso, é necessário perceber quais dinâmicas sociais foram sendo elaboradas no novo tempo em que o país deixou de ser escravocrata, livrando-se de tal cenário econômico e jurídico, o que possibilitou uma nova realidade cultural.

Falar em consciência histórica implica uma definição propositadamente muito ampla de história, como tempo significado (ou, dizendo de um modo um pouco diferente, experiência que passou por um processo de significação). Tempo não quer dizer passado. Consciência histórica não é memória, mas a envolve: o tempo significado é a experiência pensada em função do tempo como expectativa e perspectiva, compondo um sistema dinâmico. A consciência histórica não é definida aqui como conquista particular, mas como aquisição cultural elementar e geral, na qual os sujeitos fazem suas sínteses entre o objetivo e o subjetivo, empírico e normativo (Cerri, 2011, p. 48).

Dessa maneira, o ensino de História teve como desvelamento uma consciência histórica dos moldes econômicos e culturais que desenharam a nossa cultura. De modo dialógico, mostrei aos educandos a percepção dessa ponte que não se limita a meras memórias, indo além das raízes e das significações que a sociedade expressou com o fim do escravismo no Brasil. Com isso, os provoquei para saber como deveriam expressar as possibilidades de suas atuações, diante do conhecimento desenvolvido em conjunto, e também acerca da elaboração do racismo no país e das estratégias antirracistas, mostrando que deveríamos ter, a nosso favor, a mesma disposição que os racistas possuem em desenvolver tecnologias diversas de atuação e manutenção dessa base estrutural.

Diante da necessidade de os alunos se sentirem parte integrante dessa discussão, promovi reflexões acerca do racismo, alinhadas a uma linguagem contemporânea que se aproximasse de suas formas de expressão. Portanto, a produção do Rap possui essa linguagem dialógica do passado escravista da população negra com o racismo vivenciado

por eles todos os dias, sendo marcante em narrativas descritas com riquezas de um cotidiano desigual, pautado em conduzir os que ouvem a questionar a sua condição. Isso além de uma reação consistente de não aceitação passiva do racismo que os subjuga, os silencia em suas vozes e existências, fazendo-os entender que, para existir, eles necessitam resistir.

Durante as aulas, identifiquei a construção da narrativa sobre a abolição, a vida do povo negro no pós-abolição e suas lutas sendo contadas pelo rap, almejando um fazer narrativo que saísse das linhas comuns dos livros didáticos oficiais, por não aprofundarem a discussão e assim não representarem os estudantes. Vale ressaltar que o livro é necessário, mas ele não dá conta de colocá-los como parte viva do processo, portanto reside a necessidade de produção de outros materiais mais alinhados com uma linguagem mais contemporânea. Nas aulas que ministrei para alunos do ensino fundamental, constatei lacunas de formação e, em simultâneo, a vontade de aprender, por isso no rap encontrei uma forma de chegar diretamente em uma discussão tão sensível em nossa história que é o racismo. De forma simples e impactante, narrei o racismo e as lutas antirracistas, bem como as mudanças que podem minimizar esse quadro no nosso país.

O material didático aplicado aproximou os alunos, no sentido prático, do que seja estudar história e fazê-los sujeitos cognoscitivos. Não é simplesmente relatar o racismo estrutural vinculado às raízes escravistas, mas compreender de forma científica esses dados, além de transformá-los em um processo de entendimento histórico modificador. A razão histórica necessita estar presente nesse processo de produção, não como algo desvinculado da vida prática, mas para dar uma musculatura ao papel de cada um de nós, enquanto professores de História e demais sujeitos envolvidos nesse processo. A ausência dessa memória possibilitaria um descrédito em meu trabalho, sendo confundido em nossos dias como prática doutrinária e não científica.

Rüsen (2001), em sua obra *Razão histórica*, fornece essa compreensão teórica, esclarecendo que o diálogo entre a teoria, a aprendizagem e a vida prática está intimamente ligado ao fazer história:

Na medida em que a teoria da história explicita que a relação da ciência da história com a vida prática de seu tempo não pertence a um recanto abstruso do pensamento histórico, intensifica-se sua função didática com respeito a essa vida prática. Ela orienta os resultados cognitivos da ciência da história para os processos de aprendizagem da formação histórica ao explicitar a função orientadora que o conhecimento histórico obtido e formulado tecnicamente sempre possui, uma vez

que, afinal de contas, origina-se das carências de orientação dessa mesma vida prática (Rüsen, 2001, p. 48-49).

Nesse alinhamento que o autor discute, organizei os aspectos teóricos e históricos na condução de reorganizar esse conhecimento para as vidas dos educandos e assim estabelecer um elo que implique em mudanças estruturais nas formas de ser e de estar no mundo, atuando de maneira ativa para romper com as narrativas vigentes imprimidas pelo racismo nas mentalidades e nas ações, deslocando para outra destituída de estereótipos, ódios, descaso e invisibilidade.

Há aqui a colaboração para desvelar enquanto professora de História as contradições do processo formativo de nossa nação e as implicações para a população afro-brasileira, a relação da sociedade com os corpos negros e as suas variantes traduções de inquietação com sua existência e presença. Provocá-los a pensar o racismo estrutural, mexe com os alicerces de ordem econômica e cultural, por isso, os corpos negros *produzem* e *transgridem* em simultâneo. *Produzem*, pois constituem a grande mão-de-obra do nosso país em situação de má remuneração; e *transgridem* por violar os códigos culturais predominantes, como a religiosidade ameaçadora da ordem cristã. São nessas tensões de necessidade e aversão que se fez necessário fomentar nos educandos um pensar historiador. A Base Nacional Comum Curricular, por exemplo, se pontua nessas urgências metodológicas no exercício histórico pedagógico:

A inclusão dos temas obrigatórios, definidos pela legislação vigente, tais como história da África e das culturas afro-brasileira e indígena, deve ultrapassar a dimensão puramente retórica, e permitir que se defenda o estudo dessas populações como artífices da própria história do Brasil. A relevância histórica desses grupos humanos reside na possibilidade de os estudantes compreenderem o papel das autoridades presentes na sociedade brasileira, comprometerem-se com elas e, ainda, perceberem que existem outros referenciais de produção, circulação e transmissão de conhecimentos, que podem se entrecruzar com aqueles considerados consagrados nos espaços formais de produção de saber (BNCC, 2022, p. 401).

Vale lembrar que a inclusão desse tema no espaço escolar onde atuo não foi apenas a fim de mostrar a condição de escravizado e como o racismo estrutural acontece, mas também para identificar as lutas, as políticas de Estado, as conquistas, os avanços em meio ao caos. Pude, através do rap, mostrar aos estudantes que eles podem fazer mais pela sua (e nossa) história. Vascular o passado, evidenciar a própria presença no desenho dessa nação, é possibilitar enxergar que essas permanências podem ser, de maneira gradual, espaços de mudanças sociais históricas.

Com esse texto, a BNCC também convoca, em especial os professores de História, a retirar os modelos estereotipados que se engendram nas populações afro-brasileiras. Estereótipos esses que atravessaram o tempo e são citados no Rap dos Racionais aqui mencionados, sendo reincidências que possuem uma dimensão histórica, e os alunos precisam compreender que nunca foram criações deslocadas da sociedade e da memória.

Identifiquei que, mesmo a BNCC inserindo a escola como espaço de saber e reflexão, o próprio material didático colocou majoritariamente as populações afro-brasileiras nos espaços periféricos de suas páginas, refletindo o ambiente de periferia de sua realidade cotidiana na mesma sintonia, ou seja, também periféricos no saber. Portanto, se há um espaço periférico do saber, a Base evidencia a necessidade de aprofundar estudos sobre as lutas negras, as leis que foram fazendo parte de suas vidas para a sua inserção social, mas que há muito a se refletir sobre a atuação dessas leis de afirmação e sua real aplicabilidade.

No processo de letramento racial, considerando o que realizei através das aulas de e das oficinas de produção de raps, lancei indagações como um mergulho na sutileza do racismo exposto: como o povo negro é visto na sociedade, na escola, na sala de aula hoje em meio a tantas conquistas jurídicas efetivadas nas leis de educação? A Academia, as editoras, o mercado editorial como um todo fortalece o racismo em suas ações sutis? Assim, sem desalinhar da proposta da BNCC, questioneei que a ideia do outro tem mais a ver com o processo formativo de uma nação aos moldes da colonização europeia e, por isso, internaliza-se esse descaso ao produzirem um arsenal de páginas no livro didático, inserindo a população afro-brasileira como meros coadjuvantes. Por se tratar de um trabalho de relação dialógica com o corpo discente ao qual sou professora, nas configurações metodológicas fiz a inserção do protagonismo deles na produção. Considerando Paulo Freire (2010), foi preciso discutir que não há docência sem discentes.

Essa análise freireana é um convite aos educadores a compreender o processo de produção da aprendizagem em um enlace dinâmico, dando voz, ideias, experiências que também os educandos carregam em suas “bagagens”. Isso estimula a vontade e a necessidade de produzir novos conhecimentos que ainda não foram abordados e procurar saber por que não foram. Paulo Freire discute a necessidade de os alunos serem pesquisadores, criativos e munidos de historicidade, vejamos:

O professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das nossas bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres

históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo. Mas, histórico como nós, o nosso conhecimento do mundo tem historicidade. Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se “dispõe” a ser ultrapassado por outro amanhã. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente, ... A “dodiscência” - docênciadiscência - e pesquisa, indicotomizáveis, são assim práticas requeridas por esses momentos do ciclo gnosiológico (Freire, 2010, p. 31).

A participação da população negra na formação cultural do nosso país é um elemento fundante em nossa história que, por sua vez, nos deixa lacunas – que podem em alguns aspectos ser reversíveis com profundas pesquisas – para compreender a profundidade histórica do racismo arraigado em nossa estrutura social enquanto tema transversal. Essas brechas se tornam inquietudes teóricas e metodológicas que trazem o elemento da novidade, do que ainda não foi desvelado, como Paulo Freire nos inquieta na dinâmica da sala de aula e na formação do conhecimento histórico. Isso nunca como algo repetido e cristalizado, mas sempre aberto a novas “escavações” também efetivadas pelos alunos.

Nessas “escavações”, residem as necessidades de compreensão dos mecanismos que o racismo estrutural tem contra e nos afeta, devendo haver um esclarecimento de sua identidade, de suas memórias. Porém, em linhas gerais, as memórias são carregadas de elementos negativos que colaboram para as crianças negras internalizarem uma auto rejeição de suas estética e história. Por isso, como pensar em desenvolver um trabalho de historicização da população negra e ações que fomentem mudanças históricas, sem partir de sua autovalorização, compreensão de si mesmo, deslocado do olhar externo que sempre o verá como o “Outro” da história do Brasil? Por esse prisma que a autora Inaldete Pinheiro de Andrade em seu artigo, *Construindo a Autoestima da Criança Negra*, ela atravessa discussões mais profundas que tem a ver com a condição dessa criança e as afetações que elas sofrem desde a primeira entrada no universo escolar que por muitas vezes se tronou centros de violência psicológica e física, desmoronando suas possibilidades de saber e construir o seu ser

Pergunto: que orgulho tem a criança negra quando busca na memória e na história do seu povo? Aliás, ela é adestrada a não ter nem a curiosidade sobre sua ancestralidade, e, muitas vezes não querer se associar a si mesmo, como se o espelho para elas as violentassem. Qual o papel do seu povo na história do Brasil? Como a família que coleciona a mesma memória administra as inquietações - ou o silêncio - dessa criança? (Andrade, 2000, p. 120).

A educação brasileira vive um dilema quando se trata da população negra, pois sendo o canal institucional, com as legitimidades científicas e seu aparato pedagógico

fundamentado na BNCC, almeja formar cidadãos com consciência crítica para serem inseridos no mundo do trabalho. Esses dois objetivos ficam em uma distância profunda, pois a própria estrutura escolar não estabelece esse elo, apenas reforça o racismo já evidente em nossa história.

O artigo *O papel da escola na desconstrução do racismo*, do Brasil *preconceito e discriminação*, do Brasil Escola, desenvolve uma discussão que vai desde a reprodução fiel do que os livros didáticos propõem, sem fazer as devidas menções teóricas e metodológicas às relações entre alunos x professores e discentes x a estrutura em geral do universo escolar. O que a escola está realizando para minimizar as cargas históricas de nossa estrutura social de um racismo que, por não ser escancaradamente assumido, acaba por perpetuar as relações de instabilidade social e os seus latentes distanciamentos?

Fúlvia Rosemberg, Chirley Bazilli e Paulo Vinícius Baptista da Silva, no artigo: *Racismo em livros didáticos e seu combate: uma revisão da literatura*, mostraram nas linhas e entrelinhas como esse racismo fica latente na estrutura geral dos conteúdos que envolvem a população negra, seja evidenciando uma perspectiva de escravizados ou simplesmente silenciando-a. As discussões deste artigo dialogam com autores como Florestan Fernandes, Gilberto Freyre e Thomas Skidmore para viabilizar o entendimento da profundidade do vazio existente na história da população negra. Esses diálogos não são apenas para evidenciar, denunciar e discutir, mas também propor, a partir dessas constatações, que esse racismo está entranhado na dinâmica cultural de nossa sociedade, atravessando a estrutura educacional, mesmo com o aparato jurídico e suas exigências.

Os alunos, por sua vez, precisaram realizar esse processo de reflexão para que, com uma atitude historiadora, buscassem alternativas metodológicas ancoradas no Rap, tendo em vista as construções discursivas que ele propõe como um enfrentamento às autoridades que produzem os livros didáticos e também à própria escola que caminha na mesma proposta vazia em não aprofundar a Lei de número 11.645, que torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de níveis fundamental e médio. Portanto, um ensino deve ser acompanhado de um bom material didático que impulsiona o corpo discente a ir além. Nessa perspectiva, há uma discrepância entre a obrigatoriedade do ensino e o descaso no material.

Assim, as inquietações dos autores neste artigo devem ser aplicadas, não no sentido de elaborar projetos para o Dia da Consciência Negra, como algo isolado, descolado da

estrutura dos objetos do conhecimento, mas vinculados às bases niveladoras de outras propostas ao longo do ano letivo. A distância da efetivação da lei afasta a escola de seu papel de catalisadora de saberes que propicia mudanças universais.

Pautada nesses saberes teóricos, provoqueei metodologicamente meus educandos em protagonizar a produção de um material em paralelo, alternativo, com a linguagem jovem e representativa de suas vivências para que o alcance da formação antirracista frutificasse em suas mentes, anseios, indignações e potencial crítico e artístico. Com os poucos acervos materiais que temos na escola, justifica-se a proposta de um material didático de apoio permanente, produzido pelos próprios alunos, sob minha orientação, assumindo um espaço de consciência histórica, protagonismo e formação cidadã dos educandos, possibilitando atravessar os portões escolares para a comunidade em suas relações interpessoais e sociais.

Portanto, o empenho na produção dos Rap's tornou-se dinâmico, ao ponto de as letras serem produzidas conjuntamente: em grupos, duplas, trios; e o mais vibrante foi ter conseguido incentivar uma turma inteira para escrever a letra, por saber que ali está a contribuição de cada um. Outros se arriscaram a serem autores solitários nessa empreitada, em que puderam externar a recepção sobre tudo o que trabalhamos no limite do tempo, das dificuldades, pelo volume de projetos que fazem parte do calendário escolar, ao ponto do letramento só ter sido realizado, de maneira sistemática, de abril até agosto de 2024.

As oficinas de produção foram iniciadas ainda no mês de agosto, sendo concluídas no final de outubro para que pudessem ser apresentadas em novembro, pois minha intenção não foi apenas que houvesse um material didático feito pelos próprios alunos da Escola Aruanda, mas que esse produto tivesse também as vozes deles.

Na intenção de instrumentalizar o rap como mecanismo para fomentar a cultura afrobrasileira e combater o racismo na comunidade escolar, adicionei um festival de rap presente no calendário escolar, a partir dos raps autorais por eles realizados. Tais textos, inseridos neste trabalho, tiveram como proposta o incentivo à ampliação do letramento e à produção de raps, tornando o material mais profundo ao canalizar os aspectos culturais que a nossa história não narrou de maneira justa e sem privilégios.

Como primeira tentativa de produção autoral, residem algumas lacunas que fazem parte por até então não terem passado pela experiência de um letramento racial, pelos estereótipos que eles mesmos não tinham consciência que carregavam em suas visões e ações. Porém, considero como o primeiro de outros que serão trabalhados neste ano de 2025.

Assim, veremos todas as produções mostradas na Primeira Edição do Festival de Rap Aruanda, por questões de agenda, apresentadas na primeira semana de dezembro, como sendo um trabalho de caráter extremamente coletivo. Cabe informar que não necessariamente os que cantaram os raps no festival foram os seus autores.

Marcas e resistência

1. Autores: Alice Luara Feitosa; Maria Sarah Martins

Apresentação: Maria Sarah e Luara

Em 136 anos se passaram e o Brasil ainda enfrenta a miséria.

Marcas que doem, memórias que persistem,

E você ainda acha que o racismo não corrói? Quando chegaram, chamavam esta terra de Pindorama, Depois veio o Brasil e uma era de matança.

Disseram que era drama, usaram nossas crianças.

Martin Luther King já dizia:

“Me julgue pelo caráter, não pela cor da minha pele”.

É tão difícil pedir respeito? É um desacato?

Com esse discurso “não sou Racista”,

Você não me engana

Lembro da Rosa Parks, que ao voltar do trabalho exausta disse: “Eu não me levanto”. - e nunca mais se levantou.

Usaram nossa arte e ainda querem mais,

Nós temos nossa história, antes de nos tornaram escravizados e inferiorizados

Com essa tal de abolição

A nossa luta prevalece,

Com os meus cabelos crespos e o fim do auto ódio que vocês puseram em mim Com ouvidos atentos, minha voz cresce.

Anos vão passar e a história se repete;

Em cada esquina, em cada rua, uma morte acontece

Essas falas malditas e suas bocas que despejam branquitude

E nos repele como insetos

Tudo isso só por causa da minha pele?

Pele que se revolta e incomoda,

Mesmo estando certa

Vejo os olhares de julgamento, lembro da luta de Zumbi dos Palmares e Dandara Quanto mais ainda presos na busca pela humanidade?

Usaram nossa arte e ainda querem mais,
 Nós temos nossa história, antes de nos tornaram escravizados e inferiorizados
 Com essa tal de abolição
 A nossa luta prevalece,
 Com ouvidos atentos, minha voz cresce.
 Essas falas malditas, bocas podres com almas vazias.
 Perder a Bola de Ouro por causa da melanina?
 Não andar sozinha porque minha carne é vista como raiz da sua falta de linha em se apoderar do meu corpo que tem sorriso e tem rosto e sonhos.
 Entre os ataques a minha imagem só digo uma coisa;
 Deixa o meu black armado que os racistas perdem a linha, mas agora eu não estou sozinha.

Usaram nossa arte e ainda querem mais,
 Nós temos nossa história, antes de nos tornaram escravizados e inferiorizados
 Com essa tal de abolição
 A nossa luta prevalece,
 Com ouvidos atentos, minha voz cresce.
 Essas falas malditas, bocas podres com almas vazias.

2. Minha ancestralidade, minha luz

Autor: Davi Araújo, Francisco Neto 9º A

Apresentação: Wiram e Ryan

Não, já carrego muito peso no meu ser,
 Minha pele preta, meu crespo, sempre vão dizer.
 Mas tenho os ancestrais no sangue a me guiar
 Meus orixás a me contemplar
 A me dizer que não sou a marca do mal e da inferioridade
 E nem vou deixar fazer da minha mãe Oxum o teu demônio que existe em você
 Para justificar sua repulsa por eu não me submeter
 Mas com força e resistência, eu aprendi a ignorar o teu discurso sobre mim do “não ser”.

Trabalhando sem descanso e a remuneração se tornou a marca
 Do racismo estrutural que vocês criaram

Para não nos deixarem ver e viver a dignidade
 Cada suor que escorre é o preço que pago, mas eu vou te dizer que não me calo
 O descanso é curto, o 'corre' é longo
 Porém sonho que esse 'corre' deixe de ser uma extensão do que fizeram com meus ancestrais
 antes da abolição,

Nas ruas carregam histórias silenciadas, Vozes
 que lutam, vidas marcadas.

Minha cor é cultura, é voz, é razão,
 Não é só aparência, é resistência, é ação

(Refrão)

Minha história é nobre, minha cor, meu brasão,
 Não somos silêncio, somos revolução
 A cor que carrego não é peso, é medalha,
 Mas em cada passo que dou, o preconceito se espalha.

Nos julgam pela aparência, mas sequestraram nossa arte
 Separam ela de nós para que de uma forma nos mate
 Nossa música, nossa força querem se apropriar
 Quando não me entrego a estética que o racismo me impôs
 Querem dizer que nosso estilo é moda, é exotismo,
 Mas não sabem a lição,
 Cada penteado tem história, resistência e coração.

Meu cabelo é coroa, é diferença
 e não faça dele a tradução de sua visão curta de identidade
 Pra me causar ofensa e indiferença
 Liberdade é entender e respeitar o existir
 A cor do meu sangue é igual ao teu,
 Mas a cor da pele a partir do teu ódio, define o peso que é meu

Falam de igualdade, mas esquecem de ver, As
 lutas de um povo que só quer viver.

Nos enganaram com a tal Democracia racial
 Mas na verdade só queriam fazer desaparecer a nossa cor
 Pra criar um Brasil onde o preto deixasse de existir

3. Sonhos de um rapper

Autoria coletiva 8º Ano A

Apresentação: Lucas Malaquias

Na quebrada a verdade ecoa,
 Vinícius não se abala,
 Driblando o ódio, a luta é nossa Liberdade
 não se cala.
 Preconceito é sombra, mas a luz vem da união,
 Juntos somos força, quebrando a opressão.
 Educação é a chave, é o caminho para mudança,
 Respeito e empatia, a verdadeira mudança.

Para quer falar de cor?
 Se o que importa é o amor!
 Para que essa fúria? Se ela
 te leva a loucura Por que
 discriminar?
 Se isso não te leva a nenhum lugar!

Me veem na rua
 E já me julgam pela cor
 Minha cor me levou ao falso crime
 Por uma ciência que espalhou
 Que nós não temos saída
 A não ser aceitarmos que temos a pele do crime
 Ficarmos submetidos a permanecer na dor
 Mesmo não sendo criminosos
 Por isso esquecem que pela minha que há um passado
 Duro e doloroso...

4. Flor Negra

Autores: Yankev e Sabrina

Apresentação: Yuri Gabriel 9º B

É como o ódio se espalha,
 Inocência assassinada
 Pela busca antiga da culpa.
 A ruptura se dá em rochas

Que se destinam nessa luta.
O auto fogo não praticado Vira
multa.

A busca por uma falsa cura te tortura, E
a tortura te levando a loucura.

Não faz você perceber
Na altura das quedas e da clausura.

Não deixaram viver a flor como ela mesma.
Na floresta sentem o cheiro,
Cortam ou vivem envenenadas.
A raiz alisada, alisada e destroçada.

Mais um dia o rio passou
E arrefeceu o teu vazio,
A natureza única se abriu.
As águas a passar trazem o transformar.
A flor negra sorriu novamente.
Algo tão reluzente
Que a harmonia acordou e ecoou.

Escutada e sua mensagem espalhada
A é pedida por estar atrás em uma corrida.
Como vou chegar se o seu peso vira diversão e opressão?

Os traços viram minha função,
Onde a destruição vem com o fogo deste ferro
E as réguas como o martelo

Filme e tinta eles querem rir.
Dizem que o seu cabelo corta e as suas chances estão quase mortas. Agora
já chega, é hora de ir para a Igreja.

Deixaram cair mais um
Mas não existe mais algum Dizem
que minha cor destrói,
Mas eu sei te dizer quem me destruiu.

Nesse clima do chão,
Onde fui jogado,
Eu faço minha luta, mesmo com veneno jogado,
Nós temos o antídoto, Nossa conduta.
Jogado em casas
O relógio acabou cedo.
Os braços cansados,
Mãos dilaceradas como
Esta terra que me enterra.

A doença desde os navios
Ainda dá as caras,
Com outra face, com outra marca, como uma farsa.
Os pilares que não sustentam seguem doentes.
A tinta escassa...

A pintura não chega.
Com os pingos justificam
A tortuosidade.
Até quando esperar
Uma oportunidade?

Onde estão?
Taxados de inatos de prisão.
O seu silêncio corrompe,
Da cátedra uma falsa ciência
E as risadas acompanhadas
Da mais pura complacência.

No jogo da vida
Há correntes no diferente,
A proteção explode e estridentemente cai mais um,
As gotas no chão Se encontram
com aquele sangue.
A comemoração com as notícias da televisão.
A estrutura me fez e faz diversão.

5. A História ainda pode mudar

Autor. Carlos Eduardo

Apresentação: Carlos Eduardo

Eu só falo o que dá pra ouvir
Eu só falo o que dá pra sentir
Eu sei que tu sente
Mas não admite
Eu sei que tu mente
Mas acredite
Enquanto o couro do chicote
Cortava a carne
A dor metabolizava

E fortificava o caráter
A colônia produziu
Muito mais que cativos
Fez estátuas que para
Coroar o genocídio
Exaltavam nossos assassinos
E nos impuseram uma anulação social

Sobrevivemos a ausência na escola
E no jornal ouvir alguém dizer
Você que é ovelha negra
E você gato preto dar azar
E ainda ouvir alguém falar
Que o racismo vai acabar

E como a professora diria
Porém entretanto
Todavia o torturador que aprisionava o escravo
Reencarnou
E tá com o diploma
Engravatado
O negro que protesta por sua conta
Na faculdade
Termina enforcado
Na carceragem

Por parte do homem pobre
 Tem talento nobre
 E muito mais
 Do que um personagem de piada
 Do Tik Tok
 Seu lugar não é fazendo bico na esquina E
 sim na sala principal de medicina.

6. Um diálogo pra mudar

Auroras: Marcelly e Ana Beatriz 8º C

Apresentação: Marcelly e Ana Beatriz

Eu sou uma mulher negra
 Tenho cabelo de negra
 Tenho uma boca de negra EU
 SOU NEGRA!

Eu sou uma mulher branca
 Tenho o cabelo de branca
 Tenho a boca de branca EU
 SOU BRANCA!

Eu sofro racismo Sofro
 a desigualdade...
 Eu luto todo dia pela igualdade!

Somos todos iguais
 E todos precisam saber disso!
 E é nos pequenos atos
 Que nós lembramos disso.

Chega de me sexualizar
 Chega de achar que é elogio'
 Quando vocês me qualificam de guerreira
 Só para legitimar a exploração
 E o peso sobre meu corpo Que
 não quer mais essa asneira

Chega de matar!
Chega de agredir!
Invés de oprimir
Vamos nos unir

Não sou uma aberração
E muito menos um animal
Então parem de me associar ao mal

Eu sei como me vestir
Eu sei como me cuidar e sem querer ser grossa!
Você não tem que opinar
Pois vai abrindo alas aí que
meu colorido vai passar.

Nós queremos respeito
E exijo igualdade
E queremos que isso fique bem claro!
Cansei de me maquiar
Entre alisados
E cores que não me definiam Aceitando um
estrutural que me matava em vida Todo dia.

Não é a cor da pele
Que vai me definir
Assim como você
Eu sei como agir
Então faz um favor, Baixa
a bola aí!

Eu amo a minha cor!
Eu amo meu cabelo!
E já passou da hora de eu ficar me submetendo Para
ser aceito.

Eu venho de ancestrais que já foram rainhas
E hoje até hoje querem nos fazer
Um instrumento da cozinha
De uma Casa Grande
Para ser capacho

Das eternas sinhazinhas

Minha pele preta me traz orgulho
Minha fé me movimenta
Então venho aqui me expressar
Porque essa exclusão
É impossível de aceitar
Já tá mais do que na hora
Dessa história mudar
Então conto com vocês
Pra mudança começar...

7. Sou grito, porque já fui silêncio

Autor: Elias 9º B

Apresentação: Elias

Espero que vocês entrem
Sem tumultuar
Para que se sentem
E parem pra me escutar

O bom de rimar a cabeça
É que a sua melhor função
Eu vou exercitar
Que é o fato de parar Para
escutar que seu racismo É
como veneno.

Como um branco que grita
Com a dor no peito O louco é que eu
tô gritando faz tempo E ninguém tá
me escutando.
Então, tudo bem...

Sou diferente de você que me machuca
Procurro viver e não ser mais invisível
Pois essa invisibilidade
Quem lançou sobre mim foram vocês

Branquitude que precisa
 Fazer eu não existir
 Para fortalecer o pacto
 De eu só viver
 Se eu não resistir

Isso é rap e poesia falada Ah
 por que luta por isso?
 Sai dessa!
 Porque já vi vários moleques craques
 Morrerem no meio dessa guerra
 Por isso eu agradeço
 A professora Márcia
 A oportunidade de me expressar
 Se preparem Porque nesta
 guerra racista Ninguém
 vai ganhar.

8. Bater a real

Autor: Pedro Henrique 9º B

Apresentação: Pedro Henrique

Ye, ye, ye...

Sinceramente, ye, eu cansei de ser julgado por vocês, Até porque só eu sei do meu passado,
 As batalhas que eu enfrentei e tudo que eu passei.

Eles olham de longe, mas não sabem da dor, Carrego
 cicatrizes que o tempo deixou.

Falam do agora, mas não viram o começo,
 Tive que lutar quando me negaram... e muitos não entendem o preço.

Muitos teriam aqui por dinheiro ou algo assim, Ninguém
 quer fazer o racismo cair.

O racismo tem que acabar, tem que cair,
 Ser antirracista é mais que militar no Insta!

Não é defender um preto através da dissertação
 Para se promover

A partir do nosso sangue e descaso
 Mas marcar outro compasso
 Para que a gente possa viver
 e não sobreviver
 É lutar, é praticar, na rua, no sistema,
 Pra o mundo ver o verdadeiro dilema.

Ye, ye, não é só pra falar,
 Nossa luta é real, tá na hora de agir, essa é a real.
 Mais que palavras, é atitude pra mudar,
 Ser antirracista é espalhar a verdade e transformar.

Olha pra história, quem foi que construiu?
 O sangue preto na terra é o que nunca sumiu.
 Mãos machucadas, mente quebrada Do país que se
 diz moderno mas não parece de nada

Mas e a igualdade, onde ela tá?
 Na favela esquecida ou no luxo de cá?
 Chega de desculpa, é hora de encarar,
 Que a mudança começa no modo de pensar.

Esse mundo temos que transformar,
 Enquanto muitos escolhem só criticar.
 Eu decidi com meus versos lutar, Que
 até 1% pode tudo mudar.

9. Nosso pacto, rompe uma marca de desigualdade

Autoria coletiva: 9º A; Lucivaldo, Victor, Ryan, Pedro Henrique, Wiram, Samuel, Davi Lins, Ana Sophia, Letícia, Jônatas, Lucas,

No pacto da branquitude A
 vida é desigual.
 Meritocracia engano
 Parece tudo tão normal
 Enquanto uns têm tudo,
 Outros ficam sem respirar
 Aquilombar é necessário
 É unir forças para lutar

Unindo nossas raízes,
Quebrando a opressão
Saber que vivemos um racismo estrutural
Onde ainda hoje não tivemos A devida
reparação.

História de dor, poder e exclusão
Enquanto o quilombo continua a resistir
Dentro de nós.

Em cada olhar, em cada colorido Em cada
voz de pretos que não aceitam mais Serem
oprimidos.

Na nossa alma quilombo
Há vida, cultura e raiz
Enquanto a branquitude nos silencia Nesse
país.

Branquitude precisa ouvir
Quilombo foi feito
Para voltar ao que nos foi arrancado
Sem ter medo de ser retaliado E
fazer um novo construir.

A branquitude é uma fita
Importante de aprender
Você pode salvar aqueles manos
Que ficaram fora do poder
A exclusão vocês sabe como é
Vem de subempregos, de favelas
Te chamando de cabelo duro e
te tratando como Zé Mané
E aqueles manos branco de terno
Que tiraram nossa ternura
Nos lançando no seu inferno.
Mas a cor e minha história me mantêm de pé.
Me chamam de fedido, mas te conto essa história
Pra você saber o sentido
Tiraram meu direito de ser humano
Me tratando como animal
Que claro, não era de estimação

Durante a escravidão enquanto os brancos
Quando suavam tinha proteção
Nem direito a banho a gente tinha
Para assim acabar com a nossa autoestima

Hoje atualmente como fazem;
Nos lançam em subempregos
Ou no desemprego
E nossos corpos são violentados
Por um trabalho que não nos dá sossego
E nosso suor intenso representa
A intensidade de um racismo
Que deixa nossos corpos
Barateados, sem valor
E com um brinde de extermínio

10. Manifesto antirracista; Em nossas veias a liberdade

Autor: Daniel

Apresentação: Tales

Verso 1:

Caminhos de dor, sombras do passado, Corações
feridos, um grito abafado.

Lágrimas caíram, escravidão marcada, Mas
a esperança brilha, nunca apagada.

Refrão:

Levanta a voz, não vai se calar, A
luta é nossa, vamos gritar.

Liberdade em nossas veias,

Quebrando as correntes

Verso 2:

Histórias de luta, de resistência,
Guerreiros da paz, sem desistência.
Da escuridão, surgimos a brilhar, Unidos
em força, prontos pra lutar.

Refrão:

Levanta a voz, não vai se calar, A
luta é nossa, vamos gritar.
Liberdade em nossas veias,
Quebrando as correntes

Masculina

Ponte:

E quando a noite parecer sem fim,
Lembremos que juntos, sempre há um caminho.
A cor da pele não define o valor, No
amor e na paz, encontramos o amor.

Verso 3:

Chicotes ressoaram, mas não nos silenciaram, Nossa
alma é forte, não nos separaram.

De gerações sofridas, o sangue derramado,

Hoje somos livres, nossas vozes antes apavoradas hoje e nossa forma de combater esses
brancos com ego elevado

Refrão:

Levanta a voz, não vai se calar, A
luta é nossa, vamos gritar.

Liberdade em nossas veias,
Quebrando as correntes

Verso 4:

Quebramos correntes, ergueremos bandeiras,
O passado é de dor, mas somos as estrelas.
Nos livros da história, nossa luta escrevemos,
Liberdade é o destino que vamos viver.

Refrão:

Levanta a voz, não vai se calar, A
luta é nossa, vamos gritar.

Liberdade em nossas veias,
Quebrando as correntes

Feminina**Verso 5:**

Hoje em dia temos muitos ícones, como Mano Brown, Zumbi dos Palmares, Afro x,
Racionais, Bob Marley, Djonga

Que fazem essa geração ser mais humanizada, trazendo a igualdade a todos, como a música
negro drama "Histórias, registros e escritos

Não é conto nem fábula, lenda ou mito

Não foi sempre dito que preto não tem vez?

Então olha o castelo e não Foi

você quem fez, cuzão"

Final:

Caminhando com gerações, em um futuro a sonhar,

Por um mundo justo, onde possamos amar.

A liberdade é nossa, não vamos parar,

Unindo forças, prontos pra lutar.

Dueto

11.Minha ancestralidade para ecoar

Autores: Larissa, Mariana, Esther, Glória, Lara Ketlen, Wesley, kaio Rolim, João Gabriel, Ítalo, Diego, David, Yuri, Pedro Henrique, Pedro Igor, Pietro.

Apresentação: Diego, Ítalo, David

Desde os tempos da escravidão

Abolição tardia

Nós lutando por direitos

Em busca de harmonia

Do quilombo ao gueto

Resistência no DNA

Negritude é nossa forma ressignificar

O que o branqueamento nos tirou

Para perdermos nossa identidade

Para criar uma história

Que a gente não contou

Por isso eu sido guerreiro,

Me entregando por inteiro,

Com coragem e axé,

Defendendo os nossos terreiros

Você fala que é tudo igual Não
é bem assim.

Olha a gente na rua, lotações

Servindo o jantar

Para fazer a gente não esquecer qual é o nosso lugar

Mas é esse lugar não me determina, não me define Só
me reprime e não diz na verdade quem eu sou

Mas consegue arrancar sonhos de uma vida inteira

Me limitando ao pequeno espaço de repouso

Pra me dizer que eu faço parte “dessa família”

Mas me inclui em uma dita família que destrói a minha

E sempre destruiu as famílias

Dos meus ancestrais

Para serem pés e braços, mas sem ter abraços.

Falam que não tem diferença
Mas pega a visão
A cor da pele é só um detalhe
Cê não vê a opressão
'Ah, mas todo mundo é igual', 'isso que todo mundo diz,
Mas quem sofre somos nós, cê não entende e demais, diz.

Rimando aqui, sabendo o que é sofrer
Mas na escola, na rua, no trabalho
Quem que vai perder?
Ah, mas todo mundo mente.
Ser preto no Brasil é sempre
o mesmo processo
Ninguém fala, ninguém vê. Ninguém sente.
E quando a gente se pronuncia
O mundo silencia a gente

Mas farei desse silêncio opressor
A minha poesia, o meu norte
Minha busca para voltar
Para onde fizeram meus ancestrais
Impetuosamente esquecer
Farei o sentido anti horário
Para chegar no colorido acontecer

A branquitude criou a ideia de superioridade
Para dizer nós preto tá determinado a inferioridade
Falam que vivem melhor que nós
Porque mais lutam, tentam melhorar
Quando na verdade, criaram verdades
Para travar o nosso caminhar
Mesmo que o racismo tenha diminuído
Nós pretos nunca iremos esquecer
Onde a branquitude chega
Quer nos fazer desaparecer.

Sempre a polícia me para mostrar o seu racismo

Porque sou preto e sou do gueto
Mas minha pele e meu gueto
Ele nunca vai entender que tem história
De luta contra o preconceito
Para a polícia
Entre um branco e um preto
Serei sempre o primeiro
Ser primeiro para me dizer que sou o último
Porque para essa sociedade não tenho espaço
Nem pra ser o penúltimo
Me vestem de traficante
Quando na verdade fui mercadoria de tráfico
Desumanizando ontem e hoje
Para vestir sua roupa do bem
E impor sobre mim
Um fim trágico

Nesse trágico meu cabelo não escapou
Porque não convinha ao sistema
Manter uma imagem que para eles
Representava o horror
Assim ouvir em várias versões
Alisa, clareia, mistura e desaparece
Para ver que dessa vez a nossa nação cresce!

Pra terminar essa poesia
Que mistura dor e utopia
Eu entro em com a mensagem certa
Consciência negra é a minha carta. Certo!
Luto contra o racismo, é a minha luta
A minha existência
Eu sou a voz da minha comunidade
Gerador de resistência.

A minha mensagem é sem cortes
A minha missão não é sorte
Eu represento a minha identidade

Que teve em seu sequestro
A sua morte
Mas que agora corro para a vida
Que meus ancestrais
Me iluminaram me fazendo forte **Considerações**

Finais Ensinar História relaciona-se à busca

permanente por desvelar aspectos das nossas raízes

que não foram evidenciados. Além disso, também

é uma maneira de questionar o porquê desses

aspectos não se tornarem parte integrante de nossas

preocupações para, assim, poder desatar nós que

perpetuam sistemas, verdades, valorações e

sentidos de organicidade social. Várias ausências

impostas impactaram a vida da população negra sob

a égide da exclusão e se perpetuam, resistindo ao

tempo por uma intencionalidade que se recusa a

inserir determinados sujeitos nas bases essenciais

de cidadania.

Ao buscar na minha pesquisa as origens do racismo, como ele atua na sociedade e, em especial, no espaço onde sou professora de história, tive um encontro significativo com as minhas lacunas profissionais para atuar numa prática de educação antirracista. Isso porque realizei uma trajetória teórica e metodológica com autores que não faziam parte da minha casa bibliográfica, instaurando em mim a condução para um letramento racial com as turmas que ensino. Dessa maneira, pude iniciar um projeto de rompimento com todas as articulações que o racismo empreendeu sobre as vidas negras, considerando suas origens e atuações no Brasil durante o pós-abolição e como tal período determinou os espaços sociais onde o povo negro deveria estar.

Nesse sentido, mostrei as raízes que os definia como preguiçosos, inaptos, inclinados à delinquência e com a falta de imagem ideal para apresentar um projeto de nação civilizada, por isso a necessidade urgente de miscigenar o Brasil para fazer desaparecer o fenótipo negro da ótica social e também tudo o que reportasse à sua identidade. Pude, no letramento, em uma perspectiva dialógica, pontuar tal crença denominada *darwinismo social*, a qual afirmava que a raça branca, por sua superioridade, prevaleceria nessa miscigenação, e as soluções estéticas, econômicas e culturais seriam “resolvidas”. Tal pensamento surgido como uma espécie de tecnologia baseou-se em narrativa parte dos espaços acadêmicos, formais e na estrutura da sociedade que nunca aceitou o fim da escravidão, enxergando-o como um caos social.

Minha intenção, desse modo, foi mostrar aos alunos que não se pode combater o racismo com palavras de ordem, deslocadas do processo histórico que constituiu o racismo negro em nosso país e, ao mesmo tempo, fazê-los questionar se suas visões, ações e narrativas também estiveram ou estão associadas a essa prática criminosa e excludente. Isso seguindo a lógica teórica, esclarecendo que todas as questões apontadas se configuram racismo estrutural, o qual não atua apenas na intencionalidade, mas de forma inconsciente, por enraizar-se em nossa formação cultural, sendo considerado uma anomalia social.

Seguidamente, discuti o conceito de auto ódio, que fez e faz o povo negro não ter forças para mudar o sistema racial, pois o racismo estrutural imprimiu na sua subjetividade uma aversão ao espelho, negando e apagando a sua própria imagem, ou seja, não é apenas o extermínio do povo negro nos moldes da violência policial que já fazia parte de suas trajetórias nos primeiros anos da república brasileira, mas o extermínio de si em nos

convencer de que nossa situação social não é uma problemática de Estado ou da sociedade, mas de nossas raízes ligadas à subserviência. Dessa forma, buscam apagar a existência do racismo fluindo de maneira recorrente, mas neste projeto pude dissecar as tecnologias racistas que atuam e se modificam com atualização do tempo e do espaço, almejando em minhas aulas de letramento racial fazer os educandos compreenderem que a desigualdade está vinculada à cor.

Cabe mencionar, todavia, que houve resistência por parte de alguns estudantes auto definidos como brancos, isso ao ponto de enxergarem como desnecessário um projeto permanente na escola voltado ao ensino da população afro-brasileira e sua cultura. A razão disso, possivelmente, se deu pelos estereótipos associados aos negros, como abordei nos capítulos anteriores, sendo rechaçados em crenças distantes e agressoras da fé cristã.

A resistência não só aconteceu por parte desses alunos, mas de algumas famílias. Todavia, amparei-me sistematicamente na Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, na BNCC e nas leis municipais, isso para explicar o óbvio e, inclusive, ainda atuo de forma tardia nos mais de vinte anos de aprovação da lei, pelo fato de não ter trabalhado em meu longo processo educativo o ensino da história e da cultura afro-brasileira durante todo ano letivo, mesmo sendo mulher preta de origem periférica formada em escola pública até o final da educação básica.

Parte disso está ligada à minha ignorância de formação e ao auto ódio que o racismo imprimiu sobre a minha subjetividade. Ao desafiar essa trajetória, tive de ouvir, quando realizava algum projeto vinculado ao antirracismo, que não aceitava coisas de “negro” no ambiente escolar. Nessa fala, enxerguei a aversão da sociedade à população negra, mesmo em ambientes considerados formadores de cidadania. A partir disso, reporto-me aos ideais iluministas que versaram sobre liberdade, igualdade e fraternidade, entretanto uma liberdade que não deveria ser acessada a nossas vidas.

Ser desafiada por essa temática ao buscar agir como uma educadora antirracista e desveladora dos silenciamentos teóricos e metodológicos, conduziu-me a despir a passividade enquanto professora, trazendo um propósito mais provocativo e libertador. Isso pois, ao letrar os meus alunos e realizar as oficinas de produção de Rap, objetivei provocar e confrontar tanto as minhas subjetividades quanto as dos meus alunos que, muitas vezes, chegaram a sentir vergonha de falas racistas ditas nos momentos iniciais do projeto. Houve,

assim, uma saída da ignorância, ao perceberem o descaso para uma atuação antirracista e protagonista na sala de aula e em outros ambientes da escola.

Destarte, mesmo com todas as limitações de tempo, resistências e dificuldades pessoais, transformamos o auditório da Escola Municipal Aruanda em palco antirracista no primeiro Festival de Rap que, a passos ainda tímidos por ser algo novo em suas vivências de protagonismo, se permitiram utilizar e dar vida a tudo o que produziram nas oficinas para a comunidade escolar, a fim de ouvir a própria história que foi silenciada, mas que agora estava sendo ecoada não apenas em falas, mas nas rimas da poesia rap. Portanto, é preciso saber que ensinar História reside sempre em buscar o que ainda não foi dito, parafraseando Paulo Freire, fazendo do nosso aluno um protagonista na sala de aula, provocando-o a atuar por extensão além dos muros da comunidade escolar.

As rimas tiveram tempero de denúncia, das sutilezas que o racismo também carrega em sua “bagagem”, da falsa democracia racial, do racismo estrutural que sempre atravessou nossas vidas ou mesmo na ausência dessa democracia, sendo convertida em escapismos ou lutas que transitaram por todo o século XX, chegando até os nossos dias.

As rimas hoje mostram o quanto o racismo violenta os corpos femininos e os separa de sonhos ou do simples fato de poder ser mulher, de jovens com medo de carregar a sua cor, por ter a consciência de que a convertem na cor do crime. Ademais, denunciam a indústria de cosméticos que, por muitas décadas, se negou a produzir maquiagens, produtos capilares para a nossa identidade; os salões de beleza como porta-vozes do racismo estrutural, apagando dos seus espaços a nossa estética, com a justificativa do crespo ser associado ao mal arrumado e o liso à imagem da beleza.

Com isso, os alunos fizeram questão de recontar a nossa trajetória, a luta do movimento negro por dignidade, por espaços na educação, porém uma educação libertadora e não opressora que mais nos cala do que nos dá lugar de fala. Puderam, desse modo, entender como o movimento negro atuou e atua, nos mostrando aonde o racismo interfere e viola a nossa existência. Esse mesmo movimento, por não desistir, tornou-se uma força de pressão para que o Estado, as instituições, as leis fossem direcionadas à nossa inserção social, isso por tantos direitos violados desde o fim da escravidão, mesmo teoricamente estando na condição de cidadania.

Esse projeto culminou no desenvolvimento de material didático produzido pelos discentes. Considerando tal resultado, percebi que, para alcançar um novo processo de ensino, faz-se necessário dialogar com os estudantes, a fim de se sentirem parte integrante desse fazer. Foi assim no letramento, na produção dos Rap's, nos ensaios para que o Festival pudesse se tornar uma realidade. Ironicamente, os alunos indisciplinados, vistos como os que causam caos na sala de aula, foram os que mais atuaram no processo de autoria e apresentação. Diante desse fato, cabe a mim, enquanto educadora, escolher a melhor metodologia para o alcance dos meus alunos, trabalhando em processo dialógico.

Tenho consciência de que esse foi o primeiro passo audacioso em minha trajetória educativa para que as leis voltadas à nossa formação cultural e identitária atravessassem todo o plano de ensino. Isso articulado a projetos que se renovem, mas não percam a proposta inicial de fazer do espaço escolar uma expressão viva do antirracismo, considerando outras disciplinas. Uma das muitas dificuldades esteve ligada à ausência dessa articulação, apesar de inspirada no movimento negro que atravessou décadas, mas não desistiu de acreditar que só através da educação a nossa população negra pode alcançar espaços de existência e não apenas de sobrevivência.

Assim, combater o racismo na escola Aruanda é ser um tentáculo a desmontar uma estrutura racista a partir da juventude que não deve reproduzir as ações ditas e realizadas como verdades. Tais práticas excludentes ruminam veemente em nossos dias e, por isso, não há como ficar imune e não fazer da sala de aula mais uma agência antirracista.

Com este trabalho, objeto de estudo desta dissertação, pude contribuir para o resgate da autoestima dos meus alunos pardos e pretos, pois sua ausência sempre interferiu em seu ensino-aprendizagem, assim barrando seu crescimento e disposição a ser antirracista. Portanto, como lutarei contra o racismo se eu me sinto inferior tanto do ponto de vista estético quanto do cognitivo? Por isso, percorri esse caminho para um letramento que pudesse abrir suas vozes e, com segurança, possibilitar a eles o dizer “Sou grito porque já fui silêncio”.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Valmir Alcântara. **De repente o rap na educação do negro: O Rap do Movimento Hip-Hop Nordeste como Prática Educativa da Juventude Negra**. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008. AMORIM,

Diego Uchoa. Teorias raciais no Brasil: um pouco de história e historiografia, **Revista Cantareira**, 19 ed. p. 62-78, jul.-dez. 2013.

ANDRADE, I. P. de (2005). Construindo a autoestima da criança negra. In K. Munanga (Org.). *Superando o racismo na escola* (pp. 117-124). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Social. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicoraciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania**. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo e sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Bomtempo, 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. 20. ed. São Paulo: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela lei 10.639. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo, diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 7-89.

LEI Afonso Arinos: a primeira a punir discriminação racial no Brasil completou 72 anos; ela deu ao 3 de julho a denominação de Dia Nacional de Combate ao Racismo. **Secretaria de Estado da Igualdade Racial**, 4 jul. 2023. Disponível em: <https://igualdaderacial.ma.gov.br/noticias/lei-afonso-arinos-a-primeira-a-punirdiscriminacao-racial-no-brasil-completou-72-anos-ela-deu-ao-3-de-julho-a-denominacaode-dia-nacional-de-combate-ao-racismo>. Acesso em: 7 jul. 2025.

Lei 1.390, de 3 de julho de 1951. Define crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 3 jul. 1951. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1390-3julho-1951-361802-norma-pl.html>. Acesso em: 04 jul. 2025.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

KILOMBA, Grada. 1968 - **Memórias da Plantação - Episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 1993.

MANO, Brown; CARVALHO, Igor; FARIA, Glauco; ROVAI, Renato. O novo velho Mano Brown: entrevista de Mano Brown a Igor Carvalho, Glauco Faria e Renato Rovai. **Revista Fórum**, v. 120, 2013. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2013/4/10/novovelho-mano-brown-6625.html>. Acesso em: 04 jul. 2025.

MARQUES JÚNIOR, Joílson Santana. Políticas de Ação Afirmativa para Negros no Brasil: elementos para uma reflexão inicial. **O Social em Questão**, Ano XX, n. 37, Jan a Abr/2017 p. 37-54.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, coedição com Anita Garibaldi. 2014.

MENEZEZ, M. O "Darwinismo Social" Perante a Questão da Assistência. **Interações: Sociedade e as Novas Modernidades**, v. 8, n. 15. Disponível em: <https://www.interacoesismt.com/index.php/revista/article/view/261>. Acesso em: 04 jul. 2025.

MUNANGA, Kabengele, organizador. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. (revisada). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

RABAGLIO, A. C. P. Diversidade na Superfície: Resenha do livro ‘Pacto da Branquitude’, de Cida Bento. **Lutas Sociais**, v. 28, n. 52, p. 224-227, 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/70065>. Acesso em: 5 jul. 2025.

RACIONAIS MC’s. “Hey boy”. In: **CD. Holocausto urbano**. São Paulo: Unimar, 1990.

RACIONAIS MC’s. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2017.

ROSEMBERG, Fulvia; Chirley Bazilli, Paulo Vinícius Baptista da Silva. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 125-146, jan-jun. 2003.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2001.

SANT’ANA, Jonathas Vilas Boas. A imagem da negra e do negro em produtos de beleza e a estética do racismo. **Margens – Revista Interdisciplinar Dossiê: Trabalho e Educação Básica Versão Digital**, v. 11, n. 16, p. 176-192, jun. 2017.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Sílvio Romero, Hermenêutica do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SEDEC-JP reitera orientações no ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas.

Brasil de Fato, 21 mar. 2023. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/21/sedec-jp-reitera-orientacoes-no-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-nas-escolas/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

SILVA, Luciane Soares da. O rap - Um movimento cultural global? **Sociedade e Cultura**, v. 9, n. 1, Jan/Jun. 2006. p. 203-214

SOUSA, Rainer. Lei 10.639/03 e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Brasil Escola. Disponível em: <https://educador.brasilescola.uol.com.br/estrategiasensino/lei-10639-03-ensino-historia-cultura-afro-brasileira-africana.htm>. Acesso em: 7 jul. 2025.

2025.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Catolicismo e escravidão: o discurso e a posse**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

SOUZA, Ricardo Luiz. Método, Raça E Identidade Nacional E Sílvio Romero. **Revista de História Regional**, v. 9, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2193>. Acesso em: 28 jul. 2024.

TELLA, Marco Aurélio Paz. **Atitude, arte, cultura e autoconhecimento: o rap como voz da periferia**. 2000. 237f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

ANEXO

ANEXO



Painel elaborado por Alice Luara Feitosa, 2024, para a 1ª ed. do Festival de Rap da Escola Municipal Aruanda, em João Pessoa.